



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 54

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 25 de Setembro de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Fernando Lopes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 35 minutos)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** procedeu-se à leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa da ALRA, após a qual se seguiu a apresentação de um **Voto de Pesar** pelo “**falecimento de Albino Cristiano Gomes**”.

Feita a apresentação do Voto pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo mereceu a unanimidade da Câmara.

Em seguida, iniciou-se o debate sobre a declaração política proferida no dia anterior pelo Sr. Deputado José Decq Mota.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

No período dedicado a intervenções de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação (*Álamo Meneses*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

No **Período da Ordem do Dia** e ao abrigo do artigo 101º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi feita uma comunicação à Assembleia Legislativa Regional, pelo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*), sobre o processo da reconstrução na sequência da crise sísmica de Julho de 1998.

Neste período, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Costa Pereira (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Encerrado este ponto, o Sr. Secretário Regional da Economia procedeu à apresentação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Utilização do domínio público aeroportuário”**.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade, tendo o Sr. Deputado Lizuarte Machado usada da palavra acerca da proposta de aditamento para o nº 3 do artigo 22º.

Posteriormente, passou-se à **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 385/99, de 28 de Setembro – “define o regime jurídico da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas”**.

Após a sua apresentação pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), a proposta foi aprovada por unanimidade, tendo o Sr. Deputado Francisco Sousa (*PS*) usada da palavra, aquando da votação na especialidade.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas).

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 35 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da Silveira

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar a leitura da correspondência.

Secretário (Raúl Rego): Da Comissão Permanente, relatório sobre a Proposta de Lei Nº 16/IX (Gov) – “Lei da Estabilidade Orçamental”, que altera a Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, e sobre as recomendações constantes do relatório da Comissão de Economia.

Secretário (António Loura): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre a Proposta de Resolução que aprova o “Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2003”.

Presidente: Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, apresentado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, sobre o “falecimento do Sr. Albino Cristiano Gomes”

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para proceder à sua apresentação.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

Faleceu, inesperadamente, no passado dia 5 de Setembro, Albino Cristiano Alves Gomes, que contava apenas 53 anos de idade.

O seu nome ficará sempre ligado à actividade política, não só como dirigente do PSD, na Ilha das Flores, logo depois do 25 de Abril, mas principalmente, mais tarde, como Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, funções que exerceu ininterruptamente durante 15 anos, ou seja, de 1983 até 1997.

Durante anos associou as suas actividades profissionais a um empenhado desempenho como praticante e dirigente de actividades de natureza desportiva e cultural.

A dedicação que emprestou à causa da autonomia e da sua terra, permitiu-lhe desenvolver uma acção particularmente válida no domínio autárquico.

Foi homem de reconhecida determinação política, bem revelada no seu multifacetado percurso político e partidário, já que de dirigente do PSD passou a Presidente da Câmara eleito em lista da ASDI, para depois ser Presidente da Câmara sucessivamente eleito em listas do PSD, tendo terminado a sua actividade política depois de eleito vereador em lista da CDU.

Com o seu espírito lutador, na defesa do que interpretava como sendo o interesse do seu Concelho, é indiscutível que o seu nome e a sua obra ficam indelevelmente ligados à sua terra.

Naturalmente que muitos se orgulharam da actividade que ele desenvolveu no passado. Ainda hoje ela ultrapassa a dimensão local e vai muito para além da Ilha.

Se isso não bastasse para que o seu desaparecimento, como homem que serviu – por tão longo período – a causa pública, fosse motivo para aqui se lamentar a sua morte, acresce o facto de também ter desempenhado, ainda que nos primórdios da autonomia, na já distante I Legislatura, por alguns meses, as funções de Deputado Regional.

O exercício das funções públicas e políticas, hoje mais do que nunca, merece, que mais não seja a título póstumo, um reconhecimento. E um louvor, que não pode ficar dependente de apreciações de natureza partidária.

É por isso, pelo que já se disse e pelo respeito com esta Assembleia costuma distinguir quantos por aqui passaram, que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, nos termos regimentais aplicáveis, propõe que seja aprovado um Voto de Pesar pelo precoce desaparecimento de Cristiano Gomes.”

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas considerações sobre o Voto de Pesar que aqui estamos a analisar e que irá merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Entendemos este Voto como uma homenagem a uma figura que teve grande importância na Ilha das Flores, o Sr. Cristiano Gomes, o qual consideramos uma figura política regional.

Esteve presente nesta Casa como Deputado Regional e exerceu durante muitos anos as funções de Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores. Nessas funções, conseguiu não só transformar aquele concelho, mas projectá-lo em termos regionais. Mais do que isso, por toda a sua actividade política, ele próprio conseguiu ser conhecido como figura política importante e determinante em muitas ocasiões na Região Autónoma dos Açores.

Pensamos que é justo, por tudo aquilo que fez em prol da sua terra, do seu concelho, da sua ilha e desta Região, ter sido aqui lembrado Cristiano Gomes.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cristiano Gomes nasceu e viveu quase toda a sua vida na freguesia da Fazenda, concelho das Lajes das Flores.

Tive o privilégio de partilhar da sua amizade e de acompanhar a sua dimensão pública e humana.

Nessa freguesia perdura o brio em sua memória.

Cristiano Gomes dedicou a maior parte da sua vida às causas públicas. Desempenhou os mais diversos cargos ao longo de 20 anos, salientando-se os de Vereador da Câmara Municipal das Lajes, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz das Flores, Gerente do Hospital Concelho de Santa Cruz das Flores, Presidente do Grupo Desportivo Fazendense, Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores e Presidente de Federação dos Municípios da Ilha das Flores, para além de ter exercido o cargo de Deputado Regional, em regime de substituição, pelo círculo eleitoral das Flores, como já aqui foi dito.

Além disso, integrou, promoveu e colaborou nas mais diversas iniciativas de índole cultural, social e recreativo na sua terra natal.

Em todos os cargos que exerceu, Cristiano Gomes revelou sempre honra, brio, excelência e mérito, sendo por todos reconhecida a forma lutadora e entusiasta como defendia as causas em que acreditava, dedicando absoluto empenho e zelo nas funções em que estava investido.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar pelo súbito e precoce desaparecimento, em 5 de Setembro passado, de Cristiano Gomes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A forma de viver intensamente tudo aquilo a que se ligava, marcou profundamente a existência de Albino Cristiano Gomes.

Tudo aquilo que mereceu a sua influência, tinha sempre a marca desse entusiasmo, dessa forma de viver intensa.

A defesa das causas pelas causas, o entusiasmo da vida e a dinâmica que o caracterizava, tiveram também e se calhar natural consequência de um fim rápido.

A autonomia deve muito a Cristiano Gomes, como Deputado e autarca eleito do PSD e por outras forças políticas, como único Presidente de Câmara eleito pela então ASDI, tendo até marcado o marco parapolítico do país.

Tudo isto fez com que Albino Cristiano Gomes fosse e será sempre um símbolo do poder político democrático nas ilhas.

A circunstância de ter falecido em viagem entre São Jorge e a Terceira, estando hoje nas Flores, também evidencia a açorianidade deste homem que se revelou também no seu fim.

É com a convicção das suas convicções, com o agradecimento que também manifestamos e com o pesar do seu desaparecimento que o PSD se associa-se ao presente Voto.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Como se recordam, ontem, quando interrompemos o período de antes da ordem do dia, o Sr. Deputado José Decq Mota tinha terminado a apresentação de uma declaração política. Nessa altura estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Gusmão ao qual dou a palavra.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após um pequeno intervalo de 14 horas e 3 quartos, se calhar não é fácil voltar a lembrar os pormenores do tempo. De qualquer forma achei que não devia prescindir da intervenção ou do pedido de esclarecimento, na sequência da declaração política do Sr. Deputado José Decq Mota.

Nós distinguimos aquela que seria a questão política de alteração do diploma e algum debate que tem havido, que vai quase nessa linha. Com certeza, que aí teremos a nossa opinião, nomeadamente em relação ao diploma das dispensas e da questão jurídica de aplicação desse diploma.

Sr. Secretário, julgo que importava explicar, de uma forma mais clara, o critério jurídico. Não nos compete fazer essa interpretação, mas seria bom, até para as pessoas perceberem o que está em causa, perceber por que é que há a tal diferença entre os 6672 dias e os 3485 dias e a diferença de interpretação de corpos gerentes quando se fala em Direcção Regional ou quando se fala em Comissão Executiva. Às vezes as pessoas percebem quando se fala no tamanho desses órgãos.

Deve ficar esclarecido quantas pessoas compõem uma determinada Direcção Regional, se isso é um corpo gerente ou é quase um plenário.

Também é necessário saber se a lei não indica, no seu espírito, que aquilo que está em causa é a Comissão Executiva e, já agora, se não há casos que mereçam alguma atenção.

Porventura conhece algum caso de algum sindicato que até tenha pessoas que vivam exclusivamente disso e não vivam na Região?

É bom que todos estes factos sejam explicados para, sem grandes paixões, sem grandes alaridos, falarmos disso de uma forma séria e serena a fim de podemos esclarecer as pessoas.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e Cultura. Dispõe de 3 minutos.

Secretário Regional da Educação e Cultura(*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que o cabal esclarecimento desta matéria, particularmente no que diz respeito às questões de natureza técnico-jurídica, não pode ser feito por mim, nem aqui. Eu convido o Sr. Deputado a consultar os documentos relevantes que referi ontem, em relação a outros Srs. Deputados.

Aquilo que eu vos posso dizer é que a interpretação destas coisas não foi dada por mim, não é uma decisão de natureza política, nem tenho nenhuma intervenção política. Ela foi feita pelos respectivos técnicos e foi analisada por quem entende destas matérias.

Dessa análise, tendo em conta um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo sobre esta matéria, que diz que o órgão gerente é um órgão único, foi feita uma interpretação que permite, utilizando os artigos 12º e 13º do Decreto-Lei 84/99, fazer uma interpretação que diz que o sindicato em causa terá 9 órgãos que podem ser considerados para este efeito (1 órgão central e 8 órgãos de ilha, porque o sindicato é organizado em 8 ilhas, apenas o Corvo não tem uma estrutura sindical).

É com base nisso e com base naquilo que diz a lei em relação ao número de créditos que cada um desses órgãos pode dispor, que foi feito o cálculo. A partir daí é uma simples conta de multiplicar e de somar.

Trata-se de uma interpretação da lei que é relativamente clara, não tem nada de extraordinária.

A parte mais difícil de interpretação seria o conceito do que é um corpo gerente, mas o Supremo Tribunal Administrativo em acórdão já fez essa interpretação. Por isso utilizou-se o que foi dito.

Do ponto de vista político não há aqui nenhuma intervenção, nem há nada de político. É meramente técnico-jurídico e é apenas isso que está em causa.

No que diz respeito à posição da Secretaria, ela apenas cumpre o que está na lei.

Ouvindo esta manhã as declarações que foram feitas a uma estação de rádio pela Sra. Presidente do Sindicato, parece ter havido uma evolução nesse sentido por parte do próprio sindicato, já que dizem que estão na disposição de cumprir o que está na lei. Estamos a caminho de chegarmos a uma situação que nos possamos entender. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Da intervenção do Sr. Secretário em relação à questão colocada sobre a interpretação legal no que se refere a esta questão e a esta matéria, gostaria de sublinhar uma ideia, isto é, o esforço no sentido de dizer que o problema que neste momento opõe a secretaria e o sindicato não é político, é de interpretação legal.

A vida demonstra que não é assim. É basicamente um problema político e um problema de comportamento político.

Ontem já foi frisado por outros deputados que esta questão podia ter sido assumida noutra ocasião, na medida em que o decreto-lei em questão está em vigor desde 99.

Evidentemente que o argumento da Sra. Directora Regional da Educação ter vindo ontem, em conferência de imprensa, agressiva, procurando ser o complemento das intervenções feitas nesta Casa pelo Sr. Secretário Regional, dizer que está a estudar o problema desde 99, por isso só este ano é que foi encarado, não colhe. Isto é um disparate e esta Câmara não pode aceitar.

Eu não sou jurista. Tive acesso a vários pareceres jurídicos relativamente a esta matéria. Nesses pareceres há a opinião jurídica dos técnicos da secretaria, nomeadamente dos que ontem acompanhavam a Sra. Directora Regional e há pareceres de especialistas de direito de trabalho e direito administrativo.

Eu tenho aqui alguns resumos desses pareceres, porque para mim só me é exigido ter conhecimento desses resumos.

Um abalizado parecer diz que a posição da SREC viola os artigos 11º., nº. 1, do Decreto 84/99 e o artigo 55º. nº.s 1 e 2, alíneas c) e d) da Constituição da República Portuguesa.

Percebe-se por que é que isto é assumido. É porque a SREC pretende definir qual o corpo gerente com funções executivas a todo o território, a toda a área do sindicato e não pode fazer porque os estatutos do Sindicato definem isso de forma diferente. É este o centro da questão e o Sr. Secretário não pode fugir a isto.

O Sr. Secretário está a fazer uma política agressiva, tentando enfraquecer o movimento sindical docente e é isso que os açorianos têm que perceber e ninguém pode aceitar.

Um problema que não foi polémico tantos anos, por que é que é agora?

É agora, porque temos uma política de direita pior do que outras que tivemos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,

Ontem, na declaração política do Sr. Deputado José Decq Mota, o Grupo Parlamentar do PS foi interpelado directamente, tendo em vista explicar a sua posição sobre esta matéria.

A posição do Grupo Parlamentar do PS sobre esta questão é a mesma que foi expressa directamente ao sindicato dos professores quando tivemos a oportunidade de com ele nos reunirmos em Ponta Delgada.

O Sr. Deputado José Decq Mota invoca aspectos relevantes e importantes do exercício da actividade sindical, como a liberdade sindical, mas tudo isso é exercido dentro da lei e de uma determinada lei.

No caso concreto, pese embora a diferentes interpretações que se podem colocar em relação a essa lei, há um aspecto e um dado que é relevante.

Em primeiro lugar, parece-me abusiva, mas isso é a minha opinião, a interpretação de que o Sr. Secretário faz “tábua rasa” da lei. Tanto não faz que existe um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, no qual ele se ancora para fundamentar o seu entendimento e a interpretação da lei.

Em segundo lugar, parece-me importante realçar neste momento, que do nosso ponto de vista, aquilo que a lei estabelece deve ser respeitado inquestionavelmente.

O que se coloca aqui e aquilo que me parece que esta situação configura, é que o sindicato tem uma determinada interpretação da lei e a secretaria tem outra.

Por aquilo que o próprio sindicato teve oportunidade de nos dizer, o Sr. Secretário nunca colocou quaisquer limites e até disponibilizou-se sempre a acatar as decisões do órgão que tem competência para estabelecer o entendimento final da lei – os tribunais.

Em relação aos pareceres que o Sr. Deputado José Decq Mota cita, gostaria de referir que tive conhecimento de um que fundamenta a posição dos sindicatos. Além dos pareceres vai a questão de uma decisão e, no caso concreto, relevo mais uma vez, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo.

Pode haver muitas interpretações, mas havendo uma decisão do tribunal está tudo definido. Julgo que é esta a situação que está presente nesta matéria.

Não consideramos de forma nenhuma, sobretudo pelo cuidado que tem sido posto pelo Governo nos múltiplos contactos que existem com o sindicato e nas múltiplas questões que têm sido colocadas na extensa troca de correspondência, que se queira transformar esta situação, como por vezes poderá haver a tendência, como um crime de lesa sindicalismo.

A raiz deste problema exclui, à partida, este tipo de perspectiva. Questões como o autoritarismo, a arrogância e tudo o mais, são excluídas pela raiz do problema.

Existe uma lei que define determinado tipo de solução. Existem dúvidas, existem diferentes interpretações relativamente a esta lei. Então vamos esclarecer.

Penso que não é exigível ao Governo Regional que adopte, sem qualquer tipo de dúvida ou sem questionar, a interpretação do sindicato, da mesma forma concebo que não é exigível ao sindicato que adopte sem qualquer tipo de dúvida ou sem questionar, a decisão do Governo.

O sistema democrático funciona assim e é a isso que nós estamos a assistir, com mais ou com menos veemência. Agora, há algo em relação ao qual a posição do Grupo Parlamentar do PS é inequivocamente clara: aquilo que diz a lei é para ser respeitado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho cópia do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Ele é muito curto e sem prejuízo de distribuir aos Srs. Deputados, passo a ler o nele é dito, obviamente com as limitações que os meus conhecimentos nesta matéria impõem. Ele tem 4 pontos e um deles refere que o despacho igual ao nosso é inconstitucional. O ponto que interessa em relação à matéria que estamos aqui a discutir é o ponto 4 e diz: “para este efeito deve entender-se por Direcção de Associação Sindical o órgão único de administração da pessoa colectiva que de forma autónoma e permanente assegurará a gestão de todo o sindicato globalmente considerado e não a universalidade dos seus corpos gerentes”.

Eu peço autorização ao Sr. Presidente para distribuir cópia deste documento.

Não creio que necessitamos de estar a fazer discussões de natureza jurídica, porque temos aqui o acórdão. Foi isto que foi dito e é isto que estamos a fazer.

Na minha primeira intervenção não tive tempo de prestar um esclarecimento em relação a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão. Aproveito agora para dizer que sim, que alguns dos professores que em anos anteriores gozaram da dispensa para a actividade sindical, exerceram essa actividade fora da Região, mas a lei permite-lhes isso. Aí não há nenhuma violação da lei.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria agradecer a resposta – teve quase a não acontecer, porque se o Sr. Deputado Paulo Gusmão não tivesse usado da palavra hoje, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também não tinha usado – do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e agradecer também ao Sr. Deputado Paulo Gusmão por ter mantido o debate.

Gostaria de sublinhar um aspecto, é que o meu desafio político ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha excedido muito a questão dos créditos sindicais. O meu desafio político, presente da minha declaração política de ontem, era relativamente à vossa posição sobre os aspectos caracterizadores e determinantes da política educativa do vosso governo, feita pelo Sr. Secretário que está em funções. A isso não foi dada resposta. Agradeço a resposta parcelar.

Ouvi com muita atenção os argumentos do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar e, sem qualquer desrespeito, queria frisar que a resposta não acrescenta nada ao problema.

Na opinião que defendo, o que o Sr. Secretário Regional veio levantar com esse acórdão oriundo do Tribunal Administrativo, não acrescenta nada de sério ao problema, porquanto temos a questão dos Estatutos do Sindicato dos Professores e a definição que esses estatutos fazem das funções da Direcção Regional constituída da forma como é composta.

É aqui que entra o ferir o artigo 55º. da Constituição da República: o direito de auto-organização dos sindicatos.

Eu, o Sr. Deputado Francisco Sousa e várias pessoas que estão aqui, sabemos que são os estatutos antigos, os estatutos adoptados em tempos por uma certa tendência sindical que teve peso no conjunto do país, aqueles que aos sindicalistas docentes da época pareciam os mais adequados à natureza insular da nossa Região.

Foram os estatutos que possibilitaram que o Sindicato dos Professores dos Açores fosse uma estrutura sindical unida na diversidade, unida em formas de pensar e de abordar os problemas diferentes, porque as decisões fundamentais eram feitas por uma direcção na qual tinham assento os dirigentes eleitos em cada ilha. É assim que os estatutos adequados a esta realidade se definem.

Podem merecer actualizações porque passaram-se muitos anos, mas os estatutos são uma forma de funcionamento e quem conhece a vida sindical dos Açores sabe que foi o sindicato o sector que foi mais longe na procura de uma forma de funcionamento adequada.

É esta a questão que o sindicato levanta com muita força e na minha opinião com muitíssima razão.

Eu não quero contrariar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas este problema é político, exactamente por não ter sido levantado em 99 ou logo a seguir ao acórdão. Este problema é político e resulta de um posicionamento que o Sr. Secretário Regional e a Sra. Directora Regional têm em relação à acção sindical e, permitam-me que o diga, em relação à evolução da acção sindical nos últimos 3 anos.

A evolução da acção sindical tem ido no sentido de fazer crescer a contestação à política educativa em muitos aspectos.

O Sr. Secretário Regional toma esta posição em função desta evolução. Há 3 anos as posições do Sindicato face à política educativa, porque ela também não tinha tido desenvolvimento, não eram as de hoje. É essa a acusação política (sei que é grave!) que é necessário ser feita ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, olhos nos olhos.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário Regional vai buscar esta matéria agora, porque quer enfraquecer, para defender a sua errada política, a acção sindical docente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro pretendeu responder a desafios feitos ontem por várias bancadas, mas respondeu não esclarecendo, por isso gostaria de obter alguns esclarecimentos.

Não esclarece qual a posição da sua bancada e do seu partido em relação à política educativa e, se quiser, em concreto, a este aspecto que é o da interpretação do relacionamento da posição abusiva e autoritária da Secretaria Regional da Educação e Cultura na relação com os sindicatos.

Vamos por partes:

O acórdão ao qual se ancora o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, é de 1999.

Volto a fazer a mesma pergunta:

Por que é que em 99/2000, 2000/2001 e 2001/2002 não foi utilizada esta interpretação? Por que é que só agora é que a Secretaria dá este corte radical, esta interpretação abusiva e autoritária, naquilo que é uma lei e um acórdão do Tribunal que já tem 3 anos?

O senhor diz que a lei deve ser respeitada. Pergunto:

A lei está a ser respeitada?

É esta a resposta que deve dar.

A Secretaria Regional da Educação e o Sindicato dos Professores têm interpretação diferente da lei. E que interpretação faz o PS? Qual a sua interpretação? É idêntica à da Secretaria ou é mais coincidente com a do Sindicato?

Este é um problema político, mas se quiser reduzi-lo a uma mera questão jurídica, eu cito um parecer:

“Entende-se que a posição da Secretaria Regional da Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores viola o disposto nos artigos 11º., nº. 1, do Decreto-Lei 84/99, de 19 de Março, e 55º., nº.s 1 e 2, alíneas c) e d), 3 e 4 da Constituição”.

O parecer é assinado pelo Prof. Doutor Rui Pereira até há pouco tempo Secretário de Estado do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a explicação do Sr. Secretário acho que ficou um pouco mais claro aquilo que está em causa. Há diferentes interpretações daquilo que é a lei e há, sobretudo, o respeito por uma que tem o carimbo do Supremo Tribunal Administrativo e que não é propriamente mais uma opinião. Aliás, seria teoricamente quem resolveria essa questão.

Por isso, importa dizer aqui que se a parte jurídica está explicada e resolvida, a questão política também se prende com isso, para as pessoas perceberem do que é que se trata.

Temos que perceber quando o Sr. Deputado José Decq Mota diz que a própria Constituição dá essa liberdade, de se auto-organizarem. É verdade.

Mas algum dia o legislador ao fazer esse diploma quis se imiscuir na organização do sindicato ou de algum sindicato?

Será que aquilo que se pretende é definir de que forma o Estado apoia a actividade do sindicato?

Em tudo há uma regra.

Até aqui não são os partidos que nomeiam os Srs. Deputados. É o povo que os elege, há uma certa representatividade, há uma certa harmonia entre as diversas coisas e há balizas.

Julgo que nenhum açoriano compreenderia que algum dia – e se assim foi no passado, esteve mal – estivesse ao livre arbítrio de qualquer organização, seja ela sindical ou outra qualquer, ser ela própria a decidir qual o apoio que a Região lhe há-de dar.

Em tudo há regras para esse apoio. Se a direcção seria ao gosto de cada sindicato, ou melhor, na definição de todos os órgãos e mais alguns não haver um critério, é evidente que o mesmo é dizer que isto vai até ao infinito e nada pode ser feito.

Depois dessa explicação eu julgo que a questão fica mais clara.

Se o Sr. Secretário tivesse os números consigo, julgo que não ficaria mal dizer-nos hoje se ainda continuarão a ser 11 aqueles que vão continuar a estar a tempo inteiro ao serviço de um sindicato, quando por exemplo o Governo da Região, que terá outras funções, se calhar terá poucos mais secretários do que isso. Gostaria de saber quantos é que estavam ao serviço dos sindicatos em geral, na sua área.

Gostaria de perguntar também se tem ideia dos números – para vermos se há aqui alguma posição que contrarie o espírito da lei – que constituem uma Direcção Regional e dos números que constituem uma comissão executiva.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:**

Não se iluda. A minha intervenção visou responder àquela que foi a intervenção que interpelou directamente o Grupo Parlamentar do PS, ou seja, a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

Sr. Deputado José Decq Mota, não sei até que ponto é que o Sr. Deputado Paulo Gusmão fica satisfeito neste papel de instrumento, em relação ao Grupo Parlamentar do PS.

Gostaria de dizer que a minha resposta, segundo as suas palavras, não acrescentou nada ao problema. A intenção também não era essa, mas sim acrescentar algo à solução. Sinceramente parece-me que é isso que se passa.

Vamos por partes.

Eu tenho todo o gosto em dar-lhe uma resposta em relação ao segundo desafio que me colocou, resposta essa que já agora esclareça-se, seria dada, porque considero que quando interpelado directamente devemos dar respostas.

Mas antes disso gostaria de referir dois aspectos relativamente à sua intervenção e ainda no que diz respeito à questão sindical.

Sr. Deputado José Decq Mota, o senhor não pode pegar num artigo da Constituição e considerá-lo que ele se aplica *qua tale*.

Existem direitos que estão consagrados constitucionalmente, mas que na sua materialização prática necessitam de ser harmonizados com outros direitos, com eles conflituantes que se aproximam. A necessidade que existe para alcançar o ponto de equilíbrio entre todos os direitos que nós temos é exactamente esta, é harmonizar direitos e não se pode pegar num para que ele se sobreponha a todos os outros.

Quanto à questão dos estatutos, isso não é colocado em causa pela legislação e não é sobretudo colocado em causa pela interpretação que a Secretaria Regional da Educação e Cultura faz dessa legislação e que é, ao que parece, sufragada pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Parece!**

O Orador: **Aí, concordo com o Sr. Deputado Paulo Gusmão quando ele diz que isso não é propriamente mais uma opinião.**

É necessário ter em conta um aspecto. Existem direitos, mas não é exigível ao Governo que aceite sem mais, a interpretação que o sindicato faz da lei, da mesma forma – reconheça-se – que não é exigível ao sindicato que aceite sem mais a interpretação que faz o Governo, mas isso é o funcionamento normal das coisas.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Qual a interpretação do PS?**

O Orador: **A interpretação do PS, já que faz questão, Sr. Deputado Joaquim Machado, aproxima-se mais da interpretação que faz o Governo.**

Presidente: **Sr. Deputado Vasco Cordeiro, esgotou o seu tempo.**

O Orador: **Já termino, Sr. Presidente.**

Relativamente à política global, Srs. Deputados Joaquim Machado e José Decq Mota, nós sufragamos a política educativa deste Governo, sobretudo porque essa política consta do programa eleitoral do VIII Governo Regional e esse programa mereceu a maioria absoluta dos votos do povo dos Açores.

É nossa função – e aqui estamos – velar para que isto se cumpra. Apraz-nos registar que até a este momento este programa tem sido cumprido e é por isso que nós temos estabilidade no corpo docente, temos gestão democrática.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

V. Exa. citou um parecer. O artigo que referiu tem a ver com a liberdade de organização do sindicato. Isso não está em causa.

O sindicato poderia ter 500 ou 1000 membros na sua direcção. A lei sobre créditos sindicais de maneira nenhuma define qual é a forma de organização do sindicato. O sindicato organiza-se como muito bem entender. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que a lei diz que para cada órgão há um limite máximo de créditos sindicais, independentemente do número de membros desses órgãos.

A secretaria não está interferindo na organização do sindicato e não tem nada a ver com essa organização. Essa organização está publicada na IV Série do Jornal Oficial e foi verificada pelos serviços desta mesma secretaria. A última publicação é do ano 2000.

A Secretaria da Educação tem competência em matéria de trabalho. Foram os mesmos técnicos que deram esse parecer que verificaram a legalidade e nós continuamos a acreditar que o estatuto do sindicato dos Professores da Região Açores é perfeitamente legal e está perfeitamente em vigor. A secretaria nada tem a apontar em relação a esse estatuto.

O sindicato organiza-se como muito bem quiser. O que a lei diz é que para a Direcção há aquele número de créditos, mas em lugar nenhum a lei diz que todos os membros da direcção beneficiam desses créditos. Há o máximo de 5, mas pode ter 500. Todos os sócios poderiam ser dirigentes.

Nós não estamos de maneira nenhuma a interferir na auto-organização do sindicato. Esse é um direito que lhe cabe.

Eu estou aqui, em nome da secretaria, a garantir que a legalidade desse estatuto foi verificada e ele está publicado na IV Série do Jornal Oficial. Portanto, não há nada a dizer em relação à estrutura do sindicato.

De maneira nenhuma se pode invocar que nós estamos de alguma forma a interferir na liberdade do sindicato.

O sindicato tem quantos dirigentes quiser, elege-os quando quiser, como quiser, dentro daquilo que a lei e a Constituição dizem.

O que nós estamos aqui a discutir é quantos créditos têm. Esses créditos estão fixados na lei na forma como eu acabei de dizer.

Sr. Deputado, a questão da liberdade sindical não está aqui em jogo e muito menos a capacidade do sindicato se auto-organizar. O sindicato tem os órgãos que quiser e como quiser.

Sr. Deputado, não há nenhuma interferência na organização interna.

Se quisesse citar o artigo anexo a esse que citou, veria que:

“Nenhum trabalhador da Administração Pública pode ser prejudicado, beneficiado, isento de um dever, ou privado de qualquer direito, em virtude dos direitos de associação sindical ou pelo exercício da actividade sindical”.

Portanto, o dever de trabalhar e de exercer a sua profissão não pode ser alterado por isso.

O que é que nós estamos aqui a discutir, Sr. Deputado?

A questão é esta e não outra qualquer.

Por que é que em 99 não se fez? – isto para descanso do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Este acórdão saiu a 21 de Novembro de 1999.

Deputado Joaquim Machado (PSD): 9 de Novembro!

O Orador: A partir daí iniciou-se contactos com os sindicatos e a partir daí iniciou-se uma redução que foi progressiva.

Esse problema coloca-se em relação a todos esses sindicatos

Se o Sr. Deputado analisar a evolução dos números, verificará isto que acabei de dizer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Orador: Para esclarecimento do Sr. Deputado José Decq Mota gostaria de dizer que se alguma coisa acontece com esta intervenção não é calar os sindicatos, mas sim torná-los mais aguerridos.

Sr. Deputado, o senhor sabe tão bem quanto eu que ninguém quer enfraquecer ninguém. Neste caso concreto, o sindicato pode ser e é o sindicato mais forte dos Açores, já que tem de longe o maior número de dirigentes dispensados e tem de longe o maior número de créditos.

Sr. Deputado, ninguém está a pôr em causa o sindicato.

A Secretaria considera o Sindicato dos Professores – este e os outros – como parceiros. Nós temos reunido mais com os sindicatos num ano do que os anteriores secretários em todos os anos e esses números podem ser confirmados.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para mais esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Há uma parte que tenho que reconhecer: o Sr. Secretário Regional é capaz de montar reuniões com os sindicatos com um índice muito elevado. É capaz de manter nessas reuniões uma postura que no seu aspecto exterior é de um profundíssimo sentido de diálogo, mas nada disso se tem reflectido, como sabe, na sua acção política concreta, no desenvolvimento do seu trabalho e das suas funções.

O Sr. Secretário encara o diálogo como uma forma anestesiante de fazer política em relação aos parceiros.

Em relação ao que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro aqui colocou, gostava de lembrar que, aparentemente, nós estamos à volta de um problema interpretativo que tem servido para que o Sr. Secretário procure dar a imagem de que não está a prosseguir determinados objectivos, que efectivamente está.

Gostava de chamar a atenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro para o facto de que quando pegou no livrinho azul e falou de um programa educativo que consta dele, não haja também um problema interpretativo, porque eu não vejo nenhum dos formadores de opinião desta região, dos colunistas, dos comentadores que apoiaram esse livrinho, vir hoje louvar a política que está a ser feita pelo Sr. Secretário, mas vejo outros que apoiaram livrinhos laranja e livrinhos amarelos a louvar a política do Sr. Secretário.

Eu chamo atenção do Sr. Deputado para que não haja um problema interpretativo grave, muito sério. Se ele existir e for grave e tão sério como penso que é, os senhores só darão por isso em Outubro de 2004.

Na minha convicção, o problema interpretativo em relação a isso é muito sério, é absolutamente total.

Em relação à questão que está aqui em causa, permitam-me que registre o seguinte:

Penso que a alteração fundamental que o Decreto-Lei de 99 veio introduzir neste esquema dos créditos sindicais, nomeadamente nas 4 horas para dirigentes, trata-se da impossibilidade que agora os titulares de lugares de mesa da Assembleia Geral, conselho fiscalizador ou conselho fiscal, usufruíram desses créditos. A questão reside aqui.

Cabe ao sindicato definir qual é a direcção regional que compete, nos termos da lei, globalmente, dirigir o sindicato.

Este sindicato tem ainda um outra função. Essa Direcção Regional, para além da condução do trabalho sindical, elege o Presidente do Sindicato.

É absolutamente claro que os titulares da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscalizador, não têm, por esta lei, esses créditos. De resto, trata-se da organização, da auto-organização do sindicato definir quem é a direcção. Não é o Sr. Prof. Álamo Meneses, Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo do Partido Socialista que deve definir isso, nem a sua Directora Regional, mas sim o sindicato nos seus estatutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Se da primeira vez não deu um contributo para o esclarecimento, da segunda vez também não o deu para a solução, embora tenha dado uma pequena ajuda na espera de nós sabermos como se posiciona o Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta matéria, afirmando que é uma questão de aproximação.

Quando disse aproximação, todos perceberam que o mesmo que é dizer de alguma divergência com o Secretário Regional da Educação e Cultura, nesta

matéria. Se fosse de apoio inequívoco, V. Exa. certamente não teria feito parcimónia nos elogios e nos apoios ao Governo Regional nesta matéria. Portanto, relativamente à interpretação estou esclarecido.

Volto a insistir: a lei está ou não a ser cumprida?

Apoiam ou não o Secretário da Educação em relação às medidas tomadas sobre esta matéria?

Eu percebo o vosso incómodo. Na sua bancada está um antigo presidente de um sindicato de professores que durante muito tempo exerceu essas funções, beneficiou do que dispõe a lei nesta matéria, utilizando mais 20% do tempo que os sindicatos hoje querem utilizar.

Seria bom, em benefício da lisura do debate parlamentar, que assumissem essa divergência, mesmo que sendo pequena, com as posições que a secretaria tem tomado nesta matéria.

Invoca o livrinho azul.

De facto, os senhores tiveram a maioria. Foi o eleitorado que democraticamente assim quis, mas isso não vos dá o exclusivo da razão, porque o Partido Socialista já devia ter percebido que o futuro já não será assim.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Essa notícia veio directamente da Alemanha!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado que em relação à lisura do debate parlamentar, o Grupo Parlamentar do PS não recebe lições de si.

Muito obrigado.

Presidente: Terminado este ponto, vamos passar às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na semana transacta iniciou-se o ano lectivo em todas as escolas da nossa Região. Importa neste Plenário traçar algumas considerações sobre o mesmo, visto ser um momento importante da vida de cerca de um quarto da nossa população. Uns porque é início de um percurso que durará mais uma dezena de anos, outros porque regressam a um espaço que gostam, porque que é lá que são confrontados com as aprendizagens e saberes que muito contribuirão para a sua realização pessoal e profissional, como para a sua integração plena na sociedade. Outros ainda, os que lá trabalham, desde os administrativos e auxiliares de educação aos professores regressaram ao espaço que, se não fossem os primeiros, outros rumos teriam tomado as suas próprias vidas.

O início deste ano lectivo foi assinalado por todos, pelo Governo na abertura do ano escolar da Escola EB 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, pelos Deputados Socialistas eleitos por S. Miguel na Escola Secundária da Lagoa, pelo principal partido da oposição, na Escola EB 2,3, de Vila Franca do Campo e por todos os órgãos de comunicação social. Se o Governo e nós deputados eleitos pelo PS apostamos em assinalar o início com a obra feita ou a realizar, a oposição aproveita o momento para lançar farpas ao Governo por promessas ditas não cumpridas, tendo como referência um documento base que é a Carta Escolar, da qual têm inveja porque nunca terem tido um instrumento de primordial importância para o planeamento do sistema educativo. Instrumento este, que o Continente ainda não possui e que o Governo Central propôs só agora aos recém criados conselhos municipais de educação que o realizassem, aquando da última descentralização de poderes para os municípios.

Tal como já afirmei nesta Câmara, a Carta Escolar é um instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo, com particular ênfase na vertente organizativa e das infra-estruturas educacionais, que deve ser revisto periodicamente o que está previsto no documento para ser anual, um período talvez considerado

curto para um instrumento de planeamento. Neste momento procede-se à sua reformulação.

Este documento não é posto em causa nas suas premissas, mas sim no cronograma previsto para a intervenção a levar a efeito nas diversas escolas ao nível das construções e requalificações. A Carta Escolar não só traça as instalações, como refere como é que o sistema educativo deverá estar organizado nos Açores. Há pessoas que não o organizaram daquela maneira e ninguém põe em causa a organização traçada na Carta Escolar.

Dos quatro pontos enunciados na Resolução n.º 1/2000, de 6 de Janeiro, a Carta Escolar é aprovada sem prejuízo dos instrumentos orçamentais e de planeamento que, nos termos da lei, em cada ano, venham a ser aprovados. Chamo a atenção para este ponto da Resolução porque tenho visto o PSD ir a determinadas escolas dizer: esta escola deveria estar feita ou a intervenção concluída. Como fizeram o ano passado, a título exemplo, no Faial, sobre a sua nova Escola Secundária, quando estas não estavam previstas nos Orçamentos Anuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este ano lectivo, todas as escolas abriram nas datas previstas no calendário escolar, fazendo esquecer os tempos em que escolas chegavam a abrir passado um mês ou mais das datas de início escolar por falta de professores, de funcionários ou por obras em atraso.

O número de alunos do ensino oficial para este ano é de cerca de 46000. Verificando-se a tendência de anos anteriores, a perda média de 1000 alunos/ano. Os sectores que apresentaram crescimentos pouco significativos foram o pré-escolar e o 2º ciclo.

O decréscimo de alunos tem-se verificado de forma mais acentuada nas ilhas mais pequenas e nos concelhos de Povoação e Nordeste na ilha de S. Miguel. Esta ilha já concentra cerca de 60% da população escolar e o concelho da Lagoa é o que apresenta crescimentos mais significativos. O número de turmas, voltou a diminuir este ano, mas a média de alunos por turma manteve-se nos 18,7 alunos. Para nós, como para qualquer responsável educativo, este número

é uma referência como condição essencial para o sucesso dos alunos. Estamos, portanto, dentro dos padrões médios do nosso país e da Europa. Para o principal Partido da oposição esta é uma das suas principais armas de arremesso à política da Educação deste Governo. Os números que apresentavam, quando estavam no Governo não eram melhores e estavam mais longe do que estes.

Em relação ao número de alunos matriculados para o corrente ano salienta-se ainda que 70% dos jovens açorianos que concluem o 9.º ano de escolaridade prosseguem hoje os seus estudos no secundário, incluindo o ensino técnico-profissional. Estando este último com mais de seis mil alunos matriculados a par do ensino secundário regular.

Este número de alunos matriculados nas diversas modalidades do ensino profissional é uma resposta do actual sistema de ensino que muito contribuirá para a empregabilidade dos nossos jovens. A taxa de ocupação dos jovens passou de 14,7% em 1996, para 35,4% no ano transacto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A diminuição do número de alunos do 1.º ciclo tem levado desde há vários anos ao encerramento de algumas escolas. Este ano foram 16 das Flores a S. Miguel. Para esta iniciativa o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura deslocou-se a todas as localidades por forma a explicitar os motivos e as vantagens destas decisões, numa disponibilidade que é grato referir e pouco vezes verificadas noutros tempos.

O encerramento de algumas destas escolas motivou protestos por parte de pais e encarregados de educação, muitas vezes secundados pelos próprios partidos, em especial os da oposição.

Esta medida não compreendida por alguns visa melhorar a qualidade do ensino, rentabilizar os recursos humanos, melhorar a socialização dos alunos e obter ganhos financeiros.

O encerramento tem por base os Despachos Normativos n.º 24/2001, de 26 de Abril e o n.º 20/2002, de 26 de Abril. Se um determina o encerramento de escolas com

menos dez alunos, mantendo uma escola por freguesia, o segundo obriga a que, caso se verifique a existência numa freguesia menos de 10 alunos, esta só poderá funcionar mediante autorização superior. Dos referidos despachos também não se pode inferir que não se possa fechar escolas com mais de 10 alunos. Se assim fosse era impossível fazer qualquer alteração à rede escolar por forma a racionalizar as estruturas educativas.

Para nós esta medida é facilitadora das aprendizagens, melhora a qualidade do ensino, acaba com a situação de um professor para quatro anos de escolaridade e elimina a situação de isolamento a que um docente é colocado numa escola de lugar único.

Com esta medida torna-se mais fácil ainda implementar um sistema de monodocência coadjuvada no 1.º ciclo do ensino básico, permitindo a gradual introdução de uma língua estrangeira nos 3.º e 4.º anos, o ensino da música, da educação física e os apoios educativos quer para os alunos com necessidades educativas especiais quer ao nível da educação especial.

Importa ainda referir que todos alunos deslocados estão a beneficiar de transporte escolar e de uma refeição diária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da diminuição do número de alunos e de turmas no nosso sistema de ensino, foram integrados 245 novos docentes nos quadros de Professores da Região. Neste concurso passaram aos quadros de escola 495 professores e educadores de infância, vindo a maioria dos quadros de zona pedagógica, que passaram a poder ter uma maior estabilidade nas suas vidas. Ao nível dos professores contratados já se ultrapassou as oito centenas de colocações, esgotando-se quase por completo as listas de professores que concorreram ao abrigo das novas prioridades instituídas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º4/2002/A, de 21 de Janeiro, dos quais falta colocar menos de duas centenas, em grupos como a Matemática, Português-Inglês, Filosofia e Biologia.

Se a primeira alteração verificada nos mecanismos dos concursos trouxe estabilidade aos docentes e às nossas escolas, com a colocação de professores por três anos,

apesar ter provocado alguma celeuma aquando da sua introdução, as últimas alterações vão no mesmo sentido, colocando os que efectivamente querem viver e trabalhar nos Açores.

Sobre esta problemática aguardemos a decisão do Tribunal Constitucional, mas sabemos desde já que se esta não for atendida serão os nossos alunos e as nossas escolas que perderão. Tão certa é a nossa visão dos concursos que o actual Ministro da Educação, Professor David Justino compreendeu que a nossa solução também poderia ser encarada para as outras regiões do país.

A solução encontrada não resolveu a problemática do desemprego dos professores, estão por colocar mais de um milhar de professores que concorreram. Todavia a problemática a nível dos que cá residem é este ano muito menor ou quase nula para aqueles que concorreram a toda a Região, sendo de poucas dezenas os candidatos que concorreram a todas as ilhas e ainda não foram contratados.

A situação seria mais difícil para alguns se o Governo Regional reduzisse para metade os professores previstos para a área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica, áreas curriculares do 3.º ciclo, ou ainda impedisse que se desenvolvesse a Educação Artística, limitando a oferta aos professores existentes nesta área na Escola. Foram essas as principais medidas do Governo Central da responsabilidade do PSD, para poupar no recrutamento de Professores. Sabemos que estas medidas não são defensáveis pelo PSD local, mas será porque está na oposição?!

Hoje temos mais de 98% de professores profissionalizados, 99,7% são detentores de habilitação própria, havendo apenas 9 professores sem habilitação própria. Em 1995/96, os profissionalizados eram apenas de 59% do total dos docentes do 2.º e 3.º ciclo e secundário.

Se esta melhoria dos recursos humanos das nossas escolas, trará melhor qualidade e regular funcionamento do nosso sistema de ensino, coloca questões de alguma acuidade financeira para a Secretaria Regional da Educação, porque longe vão os tempos em que “a mão de obra” era considerada “barata”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo, como o anterior, tem afectado recursos financeiros à Educação que representam um grande esforço da Região.

Dos últimos dados do PIB conhecidos, os de 1999, os investimentos na Educação representam qualquer coisa como 9,1%, muito acima das médias nacional e europeia.

Se no Plano a Médio Prazo 93/96 se previu investir nas construções escolares 1.200.000 contos, os Governos do PS na sua primeira legislatura triplicaram estes valores e hoje estão próximos do seu quádruplo. Razões inflacionárias não explicam este aumento, então porquê um investimento tão elevado neste sector?

A resposta é vossa conhecida Srs. Deputados, mas valerá a pena relembrar o que encontrámos ao nível do parque escolar em 1996:

- 1) Sobrelotação crónica das escolas dos principais centros urbanos;
- 2) Escolas demasiado distantes, obrigando os alunos a fazer percursos diários superiores a 30 Km;
- 3) Edifícios escolares extremamente degradados;
- 4) Escolas com uma população escolar excessiva.
- 5) Escolas com ensino secundário sem a devida adaptação.

A estas situações os Governos do PS têm vindo a dar a sua resposta ilha a ilha, concelho a concelho, construindo, requalificando e adaptando.

No 1.º ciclo foram feitos investimentos na recuperação ou ampliação da quase totalidade do parque existente, que durante anos a fio esteve ao abandono. Foram construídas novas escolas, entrando na rede este ano lectivo a Escola Básica e Jardim de Infância da Vista Alegre, destinada aos alunos das freguesias de Conceição e Matriz da Cidade da Horta, juntando-se a outras novas escolas construídas nas Velas, no Pico da Urze, na Carreirinha, na Lagoa e no Topo.

Nos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário a Escola do Corvo, a Escola das Furnas, Escola da Maia, a Secundária da Lagoa, a nova escola dos Ginetes em construção, a nova escola do Topo, a reconversão da Francisco Ornelas da Câmara, a requalificação e adaptação das escolas Pde. Maurício de Freitas, das Flores, Bento Rodrigues de

Santa Maria, a do Nordeste e a da Graciosa, demonstram a resposta que este Governo tem dado às lacunas apontadas.

Em preparação estão o lançamento dos concursos para a requalificação da Escola Básica Roberto Ivens, em Ponta Delgada e das novas escolas de S. Carlos e da Horta.

Um dos problemas que muitas das nossas escolas sofriam era o da manutenção corrente. Hoje, com novo regime de autonomia nas nossas escolas, eliminamos este crónico problema.

Apesar dos muitos milhões investidos em escolas que já fizemos, reconstruímos e ampliámos, apesar de termos diminuído as distâncias percorridas por muitos alunos, apesar de se ter aumentado o número de escolas profissionais, apesar de termos aumentado o número de professores para os apoios educativos, apesar da descentralização e regime jurídico criado, todavia, há e haverá sempre uma preocupação e um esforço no sentido de melhorar a qualidade do nosso ensino e das nossas escolas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para...?**

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **Pedir e prestar esclarecimentos.**

Presidente: **Tem a palavra Sr. Deputado.**

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José do Rego:**

Ontem, V. Exa. esteve profundamente meditador, como diria o meu companheiro de bancada Manuel Azevedo, durante toda a discussão da educação e hoje voltou a repetir a sua intervenção. Julgava que vinha participar neste debate para esclarecer, ajudar na solução ou apoiar o Secretário Regional da Educação e Cultura, coisa que não fez o Deputado Vasco Cordeiro. Afinal, nem uma coisa, nem outra.

Dentro das suas funções de membro de uma bancada parlamentar que apoio o Governo, procurou dizer que está tudo bem.

Começa por um pequeno deslize – às vezes a boca foge para a verdade – ao referir que o Continente só agora é que vai ter a Carta Educativa, coisa que na Região já existe há 2 anos. Foi preciso o PSD chegar ao Governo da República para se fazer a Carta Educativa.

Deputado Renato Leal (PS): Copiando a da Madeira!

O Orador: Os 6 anos de Governo do Engº António Guterres não deram para elaborar tal documento.

Relativamente à Carta Escolar já fiz algumas afirmações sobre ela. Não adianta ter uma Carta Escolar com princípios orientadores, com um cronograma de obras que depois não se cumpre.

No tempo do PSD não havia Carta Escolar, mas faziam-se as obras.

Deputado João Cunha (PSD): E bem feitas!

Deputado Renato Leal (PS): E bem feitas. Eu fui a tantas inaugurações que me esqueci do número!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Talvez é mentira?... Andaram aí a ter aulas à chuva, não foi?!

O Orador: Ainda ontem o Deputado Renato Leal lembrava aqui o seu estágio em 79/80. Fiquei surpreendido, Sr. Deputado, porque tendo feito estágio há tanto tempo, está bem conservado!

(Risos da Câmara)

Nessa altura não se fizeram as obras na escola Roberto Ivens. Sabe que obras se estavam a fazer? Em São Miguel tínhamos as construções da Canto da Maia, dos Arrifes, das Capelas, de Rabo de Peixe, do Nordeste, de Vila Franca e da Lagoa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é verdade!

Deputado Renato Leal (PS): Eu devo ter andado por muitos maus caminhos, porque nunca vi essas obras!

O Orador: Hoje há uma Carta Escolar que no dizer do Deputado José do Rego...

Presidente: **Sr. Deputado agradecia que concluísse. Eu sei que houve muitas interrupções, mas de qualquer forma...**

O Orador: **Exactamente, Sr. Presidente...**

Presidente: **O seu colega e companheiro é que está a controlar o tempo.**

O Orador: **Mas é que ele enquanto esteve a falar com V. Exa. provavelmente também se distraiu de parar o cronómetro.**

Vou concluir sem prejuízo de voltar a este assunto.

Em princípio, a Carta Escolar deveria ser orientadora, mas desorienta...

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: **As cabeças desorientadas como a do senhor!**

O Orador: **... por completo a Secretaria Regional da Educação e Cultura.**

Termino já neste domínio da Carta Escolar e depois voltaremos ao resto.

Sr. Deputado, se não quer os prazos da Carta Escolar, vamos esquecê-la.

Vamos, por uma vez, fazer fé naquilo que o senhor e os seus companheiros de bancada do Governo dizem.

No dia 13 de Fevereiro de 2001, o Sr. Deputado José do Rego dizia que “a Escola dos Ginetes vai funcionar no ano lectivo 2002/2003, pelo menos com um corpo de aulas”.

O Secretário, em Novembro, quando foi ouvido pela Comissão de Assuntos Sociais sobre o Plano para este ano de 2002, dizia que “a construção da dos Ginetes já se iniciou pelo que se espera que no próximo mês de Setembro esteja concluído o bloco de aulas”.

Se não querem a Carta Escolar, muito bem, mas digam ao menos em que é que eu vou confiar, porque na vossa palavra eu já não posso acreditar.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo Meneses)*: **O Sr. Deputado não tem vergonha, nem um bocadinho de vergonha naquilo que diz!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.**

Deputado José Rego *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:**

É ou não é verdade que temos uma Carta Escolar nos Açores?

Foi ou não foi este Governo que a construiu?

Neste momento o que interessa é que temos este instrumento para trabalhar no dia-a-dia.

Eu próprio digo que vale a pena. No meu discurso digo que um ano é pouco tempo para um instrumento de planeamento. Provavelmente dois anos, seria melhor, porquanto todos os anos há desfasamentos em relação a obras.

O senhor quando constrói uma casa poderá ter desfasamentos em relação à sua obra.

No que se refere à escola dos Ginetes, o seu edifício não abriu, mas a escola está a funcionar com os alunos do 5º ano, não nas melhores condições, mas sabemos que àqueles alunos que prometemos que não vinham para Ponta Delgada ou para os Arrifes, alguns desses já ficaram na sua terra.

Quanto às obras que o PSD fez, poderá enumerar uma série delas, como nós também poderemos enumerar as nossas. O que eu posso pôr em dúvida é que algumas das escolas construídas pelo PSD, como a que estava a falar, a do Canto da Maia, foi reconstruída pelo PSD e o PS já investiu lá muito dinheiro.

É ver o exemplo da Escola de Vila do Porto ou da Escola do Nordeste. Se fosse só uma simples adaptação ao ensino secundário, teríamos apenas que criar os laboratórios necessários para o seu funcionamento, os custos destas obras seriam muito menores, mas não é isso que estamos a fazer nessas escolas. Aí, estamos a construir novas escolas.

Eu não sei se o senhor esteve presente no Nordeste, eu não estive, mas vi declarações no jornal em que o Sr. Presidente da Câmara do Nordeste diz que “hoje vai-se investir mais na escola do que se investiu no passado. A escola de hoje vai ficar só nas paredes.”. Isso é grave. Aquela escola foi construída há muito poucos anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito poucos anos?!

O Orador: Há escolas feitas antes do 25 de Abril que estão a portar-se melhor do que as escolas construídas durante os vossos 20 anos.

Esta é a verdade e para confirmar basta andar pela nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pelo fim porque às vezes os últimos são os primeiros. Vamos à qualidade da construção.

Sr. Deputado José Rego, a Escola do Nordeste e algumas outras têm 20 e tal anos. A do Nordeste, por exemplo, já tem mais de 25 anos.

Eu ouvi o Sr. Deputado Francisco Sousa dizer que é natural chover dentro da escola, com aconteceu na da Maia, uma semana depois da inauguração. Acha que 20 ou mais anos depois de uma escola estar construída não precisa de uma reparação para sua manutenção?

Quer um exemplo mais recente?

Este não tem 20 anos e não é da semana da inauguração. A Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros, da Povoação, cujas obras foram concluídas sensivelmente há um ano, os tectos caíram durante este Verão.

Se é qualidade de construção, estamos conversados.

Além disso, convém prestar esclarecimentos aqui sobre outras matérias que me pareceu que o Sr. Deputado José Rego queria insinuar qualquer coisa, como por exemplo, há 18,7 alunos, em média, por turma. O senhor, que até é da área de economia, devia saber melhor do que eu que sou de história, que a média é um elemento de ponderação...

Deputado José Rego (*PS*): Não é uma média ponderada, é uma média simples.

O Orador: ... que junta os extremos. Eu dou um exemplo:

A Escola Básica 2,3 de Vila Franca do Campo, em Educação Tecnológica, tem turmas com quase 40 alunos.

Em Ponta Delgada, por exemplo na Escola Secundária Antero Quental, que está hoje tão sobrelotada como estava antigamente...

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Não diga disparates!

O Orador: ...apesar de terem retirado os alunos de Vila Franca que passaram a frequentar a secundária da Lagoa, designadamente os que são oriundos da freguesia de Ponta Garça, continuam a levantar-se e a chegar a casa à mesma hora. Em termos de média de alunos por turma estamos conversados.

Se é pelo suposto desanuviamento de algumas escolas, eu falei propositadamente na Escola Secundária da Lagoa, que foi inaugurada o ano passado, porque há uma desadequação entre as suas condições arquitectónicas e as aulas que lá se ministram.

Quer um exemplo? – eu peço aos Srs. Deputados que por um instante dêem uma atenção acrescida, porque o que eu vou dizer é complicado.

Os alunos do 9º ano da Lagoa frequentam a Escola Básica de Água de Pau que funciona dentro da Escola Secundária da Lagoa. Já viram esta aberração? Isto só é possível com o Partido Socialista no Governo.

Eu volto a explicar, porque isto é confuso: os alunos da Lagoa frequentam a Escola Básica de Água de Pau que por sua vez funciona dentro da Escola Secundária da Lagoa.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Deputado Joaquim Machado, não diga tolices!

O Orador: As tolices são as suas políticas Sr. Secretário!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Há coisas que o senhor tinha que saber antes de vir para aqui falar. O senhor nem lê os artigos!

O Orador: A sua política prejudica os alunos, prejudica os pais e os sindicatos.

Eu às vezes sei mais do que o senhor.

O senhor criou virtualmente a Escola Básica de Água de Pau que não existe, não tem edifício, mas tem um Conselho Executivo. Aí não poupou!

Criou uma comissão instaladora com Conselho Executivo que funciona dentro das instalações da Secundária, com problemas de compatibilização em salas dedicadas a ciências onde não há água, já se rebentou o chão e as paredes para fazer chegar a água, quando há salas e laboratórios de ciências affectos à Secundária da Lagoa que estão fechados. Isto tem ou não prejuízo para os alunos?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado, esgotou o seu tempo.

O Orador: Tem ou não prejuízo para os pais?

Tem ou não prejuízo para os professores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à qualidade das escolas, no futuro, estaremos cá para ver quem é que deixou ou deixará na Região escolas com melhor qualidade.

Uma coisa é certa, a maioria das escolas construídas pelo PSD não satisfizeram a Região.

O projecto escolhido e distribuídos por todos os Açores de uma forma igual, não foi um bom projecto e não funcionou bem nos Açores.

Não é necessário apontar as escolas. Todos conhecem, sabem de qual o projecto que estou a falar que continha telhados na horizontal, numa zona que chove. Em relação à estrutura dessa escola, julgo que não é necessário referir.

Gostaria de referir a falta de manutenção que as escolas sofreram ao longo de muitos anos, que se verificou no modo e no processo como essa manutenção era feita.

O Sr. Deputado Joaquim Machado quando teve responsabilidades numa escola, sabia que não tinha capacidade para fazer uma manutenção quase mínima da própria escola, estava altamente dependente da Direcção Regional das Obras Públicas.

Quem é que nesta Região não conhece o mestre Castel que ia de escola a escola? Todos iam bater à porta da Direcção Regional das Obras Públicas.

Hoje, com a nova autonomia das escolas, em que algumas escolas até têm capacidade para encontrar fundos próprios, com o descentralizar da Secretaria Regional para as escolas, a manutenção é possível de se fazer no dia-a-dia.

Não temos de ficar dias, meses ou anos para fazermos algumas manutenções.

Sei que dirá que algumas ainda não foram feitas por este Governo e eu disse no meu discurso que apesar de “n” coisas que já realizámos, ainda temos muito caminho para percorrer de modo a melhorar o nosso ensino e a qualidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu tinha decidido que não iria intervir, mas aquilo que o Sr. Deputado disse excede aquilo que é aceitável. Por isso mesmo, gostava de lhe prestar aqui alguns esclarecimentos, com muita força e com muita veemência.

De facto, o Sr. Deputado tem uma fixação na Carta Escolar. Tenho pena que o Sr. Deputado não a tenha lido toda e lido sobretudo o que está dito no início, ou seja, de que está contingente aos instrumentos de planeamento e à evolução das obras.

Por que é que o Sr. Deputado não diz o que é que está lá escrito?

Por que é que o Sr. Deputado passa a vida a dizer que esta obra está atrasada?

Sr. Deputado, a Carta Escolar é um instrumento de planeamento que define prioridades. É apenas isso e está dito no início que ela está contingente àquilo que em cada ano for orçamentado e executado. Isso é que é uma Carta Escolar.

A Carta Escolar não é de maneira nenhuma um instrumento em relação ao qual o senhor possa dizer que está atrasado ou adiantado. O Sr. Deputado devia saber isso e tinha a obrigação de saber.

O Sr. Deputado demonstra uma total ignorância de funcionamento das escolas. Aliás, o Sr. Deputado mais não faz do que trazer para esta Casa as letras gordas dos jornais. É isso que o Sr. Deputado faz.

Em relação aos tectos que caíram na Povoação, gostaria de lhe dizer que não caiu nenhum tecto. Apenas foi detectado que alguns tectos, dentro do prazo de garantia da obra, não tinham a qualidade necessária. Por isso foi necessário retirá-los e pintar o tecto, porque o betão que lá estava era demasiado liso. Foi isso que aconteceu, Sr. Deputado.

Essas obras têm 5 anos de garantia, têm fiscalização, são acompanhadas e feitas com seriedade.

As obras que os senhores nos deixaram nas escolas são autênticas ruínas.

O Sr. Deputado orgulha-se muito das obras dos anos 80. Eu teria vergonha de as referir.

Os senhores chegam aqui imensas vezes a dizer que estavam a fazer esta, aquela e aquela outra. Que escolas é que os senhores estavam a fazer?

Os senhores estavam a montar barracas, porque aquilo não passam de barracas, e nós obrigámos os nossos alunos a estarem lá todos estes anos. Essas escolas estão a

custar mais a recuperar do que custou a construir. Mais valia que os senhores não as estivessem feito.

Quando o Sr. Deputado falar em construções escolares, fale olhando para toda a pintura. Não faça apreciações sectárias, que não têm qualquer base.

Mais do que isso, Sr. Deputado, quem o ouvir falar fora desta Casa, quem está nas escolas (os alunos, os professores e os funcionários), sabem bem do que é que eu estou a falar. Todos eles com certeza estão a dizer que o Sr. Deputado não sabe o que diz.

O Sr. Deputado está a falar de uma coisa que as pessoas sentem no seu dia-a-dia, que todos vêem. Por isso acho que já é altura do senhor mudar de discurso, aliás, esse discurso só fica mal ao seu grupo parlamentar.

Outro aspecto que eu também queria referir em relação à qualidade das escolas, é que as escolas que nós temos vindo a fazer são escolas de grande qualidade.

Quando o Sr. Deputado fala na água que entrou na primeira semana, é verdade que entrou, mas a escola tem 5 anos de garantia. O assunto foi resolvido e se voltar a aparecer voltaremos a resolvê-lo.

É verdade que quando nós abrimos uma escola há sempre problemas, faz parte da natureza das coisas, mas nós temos garantia. Inclusivamente, nós vamos pagar a fiscalização durante 5 anos, para além da data da entrega da obra, para termos a certeza de que aquelas escolas ficam bem feitas. Isso está a acontecer, Sr. Deputado. Se olhar para o Plano verá as obras concluídas que já temos e uma verba para fiscalização. Porquê? Porque nós contratámos fiscalização para além da data da obra. Para quê? Para garantir que esta geração de escolas que é feita com muita qualidade, não tenha as mesmas pechas que aquelas que o senhor há bocadinho referiu.

A qualidade e a manutenção das escolas de hoje não se compara com aquelas que os senhores tinham. A culpa não era do Secretário da Educação, mas simplesmente do facto dos senhores não se fiarem de ninguém. O Sr. Secretário das Obras Públicas é que resolvia quando é que fazia manutenção.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: O senhor não tem legitimidade de vir a esta Casa levantar um problema do qual o senhor devia ter vergonha.

Sr. Deputado, já chega desta discussão sobre a Carta Escolar. Leia-a do princípio ao fim, em todos os seus números.

Chega de vir para aqui apontar aquilo que não devia apontar.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Eu tenho ainda a inscrição de dois deputados sobre este assunto.

Pedia ao Vice-Presidente, Deputado Fernando Lopes, para assumir os trabalhos na Mesa, porque tenho um compromisso oficial dentro de momentos.

(Neste momento, o Presidente da ALRA foi substituído pelo Vice-Presidente, Deputado Fernando Lopes)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

Deputado Joaquim Machado **(PSD):** **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Começando por responder ao Sr. Deputado José do Rego, as escolas hoje têm autonomia, designadamente para fazer manutenção, o que não tinham a alguns anos. Mas de que vale essa autonomia se não lhes facultam os meios?

Dou só um exemplo: a sua e minha escola, Domingos Rebelo, que vem nos Planos do Governo do Partido Socialista desde 1997, ainda hoje continua sem as obras e provavelmente em 2004, quando o Partido Socialista deixar de ser Governo, as obras continuarão por se fazer.

Dou-lhe mais exemplos: a semana passada eu visitei uma escola, cuja verba que lhe foi destinada pelo Sr. Secretário para manutenção, não dá para a reparação de uma casa de banho.

Em segundo lugar, eu tenho tanta fixação na Carta Escolar como tem o Sr. Secretário da Educação e como tem todo o Governo, porque no Plano deste ano a Carta Escolar vem citada cerca de 30 vezes. Em termos de fixação estamos iguais. Se tem fixação, eu já tenho amor por ela. Sabe porquê? Porque acho que ela devia ser cumprida, o que não está acontecendo.

O Sr. Secretário tem noção de que não a consegue cumprir, porque já fez uma revisão da Carta. Sabe qual é a grande alteração entre a primeira versão e aquela que um destes dias vai fazer publicar? É a retirada dos prazos para a execução das obras.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Exactamente!

O Orador: Barracas construídas pelo PSD?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Graças a Deus! Finalmente viu luz!

O Orador: Não me envergonho do esforço titânico que se fez, durante 20 anos de Governo do PSD, a construir 19 escolas só de 2º e 3º ciclo e secundário.

Qualidade delas?

Com certeza que algumas têm problemas.

Quando construímos as nossas casas, também temos problemas. Cada vez que fazemos obras na nossa casa é para melhorar, nem que seja uma torneira mais sofisticada.

Dessas barracas que injustamente aqui referiu, contrariando o esforço que foi feito nesta Região de solidariedade e desenvolvimento harmónico de todas as ilhas, porque em todas elas fomos construindo, ficou ao menos uma barraca, a Escola Secundária das Laranjeiras, considerada pela OCDE entre as 200 melhores do mundo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Muito bem! De 19, 1 já é muito bom!

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): E a Vitorino Nemésio?!

O Orador: Sr. Secretário, espero, e digo com profunda sinceridade, que as escolas construídas pelo Partido Socialista possam também figurar entre essa lista da OCDE, porque isso significará benefício para os nossos alunos.

Se nalguma escola, neste momento estão a dizer que aquele deputado não sabe o que diz, eu quando as visito Sr. Secretário, ouço dos funcionários e dos professores “eu não mereço aquele secretário!”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.**

Deputado Francisco Sousa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para dar dois esclarecimentos.

O primeiro para referir que a Carta Escolar tem sido e continuará a ser discutida, porque não tem só um cronograma de construções, mas tem definições de rede. Isso continuará a ser feito, porque tem que se ter em atenção a evolução demográfica da nossa Região e a circulação das pessoas dentro de cada uma das ilhas.

É por isso que já há duas ou três alterações na discussão da rede escolar e não tem a ver com cronogramas.

No que diz respeito à Escola dos Ginetes, fique V. Exa. a saber que tivemos o cuidado de visitar e ouvir os que lá trabalham. Há um atraso motivado pela remoção total do solo daquela escola que levou cerca de 3 meses para ser executado, porque foi de Inverno.

A obra que devia ter terminado, exactamente um dos pavilhões, para a abertura deste ano lectivo, há-de acontecer no mês de Fevereiro ou Março como está previsto no novo cronograma que foi feito sobre esta obra. A culpa não é do Governo nem sequer do empreiteiro. Foi uma questão que surgiu aquando do arranque da obra.

No que diz respeito às construções escolares já disse nesta Casa e volto a repetir: em 1986 foi inaugurada a Escola das Laranjeiras. Quatro anos depois a Vitorino Nemésio, Praia da Vitória e novamente quatro anos depois a Cardeal Costa Nunes, no Pico. São essas as 3 escolas que nos últimos 4 Governos do PSD se construíram em 12 anos. Esta é uma realidade e foram estas as escolas que foram concebidas e

executadas tendo em vista não aquele plano que estamos aqui a falar de escolas que não foram concebidas, não foram construídas e não respeitavam em nada as condições desta Região, por isso estamos hoje a reconstruir. Segundo as próprias pessoas que vão ser responsáveis pela obra, tal como disse o Dr. José Carlos Carreiro, Presidente da Câmara do Nordeste, hoje vai-se gastar mais na reconstrução daquela escola do que se gastou na sua construção.

Ele próprio diz que tem a ver com sua estrutura onde por exemplo os tectos foram um desastres e tudo o quanto é janela foi um desastre de concepção da própria escola.

Quando os senhores, e bem, a meados dos anos 80 perceberam que o tipo de escolas que estavam a construir estava errada, mudaram. O primeiro bem que fizeram de todos estes, foi a Escola das Laranjeiras, quatro anos depois a Escola da Praia e quatro anos depois a Escola da Madalena, no Pico. É por isso que se fizeram 14, 15 ou 16 escolas em três ou quatro anos e depois levaram-se 12 anos para construir 3.

Sr. Deputado Bento Barcelos, eu dei-lhe as datas das inaugurações, porque felizmente estive em todas elas.

Deputado Bento Barcelos (PSD): E a Escola Preparatória de Angra?

O Orador: A Escola Preparatória de Angra é uma escola semelhante às outras.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Deputado, ela está lá a funcionar!

O Orador: Pelo amor de Deus, Sr. Deputado Bento Barcelos.

Estas três escolas foram feitas a partir de 86 e já foram feitas como deviam ser.

Que fique claro: nós respeitamos e temos muito gosto em entrar nessas escolas, mas foram apenas 3 escolas construídas assim. As outras foi “toma e leva” e deu naquilo que está a dar. É ver de Santa Maria às Flores o que se vai gastar em cada uma delas para mantê-las, conservá-las e adaptá-las.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.**

Deputado Nuno Amaral (PS): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:**

As pessoas que falam e criticam este Sr. Secretário devem ser iguais a este Sr. Presidente ou ainda Presidente da Câmara do Nordeste que no dia 1 de Outubro de 2001 dizia:

“Este Sr. Secretário não tem condições para continuar nestas funções. A política deste Secretário está errada”.

No dia 14 de Setembro, este mesmo senhor dizia:

“Sr. Prof. Doutor José Gabriel Álamo Meneses, Secretário Regional da Educação e Cultura ... lhe manifesto o agradecimento do Concelho do Nordeste pelo seu empenho neste processo e na sua boa resolução. Sem a sua vontade e determinação as obras da Escola do Nordeste estariam seriamente comprometidas”.

Por isso está a ver que aqueles que criticaram este Sr. Secretário Regional estão agora a dizer que se não fosse o Sr. Secretário da Educação, a Escola do Nordeste não teria avançado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas essa o senhor nunca acreditou muito nela!

O Orador: Eu lutei muito por ela e continuo a lutar.

Neste seu artigo – isto a confirmar aquilo que o Sr. Secretário estava a dizer de que muita vez o senhor não lê tudo – que se intitula “Promessas traídas” diz que “a Escola do Nordeste cujas obras o Governo programou estarem concluídas em Setembro de 2001, só agora é que vão ser intervencionadas”.

Sr. Deputado, se tivesse conhecimento das coisas pedia à Câmara do Nordeste que lhe desse informações. Eu posso informar-lhe de que a Direcção Regional mandou que se iniciasse o projecto para o arranque das obras da Escola do Nordeste em 98.

A Câmara Municipal do Nordeste – e eu tenho aqui cópia da data – envia o projecto final para a Secretaria Regional da Educação a 8 de Janeiro de 2001.

Eu só conheço uma pessoa neste país que conseguiu construir escolas novas em 6 meses. Sabe quem foi? O Dr. Durão Barroso.

Neste momento, ele está a inaugurar escolas que com certeza foram feitas por ele, porque quando dizem que o PS nada fez e ele com 6 meses de mandato já está a inaugurar, significa que ele conseguiu construir em 6 meses.

Sr. Deputado, é bom que se informe das coisas. Como lhe disse em 98, a Secretaria mandou avançar e em 2001 é que entregou. Por isso, em Setembro de 2001 a escola do Nordeste não podia estar pronta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Folgo em tê-lo ouvido neste debate sobre a educação, contrariando a expectativa que também tivesse intervindo quando se discutiu uma questão premente no domínio da educação, que foi a dos sindicatos, mas todos nós percebemos o seu silêncio.

Sobre isso estamos conversados e não é necessário dar mais qualquer achego à Câmara.

Todavia esperava que nesta sua intervenção sobre a Carta Escolar tomasse a mesma posição que tomou, por exemplo, em 1999, quando era Presidente do Sindicato onde, em conferência de imprensa, exigia à Secretaria da Educação que fizesse a rápida intervenção na Roberto Ivens ou a rápida construção da Escola do 1º Ciclo de Rabo de Peixe.

Passados todos estes anos, nem uma coisa, nem outra.

Sr. Deputado Nuno Amaral, de facto, se o Secretário Regional da Educação não tivesse mudado de política, o Presidente da Câmara do Nordeste não tinha mudado na avaliação do Secretário da Educação. Durante todo esse tempo a Secretaria não elaborou o projecto que era da sua competência. Compete à Secretaria Regional. Não foi a Câmara do Nordeste que esteve atrasada durante 3 anos. Foi a Secretaria Regional da Educação e Cultura que se atrasou de 96 até hoje.

Se não fosse esse envolvimento da Câmara do Nordeste, ainda hoje as obras não teriam arrancado. Se estivéssemos à espera da sua boa vontade nesta Câmara, as obras continuavam por arrancar, porque o senhor e a sua bancada chumbaram uma proposta do PSD para reforçar a rubrica destinada às obras do Nordeste.

Deputado Francisco Sousa *(PS)*: **Porque sabíamos que a Câmara não tinha projecto!**

O Orador: **Se calhar é por isso que o povo do Nordeste decidiu sabiamente, e muito bem, manter o senhor como vereador da oposição, porque o senhor não tinha condições suficientes para defender devidamente os interesses do Nordeste.**

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: **Nem tinha o cimento, a areia e a tinta!**

O Orador: **Já agora, se o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, inaugura escolas construídas em 6 meses, olhe que o caso não é virgem! O Sr. Carlos César, Presidente do Governo, Regional inaugurou a da Madalena com menos de 1 mês de funções.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.**

Deputado Francisco Sousa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:**

Só para falar de uma escola, a Escola de Rabo de Peixe.

O Governo continua à espera de duas coisas que são da responsabilidade da Câmara.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.**

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:**

Suponho que, usando aquela figura do teatro, vou deixar a deixa, se me é permitida a redundância, para uma intervenção que depois se há-de seguir.

De facto, a Secretaria Regional está à espera não do projecto, porque só existe ainda o estudo prévio, Sr. Deputado. Sabe do que é que a Câmara está à espera? É de que a Secretaria decida em que terreno quer construir a escola, porque o problema é esse.

A Secretaria indicou um terreno anexo à Escola Rui Galvão de Carvalho, onde nem o estudo prévio cabe lá dentro.

Aliás, não é caso virgem, acontece exactamente o que continua a acontecer com a Escola do 1º Ciclo de São Vicente Ferreira, onde o projecto que a Secretaria fez também não cabia no terreno. Por isso mesmo, São Vicente de Ferreira

continua à espera da ampliação da Escola que também há muito tempo o senhor já reclamava publicamente, mas que agora calou-se sobre ela.

Deputados Marque Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Escola de Rabo de Peixe agradecia que o senhor se informasse melhor, não ouvisse só uma das fontes e tenha a consciência do tempo que isso já está na Câmara Municipal da Ribeira Grande. Esse estudo prévio tem andado. A Câmara esteve mais de um ano sem contactar o gabinete que está a fazer esse estudo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Câmara vai fazer um projecto sem saber onde é que vai implantá-lo?

O Orador: Uma coisa é delegar nas Câmaras e elas terem alguma dinâmica. Ali não temos visto nada.

Noutras Câmaras o Sr. Deputado já viu que a escolha dos terrenos é fácil. Naquela Câmara tudo tem sido difícil.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A culpa é da Secretaria!

O Orador: Não é da Secretaria, Sr. Deputado. Havia um contrato ARAAL com a Câmara para ela fazer o projecto.

As coisas não andaram e todos sabemos porque foi.

Em relação à Roberto Ivens, mais uma vez o Sr. Deputado e o seu partido fazem pé dela.

Nós já dissemos que o que vamos lá fazer é uma intervenção exemplar.

O PSD gastou lá milhares de contos. Hoje acusa que a escola não está boa.

A escola tem menos alunos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Recebeu de outra área!

O Orador: Recebeu de outra área porque tinha capacidade para recebê-la, senão não teríamos colocado lá esses alunos.

O nosso projecto para a Escola Roberto Ivens implica a compra de um determinado terreno. Se a pessoa não quer vender, há que fazer a declaração de utilidade pública. Ela já está feita.

O projecto está em vias de terminar e nós vamos caminhar para uma escola nova e exemplar para Ponta Delgada.

Eu não sei quem é que este fim-de-semana já põe em dúvida a localização da Escola Roberto Ivens num jornal no qual o senhor se preza em descrever.

Nós, Partido Socialista, entendemos que a Escola Roberto Ivens deve funcionar no centro da cidade.

É uma escola que importa para a cidade de Ponta Delgada. Nós não temos dúvidas quanto a essa decisão, mas julgo que ainda pairam dúvidas em algumas pessoas de Ponta Delgada, da sua área, da área do PSD, quanto à localização da respectiva escola.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga quem são!

O Orador: Eu não sei, mas o senhor sabe quem é que escreve naquele jornal.

O senhor sabe que eu não sei que o senhor sabe!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é de uma irresponsabilidade que eu nem conhecia!

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rabo de Peixe é uma das freguesias mais populares dos Açores.

É em Rabo de Peixe que ainda persistem os mais graves e complexos problemas de pobreza e exclusão social, que atingem os maiores índices populacionais.

São famílias inúmeras a viver do rendimento mínimo garantido; é o alcoolismo que alastra com todas as suas gravosas consequências; são os marginalizados da sociedade e do progresso em número tão exagerado; é o absentismo escolar que atinge os padrões mais elevados da Região.

São ruas com dezenas e dezenas de casas sem o mínimo de condições de habitabilidade.

São casas e mais casas onde vivem pais, filhos e netos sem que haja a mínima condição de dignidade para quem lá habita.

Parecendo querer avançar com propostas e soluções sustentadas de desenvolvimento e de combate à pobreza naquela freguesia, o Governo Regional encomendou à Universidade Católica a realização de um estudo sócio-económico, cujo relatório final aponta como eixos prioritários:

- A educação, passando pela aceleração do parque escolar e ajustamento às condições de acolhimento da criança.
- O parque habitacional, perspectivando formas de ampliação e ao mesmo tempo destruindo as casas de familiares realojadas.
- O porto de pescas, tornando-o operacional em temas de meios e serviços.
- A formação profissional e a sua adequação à realidade e ao emprego.

Antevendo já os resultados daquele estudo, o próprio Governo Regional criou um programa designado Intervenção Específica em Rabo de Peixe, com o intuito de articular políticas e de potenciar as medidas a desenvolver na freguesia, cabendo a coordenação global ao Presidente do Governo Regional. Por essa via, era conferida ao programa uma natureza transversal a todos os sectores e a força e capacidade políticas que se exigiriam.

Foram há pouco mais de dois anos, que o Presidente do Governo Regional chamou, a Santana, os presidentes da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e, perante os órgãos de comunicação social, anunciou, com pompa e circunstância, tal programa de intervenção. Foi um acto de especial relevância e solenidade.

Parecia, assim, chegada a hora de Rabo de Peixe. Prometia-se um investimento anual de 1 milhão de contos, através de uma intervenção articulada e concentrada de todos os departamentos, por forma a garantir eficácia na acção para a resolução dos graves problemas de que sofre a freguesia de Rabo de Peixe.

Mas, infelizmente, a experiência e a realidade comprovam o contrário.

Ainda na semana passada, o Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz, e outros Deputados visitaram a freguesia e puderam constatar o falhanço do Governo

Regional na concretização do Programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

Trata-se de mais um exemplo da política socialista vistosamente anunciada, mas pouco ou nada concretizada.

Afinal o Governo Regional anuncia milhões, mas depois só aparecem tostões!

Deputados José Manuel Bolieiro e Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Imediatamente salta à vista o estado de abandono do porto de pescas: não há electricidade nem abastecimento de água; a sinalização não está funcional; não há meios mecânicos; não há casa de aprestos; o caminho de acesso está num estado lastimável e impróprio para viaturas. Esta infraestrutura de apoio à pesca pode ser, é com toda a certeza, um elemento estruturante da freguesia, não só no plano urbano como pelos efeitos induzidos na criação de novos níveis e padrões sociais.

No domínio habitacional, a obra mais visível é a construção da primeira fase de 48 habitações no Novo Bairro de Pescadores que a Câmara Municipal leva a cabo num programa do INH para 77 moradias.

Outra iniciativa municipal de grande alcance e sentido estratégico é a Escola Profissional de Rabo de Peixe que tem sabido dar resposta aos anseios e necessidades imediatas mas que, a prazo, multiplicará os benefícios por toda a comunidade.

Há, pois, que aproveitar o dinamismo e a capacidade do Poder Local na resolução concreta dos reais problemas, pois é ele que, em primeira instância, melhor os conhecem pela proximidade às populações e, por isso, melhor os resolvem ou podem ajudar a resolver.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para quem tanto precisa como Rabo de Peixe não é aceitável que, dos 538 mil contos inscritos em 2001, apenas se tenham despendido 97,6 mil contos.

Isto é, o Governo Regional apenas foi capaz de executar um quinto da verba que a Assembleia Legislativa aprovou para o Programa Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

E, quando a habitação é um dos elementos chave para a promoção da melhoria de vida de tantas famílias, o Governo não chegou a investir, segundo os seus próprios dados, 5000 contos!

Numa carta endereçada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia, em finais de 2001, escrevia o Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe: “é público e notório que em um dos mais graves problemas da freguesia é o da habitação.

...., nos últimos quatro anos, apenas foi possível adquirir uma casa para realojar uma família carenciada. Na vasta lista de espera existem mais de uma dúzia de famílias abaixo de patamares mínimos da existência humana”.

Numa nota distribuída à comunicação social, referia a Câmara Municipal da Ribeira Grande que “o défice habitacional de Rabo de Peixe é de cerca de 500 moradias. Este Governo não adquiriu nenhum terreno na freguesia, os realojamentos marcam passo, existem ainda terrenos deixados pelos Governos do PSD que aguardam execução de infraestruturas.”

Não tem desculpa o Governo para tanta incapacidade e ineficácia.

Em 2002, pode constatar-se que a execução financeira do primeiro semestre se situou apenas na casa dos 20% da dotação total inscrita no programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

Todavia, sobressai a falta da justa e exigível opção, por parte do Governo Regional, de privilegiar acções de carácter estrutural como “diversificação agrícola, emprego, juventude, desenvolvimento de infraestruturas escolares, património e actividades e culturais, desenvolvimento desportivo, turismo e sistema rodoviário, cuja taxa de execução é simplesmente nula!

A opção que o Governo Regional assume na reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo no sentido de triplicar as verbas para a “ciência e tecnologia” e de reduzir em 47% as da habitação não é com certeza a melhor, nem tão pouco a que merece a população daquela importante freguesia piscatória.

Num Plano de Médio Prazo que tinha 4,045 milhões de contos, agora o Governo propõe 2,24 milhões de contos.

Afinal o Governo promete milhões, mas depois corta milhões!

Aqui, bem pode dizer-se que o PS promete o dobro e só dá metade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: São esses sinais que preocupam o PSD porque assim não se consegue certamente resolver os problemas que afligem Rabo de Peixe.

Essa política socialista não pode merecer a concordância do PSD que, ante insatisfeito com ela, tudo tem feito e continuará a fazer para que, através dos seus autarcas, a freguesia de Rabo de Peixe mereça uma atenção redobrada, particularmente por forma a que o direito à habitação seja uma realidade e um factor de valorização da dignidade humana e da vivência familiar numa das maiores freguesias da nossa ilha de São Miguel.

Hoje, como ontem, pode o Governo Regional contar sempre com a disponibilidade especial do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, para dialogar, cooperar e colaborar, num quadro de relacionamento franco, aberto e transparente, a favor dos desígnios do povo daquela freguesia.

Afinal, ambos, António Pedro e Artur Martins, viram os seus mandatos democráticos renovados e confirmados.

O povo sabe distinguir o trigo do joio, mesmo no próprio jogo do discurso oficial que lhe é debitado.

Deputados José Manuel Bolieiro e Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O povo sabe quem fala verdade. Ela prevalece sempre.

O PSD mereceu a confiança maioritária dos Açorianos, nos dois últimos actos eleitorais.

O PSD e o seu Líder, Dr. Victor Cruz, estão preparados para merecerem novamente o voto maioritário do povo dos Açores, concretizando assim uma Nova Esperança para os Açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não venho aqui fazer qualquer ladainha. No entanto, gostaria de chamar a atenção do Sr. Deputado Humberto Melo para o facto de que este Governo não prometeu diminuir os impostos e quando entrou verificou-se um aumento dos mesmos, tal como não prometeu criar condições para a melhoria da habitação e, em seguida, corta o crédito aos jovens.

Em termos de Rabo de Peixe gostaria de dizer que o Sr. Deputado certamente não tem os números.

Deputado João Cunha (*PSD*): O vosso problema é que nunca souberam trabalhar com números!

O Orador: No que diz respeito à Secretaria Regional de Economia, temos todos os projectos ligados a Rabo de Peixe completamente esgotados.

(Risos do Deputado João Cunha)

O Sr. Deputado não se ria, porque Rabo de Peixe tem mais população do que a sua ilha.

Deputado João Cunha (*PSD*): Claro.

O Orador: Rabo de Peixe tem cerca de 6000 a 7000 habitantes. É uma freguesia que tem toda a dignidade. É necessário promover a cultura nessa freguesia, permitir que jovens tenham a possibilidade de ter um ninho de empresas e isso vamos fazer com muito gosto no Cine Miramar. Por isso comprámo-lo e adquirimo-lo.

O projecto já foi lançado a concurso e já foi adjudicado. Neste ano, completámos completamente todos os projectos que estavam feitos na Secretaria Regional da Economia para esse efeito.

Em relação aos outros assuntos levantados na intervenção, cada um dos Srs. Secretários poderá fazer um esclarecimento de uma forma mais correcta.

No final do ano verificar-se-á qual a taxa de execução sobre o Projecto de Rabo de Peixe.

Este Governo criou o Projecto Integrado de Rabo de Peixe.

Nos anos em que o PSD esteve à frente dos desígnios desta Região, nada aconteceu.

O processo de Rabo de Peixe é complexo e todos nós sabemos disso.

Deputado Nuno Amaral *(PS)*: **Foi a herança!**

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: **O senhor estava distraído. As obras ainda não estão concluídas!**

O Orador: **Não, não estão concluídas.**

Deputado João Cunha *(PSD)*: **O povo sabe distinguir quem trabalha de quem nada faz e os senhores não trabalham!**

A resposta já foi dada nas últimas eleições!

O Orador: **Tenham calma, Srs. Deputados.**

Este governo iniciou as obras fundamentais para a evolução daquela freguesia.

As obras do porto de Rabo de Peixe foram feitas por este Governo. Elas não estão completas, mas vão ficar. Naquele porto, os senhores nunca fizeram nada.

O que é que os senhores fizeram durante os 20 anos que estiveram no poder?

Nós criámos um projecto integrado. No final do ano veremos qual a taxa de execução.

No que diz respeito à Secretaria Regional da Economia, esta vai cumprir fielmente 100% a execução deste projecto.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)*: **Isso é uma responsabilidade do Presidente do Governo!**

O Orador: **Isso não é nenhum problema. É importante que todos contribuam para a resolução do problema de Rabo de Peixe.**

Ele tem que ser encarado nas diversas vertentes: culturais, formação profissional, em relação às pescas e habitação. Nós estamos a trabalhar para isso.

Gostaríamos de ter mais meios para trabalhar. Estamos a trabalhar com os meios que temos.

Pela primeira vez estamos a fazer algo que nunca foi feito nos Açores no que diz respeito a esta freguesia.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Secretário.**

Está inscrito o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu já me referi nesta Casa ao projecto específico de Rabo de Peixe como sendo uma obra ou um projecto que este Governo tenta levar avante. Digo tenta, porque os números falam por si.

Se o ano passado, naquele programa, não investimos o que devíamos investir, foi porque houve necessidade de fazer planeamentos. Não se chega a uma freguesia, e no caso concreto do Sr. Secretário da Economia, e o comércio e a indústria nascem de um momento para o outro.

Foi necessário comprar o cinema onde se vai fazer uma actividade de modo a que se criem ninhos de empresas para que se possa fazer algo por Rabo de Peixe.

É um caminho a percorrer.

Sr. Deputado Humberto Melo, é muito bonito falar-se de habitação hoje referindo as cartas do Sr. Presidente da Câmara, só que não se lê a carta toda.

A carta que o Sr. Deputado tem em sua posse, todos nós a temos, porque ela foi distribuída. O Sr. Presidente da Câmara nessa carta afirma que há mais de 20 anos não se constrói uma casa em Rabo de Peixe.

O PS está a trabalhar na freguesia de Rabo de Peixe. Fez o projecto.

Deputado Mark Marques (*PSD*): **É isso mesmo. É um projecto, não passa de um projecto!**

O Orador: **Está a trabalhar e a prova disso é o porto que já existe lá e está aberto o concurso para a sua iluminação. O problema é que as pessoas não querem ver.**

Nós fomos visitar a Ribeira Quente outro dia e vimos o resultado.

A obra começa a nascer.

Quanto ao porto, a infraestrutura física está feita, a sua sinalização eléctrica e as casas de aprestos vão caminhar e tudo se fará para que aquele porto seja mais uma obra exemplar deste Governo.

Eu não diria que o PSD não fez nenhuma intervenção no porto, como disse o Sr. Secretário da Economia, mas sim que fez uma má intervenção no porto de Rabo de Peixe. Não fez um porto de raiz, como nós estamos a fazer neste momento.

É ver o que lá está, o portinho velho que foi feito pelo PSD e o porto que nós estamos a construir hoje.

A infraestrutura física está pronta e a electricidade e o assinalamento marítimo vêm a caminho.

O concurso já foi lançado.

Não vale a pena dizer que não há uma luz ao fundo do túnel, porque ela existe.

Os concursos já foram lançados. Falta lançar o concurso para a casa de aprestos.

Quanto à intervenção na habitação, ela está a ser feita. É bom que todos ouçam com os ouvidos bem abertos, porque não é apenas uma intervenção da Câmara Municipal e do INH, é da Câmara Municipal, do Instituto Nacional de Habitação e do Governo Regional dos Açores.

Na via rápida da Ribeira Grande chegámos a ver lá em letras bem gordas “obra da Câmara Municipal de Ponta Delgada” e em letras muito pequenas “paga – Instituto Nacional de Habitação e Governo Regional dos Açores”.

O Sr. Deputado vem a esta Casa fazer precisamente a mesma coisa, afirmar de que é uma obra que está a ser levada a efeito pela Câmara Municipal da Ribeira Grande. A Câmara está a levá-la a efeito, mas com o dinheiro do INH e do Governo Regional dos Açores.

No seu discurso eliminou isso. Não sei se foi de propósito ou não, mas devia repor a realidade.

A vossa ida a Rabo de Peixe foi feliz, porque foram a um sítio onde está a nascer obra. Se o Programa Específico para Rabo de Peixe, no sector da habitação, apenas tem 4 ou 5% de realização, gostaria de dizer que aquelas casas não nasceram sem serem feitas as devidas infraestruturas.

Estamos a construir. Não podemos construir mais porque a 2ª fase desse programa vai nascer...

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que concluísse porque já excedeu largamente o seu tempo.**

O Orador: **Nós estamos construindo e vamos ter um Rabo de Peixe diferente e melhor no futuro.**

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu não trouxe a freguesia de Rabo de Peixe a este plenário para recriminar ninguém. Pretendi fazer uma intervenção serena e calma.

Eu não estou preocupado com quem está a fazer, seja A, B ou C.

A minha intervenção refere que o Governo Regional tinha um programa a médio prazo de grande investimento para Rabo de Peixe. Muito bem! A mim não me interessa se é o PS ou outro partido qualquer que vai intervir lá, o que me interessa são as pessoas que vivem em Rabo de Peixe.

Não me interessa se o cartaz refere a Câmara, o Governo Regional ou o INH. Isso não importa, é irrelevante para aqui.

A minha intervenção levanta duas questões concretas:

A primeira, apela a uma cooperação serena, leal e franca entre o Governo Regional, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

A segunda, refere que houve um corte quase de metade do montante a investir em Rabo de Peixe e isso é relevante, é significativo e trará consequências no desenvolvimento da freguesia, tanto mais que este Governo, e bem, queria investir 4 milhões de contos, mas apenas vai investir metade.

O Sr. Secretário Regional da Economia, e muito bem, a nível da sua secretaria está a executar quase 100%. Infelizmente os outros não fazem isso.

Ninguém levantou mais questões.

Era bom que todos os Secretário Regionais e o Sr. Presidente do Governo coordenassem essa acção por forma a que todos investissem como a Secretaria da Economia está a investir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.**

Deputado José Rego (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Sr. Deputado Humberto Melo não quis repor a verdade no seu discurso, no que se refere ao sector da habitação. Não referiu de quem era o investimento e tem todo o direito de o fazer.

O investimento que está a ser feito na habitação tem por base o Instituto Nacional da Habitação e do Governo Regional e a Câmara lidera o processo.

Eu quero o melhor para Rabo de Peixe, porque é uma freguesia do meu concelho.

Deputado Humberto Melo (*PSD*): **Então exija ao Governo que cumpra!**

O Orador: **Eu tenho exigido e tenho participado em algumas das reuniões.**

Quando se fala em colaboração entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e o Governo, é muito bonito. Eu que estou na Assembleia Municipal, que estive na Câmara Municipal e agora estou na Assembleia Regional, não vi essa colaboração por parte da Câmara para esse projecto.

É muito lindo dizer que estamos aqui, mas com que investimento é que nós vamos participar e colaborar?

É uma obra do Governo, terá que ser uma obra de todos.

Esse tema já foi devidamente debatido quando o Artur Martins era deputado nesta Casa pelo PSD.

É um problema que estamos a tentar resolver e já está a aparecer obra feita nas áreas criticadas pelo Sr. Deputado.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Sr. Deputado José Rego insiste e eu volto a dizer que o problema não é esse nem foi esse o meu intuito.

O que interessa é que haja uma cooperação leal, franca e aberta.

Não é uma cooperação feita através de jornais. Isso não interessa.

Quanto ao programa da habitação, eu sei que ele já teve execução este ano. Eu não disse o contrário.

O que levantei na minha intervenção foram as questões globais de Rabo de Peixe.

O sector da habitação é especial e todos acham que é o sector chave, decisivo e importante para a vivência daquelas famílias, por isso merece uma atenção especial, um investimento redobrado e alertei que o Governo Regional, na reprogramação financeira, cortou parte dessa verba. Esse é um sinal público e evidente.

Obrigado.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Neste momento eu não tenho mais ninguém inscrito para este debate.

O Sr. Deputado Francisco Barros pede a palavra para...?

Deputado Francisco Barros *(PS)*: **Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PS solicita um intervalo.**

Presidente: **Estão suspensos os nossos trabalhos para almoço.**

(Eram 12 horas e 55 minutos)

(Após o intervalo, o Sr. Presidente da ALRA retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: **Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.**

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Como sabem, na nossa ordem de trabalhos temos uma comunicação do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Como foi deliberado na Conferência de Líderes, este debate vai ser efectuado por tempos globais.

Assim, o Governo dispõe de 60 minutos, o Partido Socialista de 60 minutos, o Partido Social Democrata de 38 minutos, o Partido Popular de 12 minutos e o Partido Comunista Português de 12 minutos.

O debate vai ser aberto pelo Sr. Presidente do Governo que fará a sua comunicação. Seguir-se-á um período de pedidos de esclarecimento e a partir daí iniciar-se-á o debate normal.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Os últimos anos que temos vivido nos Açores – particularmente em 1996, 1997 e 1998 – foram, infelizmente, marcados por uma sucessão de calamidades naturais que devastaram infraestruturas económicas e equipamentos sociais em várias ilhas e afectaram gravemente, no caso do sismo de 1998, 70% do parque habitacional da ilha do Faial e 20% da ilha do Pico.

Ainda este ano, confrontámo-nos com mais duas contrariedades: a destruição parcial do Porto Oceânico da Praia da Vitória, cuja reparação está estimada em cerca de 30 milhões de euros, e a danificação significativa do Porto das Lajes das Flores, cuja reabilitação orçará em mais de cinco milhões de euros. No conjunto, ambos os portos implicarão um dispêndio de cerca de 7 milhões de contos.

Numa Região tão carecida de investimento inovador e modernizador, o esforço gigantesco, que desde aqueles anos temos empreendido, na recuperação de todos os efeitos nefastos dessas persistentes catástrofes, tem sido um factor muito limitador da aceleração necessária do nosso ritmo de desenvolvimento, na medida em que os planos de investimentos dos Açores foram sucessivamente onerados para acudir a essas emergências – numa média de 16,4% do seu valor – na maioria dos casos meramente com vista à reposição de infraestruturas e bens anteriormente existentes.

Todavia, com maiores ou menores dificuldades, fomos acudindo sem descanso a todas as situações, resolvendo, sem nos desmoralizarmos, um a um, quase todos os problemas, e, em simultâneo, trabalhando na prevenção da ocorrência de situações similares. Era o nosso dever. Cumprimo-lo bem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Foi, sem dúvida, a crise sísmica de 9 de Julho de 1998, que, de forma mais cruel e dramática, marcou a sucessão de catástrofes que nos atingiram. Para além das suas vítimas mortais, pesou – e ainda pesa – a sua dimensão devastadora.

Desde logo, foi necessário providenciar o realojamento habitacional provisório de emergência de milhares de famílias e organizar toda uma complexa logística de apoio, bem como repor a normalidade mínima em todas as infraestruturas essenciais afectadas.

Mais tarde, após os estudos e projectos necessários, deu-se início a uma tarefa de reconstrução de enorme grandeza, cuja desproporção face aos históricos de disponibilidades das ilhas em causa e da Região em matéria de recursos humanos, técnicos, de *know how* e financeiros, se afigurava quase impossível de ultrapassar, não obstante a experiência acumulada a partir da crise sísmica de 1980.

Hoje, a generalidade das infraestruturas e equipamentos públicos tem a sua reconstrução concluída e as actividades empresariais atingidas foram ressarcidas e retomaram, com maior pujança, o seu lugar na economia das famílias e das ilhas em causa.

A complexidade de todo este processo foi, ainda, ampliada pela opção que tomámos – e bem! – de associar a reconstrução a critérios de segurança, conformados, na localização das habitações e nas suas características construtivas, com os estudos e riscos geológicos e sísmicos entretanto apurados por instituições científicas. Por outro lado, foi necessário mobilizar progressivamente recursos financeiros para adequar as disponibilidades e capacidades da administração à execução da legislação enquadradora de apoios governamentais, aprovada pelo Parlamento ainda em Setembro de 1998, tal como para as outras obras já realizadas.

Hoje, face ao problema com que nos confrontamos de financiamento da conclusão da reconstrução em curso, não creio que releve a discussão, que oportunamente foi

feita, naquela data, sobre a natureza e intensidade dos apoios legislados para a recuperação habitacional: por um lado, porque a decisão foi tomada legitimamente no órgão próprio; por outro, porque enformou já todos os actos praticados com consequências até à conclusão do processo; e, por outro ainda, porque todos os partidos com assento parlamentar têm manifestado o entendimento que, nesta fase, a modificação dos critérios de apoio aos beneficiários provocaria gritantes e injustificadas injustiças.

Hoje, face aos problemas com que nos confrontamos, tem pouco sentido determos na análise, caso a caso, de situações de particulares melhor ou pior resolvidas. Primeiro, porque ela já animou sucessivos debates parlamentares ao longo dos últimos anos; segundo, porque a sede própria de debate dessa temática casuística é a Comissão Parlamentar Eventual de Acompanhamento do Sismo; e, terceiro, porque o objecto dessa discussão tem vindo a ser ultrapassado na proporção do avanço dos casos resolvidos.

Porém, diga-se que, no passado como agora, o Governo não teme nem se recusa a discutir qualquer desses aspectos.

Foi, e é, com base naquela legislação enquadradora de Setembro de 1998, que a reconstrução tem avançado. Os seus custos não derivam de actos de má administração, nem de desvios nas suas finalidades. Resultaram, como bem se pode verificar, da aplicação da legislação em vigor e de actualizações de preços resultantes das condições do mercado e do sobreaquecimento da economia açoriana, particularmente no sector da construção civil nas duas ilhas em que se desenvolve o processo da reconstrução.

O esforço do Governo em conter a alta de preços de construção ficou bem patente quando, em vésperas de eleições, não hesitou em anular vários concursos de empreitadas cujas propostas vencedoras entendeu evidenciarem despesas exorbitantes ou desproporcionais. De resto, lembrando as críticas que nos têm sido feitas, o Governo tem sido acusado de não andar tão depressa na reconstrução quanto alguns partidos da oposição desejariam, ou de ter, em certos casos, uma visão

restritiva de benefícios a conceder a sinistrados. Nunca por “gastar a mais” e quase sempre por, aludidamente, querer “gastar menos”.

Os custos da Reconstrução resultam, por isso, repito, dos benefícios legais adquiridos pelos sinistrados e dos custos das 40 empreitadas públicas lançadas. Todo o processo de reconstrução foi, pelo menos até à adjudicação de todas as empreitadas, tal como acontece em todas as obras públicas e particulares, na sua reverificação sucessiva, objecto de actualizações quanto ao custo global da sua finalização.

Mais recentemente – lançadas todas as empreitadas, tendo em conta o volume de trabalho a mais que se tem situado no acréscimo médio de 6% ao preço contratualizado, e determinados os casos de obras particulares por administração directa – foi possível obter com rigor o montante a despende em todo o processo e, em consequência, as suas carências de financiamento.

Essa despesa, imprescindível ao cumprimento dos prazos contratuais das empreitadas e aos casos de apoios a obras particulares previstas na Lei, distribui-se do seguinte modo: 22,4 milhões de contos de pagamento para as empreitadas, 1,6 milhões de contos para a fiscalização, 840 mil contos para aquisição de terrenos e construção de infraestruturas e 1,7 milhões de contos para portarias de apoio parcial.

Até agora, foi despendido no processo de reconstrução originado pelo sismo – não me refiro a outros inúmeros casos de inundações, ciclones, derrocadas, tempestades de mar, que geraram mortes e a destruição, por exemplo, em todos os portos de todas as ilhas dos Açores – cerca de 99 milhões de euros, incluindo os 10 milhões de euros respeitantes ao Porto da Horta, prevendo-se para a sua conclusão um montante necessário mas não superior a 136 milhões de euros, dos quais o Governo Regional pode colmatar, com grande esforço, 50 milhões, ficando, assim, a faltar cerca de 86 milhões de euros, ou seja, cerca de 17 milhões de contos.

É, exactamente, essa verba, 17 milhões de contos, que o Governo Regional tem vindo a reclamar da solidariedade nacional do Governo da República, propondo-lhe

que, este ano, tal como em 2003 e 2004, cumpra, proporcionalmente, o seu dever de solidariedade.

Na verdade, desde os primeiros momentos, a solidariedade humana, material e financeira – dos cidadãos em geral, dos nossos emigrantes, de organizações não governamentais e dos órgãos de soberania e dos seus titulares de então – chegou aos Açores, após aquele infortúnio que atingiu os nossos concidadãos do Faial e do Pico. Quer o Presidente da República, quer os membros do Governo da República deslocaram-se connosco aos locais afectados. O Serviço Nacional de Protecção Civil e as Forças Armadas deslocaram meios humanos, técnicos e logísticos, e, pouco depois, era aprovada legislação nacional específica em função da resposta necessária e eficaz à situação criada de calamidade pública.

Os meios financeiros exigíveis, para além das nossas disponibilidades próprias, quer para as intervenções iniciais quer para a obra de fundo a empreender, começaram a chegar e foram preciosos e suficientes até metade do último semestre do ano passado, ano em que, como todos já sabem, o Orçamento Regional foi negativa e subitamente afectado pelo acerto de contas relativo às transferências fiscais resultante das baixas de impostos que havíamos aprovado em anos anteriores.

Do Fundo Nacional de Emergência Civil recebemos 100 mil contos e do Fundo de Socorro Social 150 mil. A transferência do Governo da República de 2 milhões de contos que havíamos recebido pouco antes do Sismo, para outras calamidades ocorridas, foi canalizada para o realojamento de emergência. Foram efectuadas mais transferências financeiras directas do Governo da República, em 1,2 milhões de contos de uma vez, em 300 mil contos de outra, e em 4 milhões de contos e 1 milhão de contos de outras. Por instruções do Governo da República de então, associadas à solidariedade dos gestores de diversos programas comunitários, chegaram-nos fundos que não nos eram anteriormente destinados: 3 milhões de contos de uma vez, 3,4 milhões de contos de outra e 2 milhões de contos de outra ainda.

Contávamos, neste ano de 2002, com cerca de 20 milhões de euros de uma transferência directa, que chegou a ser determinada e assinada pelo anterior Governo da República nos últimos dias do seu mandato, o qual, assim cumpria o

compromisso que havia assumido para com o Governo da Região, na sequência de uma audiência, tornada pública, ainda antes da campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas nacionais, entre o então Primeiro-Ministro e eu próprio.

Dessa forma, entre 1998 e 2002, a solidariedade nacional para a cobertura das despesas com as calamidades e especialmente com o Sismo, impulsionada pelo Governo da República atingiria o montante de 21 milhões e 150 mil contos. O novo Governo da República, entretanto, considerando ilegal o modelo de transferência da última verba de 20 milhões de euros, não só não procurou outro enquadramento legal para o fazer, como revogou o anterior despacho, e, num encontro entre o Primeiro-Ministro e o Presidente do Governo Regional dos Açores, em 2 de Maio, comunicou-nos que não faria qualquer transferência em 2002, comprometendo-se apenas a “fazer o possível para arranjar parte dessa verba em 2003”.

Confrontado com a confirmação dessa interrupção do ritmo compatível da solidariedade nacional com a continuidade e conclusão do processo da Reconstrução no tempo previsto, o Governo Regional aprovou em 13 de Maio uma Deliberação mandatando dois membros do Governo para apresentar, às Comissões de Economia e de Acompanhamento do Sismo deste Parlamento, o problema criado, algumas sugestões de resolução e para ouvir os deputados sobre outros eventuais caminhos a seguir, o que aconteceu em 20 de Junho. No início de Julho, o Secretário Regional da Habitação reuniu com o Secretário de Estado da Habitação, em Setembro o Secretário Regional das Finanças reuniu com a Ministra das Finanças e na passada 6ª feira, eu próprio, com o Senhor Primeiro-Ministro e a Ministra das Finanças.

Pode-se dizer, em boa verdade, que nunca faltaram as diligências do Governo Regional, quer quanto ao seu dever de informar a Assembleia – como hoje volta a acontecer por minha iniciativa – quer através de múltiplos contactos com diversos membros do Governo da República.

Se em todas as outras ocasiões o actual Governo da República não perspectivou qualquer solução, neste último encontro com o Primeiro-Ministro – certamente pressionado pela urgência de uma definição e pela atenção crescente da opinião pública açoriana e pelos seus ecos no Continente – foi prometida uma pequena verba

em 2003, mas excluída qualquer transferência neste ano, e só depois de muitas insistências, foi encarada a possibilidade de nos apresentarem uma proposta plurianual de co-financiamento, a qual, todavia, não se concentraria até 2004, ano em que estão previstas as conclusões das empreitadas em curso e a reconstrução em geral.

Em síntese, não nos ajudariam conforme estava previsto este ano – provocando os atrasos em pagamentos aos empreiteiros que já são conhecidos – e não assegurariam no montante e no tempo necessários os pagamentos imprescindíveis ao andamento das empreitadas adjudicadas. Relembro que, se se mantiver apenas a média anual da prestação da solidariedade nacional aos Açorianos dada à Região desde 1998 – ou seja 20 milhões de euros (4 milhões de contos), em cada ano, em 2002, 2003 e 2004 – com a qual contávamos, pelo menos na linha do procedimento do Governo anterior, com alguns sacrifícios de todos os Açorianos e com pagamentos de obra feita no primeiro trimestre de 2005, teríamos a nossa programação cumprida, a cobertura orçamental garantida e a Reconstrução concluída em 2004 como todos desejam e querem, a começar pelos próprios sinistrados.

É isso que está em causa e que tem oposto o desejo dos Açorianos e do Governo Regional às manifestações de colaboração do actual Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Reconstrução corre o risco de parar em parte ou na sua maior parte se aquela solidariedade nacional, que sempre nos chegou no passado, nos faltar agora e no futuro, nos montantes e nas oportunidades correctas. Nenhuma empresa trabalha sem ser paga. A interrupção desse trabalho terá de ser indemnizada e essas indemnizações significarão, por sua vez, despesas acrescidas descontadas à dimensão da obra que, com menos recursos pudermos prosseguir.

A Solidariedade adequada do Governo da República é, por isso, um dever indeclinável. Mas é, também, sendo valiosa para nós, insignificante para as Contas

do Estado. Por exemplo – e é importante que todos o saibam – os 4 milhões de contos que nos tiraram este ano, se fossem adicionados ao défice orçamental do Estado, agravá-lo-iam na ridícula expressão de 0,016%. Repito: 0,016%. Não estamos a falar, assim, de um problema financeiro para o Governo da República. Estamos sim, a falar de uma inexplicável e insensível falta de vontade de ajudar os Açorianos. Não há outra conclusão a retirar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo entende que o complemento necessário de financiamento para a conclusão no tempo previsto da Reconstrução deve ser obtido, conforme evidenciei, através de transferências para o efeito do Orçamento de Estado, que, como vimos, pouco significam para o Governo de Lisboa.

Mas o que nos interessa é acabar a Reconstrução o mais depressa possível e pôr termo ao sofrimento ou ao desconforto dos que ainda não têm a sua casa. Quem, dentro ou fora desta Assembleia, sendo Açoriano ou respeitando os Açorianos, não pensa assim?!

Propusemos, por isso, ao Governo da República, caso não quisesse fazer aquelas transferências, que autorizasse o nosso endividamento no montante correspondente ao remanescente do apoio que nos pudessem dar. Foi recusada liminarmente esta nossa proposta, apesar da dívida actual da Região em relação ao PIB não ir além dos 22%, enquanto a dívida do País poderá chegar aos 60% este ano.

Colocámos outras alternativas, como a proposta pela Associação dos Industriais da Construção Civil, a assunção de empréstimos pelos beneficiários sendo os respectivos serviços de dívida pagos integralmente pelo Governo à Banca, ou outro modelo, ainda, relacionado com a criação de uma sociedade veículo. Todos eles foram rejeitados pelo Governo da República invocando violarem a Lei de Estabilidade Orçamental, e tendo, por isso, como consequência o Governo da

República vir a sancionar o Governo Regional retirando-lhe os valores em causa das transferências anuais.

Sugerimos a negociação com a União Europeia, tal como acontecera através do anterior Governo da República no caso do FEOGA-O, mas essa hipótese foi considerada – e é, de facto - difícil.

Recentemente, após o anúncio da instituição do Fundo Europeu de Solidariedade para Catástrofes, suscitado pelos acontecimentos na Áustria, na Hungria e na Alemanha – o qual apenas prevê ajudas nos casos de calamidades com prejuízos superiores a mil milhões de euros (200 milhões de contos) e ocorridas a partir de 1 de Agosto último – desencadeámos, aos níveis da Comissão Europeia, do Comité das Regiões e da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, para além de o comunicarmos ao Secretário de Estado Português para os Assuntos Europeus, um conjunto de contactos e de mensagens com propostas que visavam adaptar aquele Fundo à ajuda que carecemos. Se obtivermos êxito, o que é duvidoso, será mais uma ajuda para minimizar, ainda que em pouco, o esforço imprescindível da solidariedade nacional que nos é devida.

Pode-se dizer, de novo e em boa verdade, que tudo temos feito, a todos os níveis e em todos os sentidos, para ganhar esta batalha cuja verdadeira necessidade de travar tem origem, repito, na falta de solidariedade do actual Governo da República.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Tem, esta Assembleia, todas as informações e todo o enquadramento, expostos de forma exaustiva, para julgar o que está em causa.

A Reconstrução pode praticamente parar e ser prolongada por muitos mais anos se o Governo da República parar – como está a fazer – de nos ajudar. A conclusão em

2004 da Reconstrução não é um capricho eleitoral do Governo. Oxalá pudesse ter sido antes. O que seria inacreditável, porém, era se alguém nesta Assembleia tudo fizesse, por acção ou por omissão, para que esta Reconstrução só fosse concluída depois.

Proponho, por isso, que esta Assembleia, em defesa dos Açores e da solidariedade que é devida aos que sofreram e sofrem com as consequências do terramoto de 9 de Julho de 1998, diga, bem alto, através de uma evidenciação da vontade democrática, que melhor do que qualquer outra instituição açoriana representa, que o Governo da República tem que cumprir, na proporção e no tempo devidos, o seu dever de solidariedade para com os Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PCP e, de pé, dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Presidente do Governo, nomeadamente no que se refere a alguns números que aqui foram explanados, pela primeira vez, perante os Deputados.

Desde já, fica o primeiro registo: depois de várias reuniões efectuadas a nível da Comissão e depois de várias vezes termos questionado aqui, depois de tanta polémica relativamente a este assunto, alguns dos números são referidos nesta Casa, pela primeira vez, pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputados José Manuel Bolieiro e Mark Marques (*PSD*): **Muito bem!**

O Orador: **Gostaria ainda de dizer que alguns destes números são muito estranhos.**

O Sr. Presidente do Governo Regional diz que a solidariedade nacional do Governo do Partido Socialista foi, em média, de 4 milhões de contos por ano.

Acontece que a execução em 1998, no que se refere ao Programa Calamidades, foi de 942 mil contos. Em 99 foi de 1 milhão e 194 mil contos. Em 2000 foi de 5 milhões e 166 mil contos e em 2001 foi de 5 milhões 032 mil contos. Como é que é possível com uma média destas de transferências da solidariedade, o senhor só ter executado nestes anos 12,3 milhões de contos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Há imensas discrepâncias nos números no que toca à reconstrução. Desde os números iniciais que o Sr. Presidente dizia que a reconstrução demoraria 2 a 3 anos – olhe que não foi antes de ser aprovada a legislação nesta Casa, mas sim depois – desde os 25 milhões de contos que se dizia que iria custar – em Agosto de 2000, o senhor disse isso no Açoriano Oriental – até aos números de 40 milhões já no final do ano 2000 e 2001, de 45 milhões em Junho deste ano e os 47 milhões agora, todos eles têm vindo sempre a subir.

É importante que todos estes números sejam esclarecidos e verifica-se aqui uma questão engraçada e interessante, ou seja, para além da discrepância dos números, é preciso encontrar soluções, mas não branqueando esta situação.

O Governo Regional esteve sempre debaixo de fogo por causa da reconstrução, por causa dos erros nos números, da falta de planeamento e de rigor. Sempre negou as dificuldades, mas elas acabaram por acontecer.

Agora arranjou um “bode expiatório” para o qual se quer agarrar para salvar a sua farsa no processo de reconstrução e esconder muitos outros problemas financeiros que a Região atravessa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por acaso descobriu, depois do Governo da República ter tomado posse, sem que ninguém tivesse falado antes nisso, que iria precisar de mais 27 milhões de contos para concluir a reconstrução. Isto não pode ser assim!

Até a essa altura ninguém tinha falado nisso, em nenhum plano ou orçamento, ou na discussão do plano e orçamento.

Os senhores descobrem isso e agarram-se à situação da entrada do novo Governo da República, como desculpa, para limpar o passado de todo este processo.

É preciso esclarecer a responsabilidade destes problemas que surgiram na reconstrução e estes números, Sr. Presidente do Governo. Não pode apenas agarrar-se a uma solidariedade que pretensamente o senhor diz que não existe.

O senhor saiu de uma reunião com o Primeiro-Ministro onde foi renovado e dito que ia ter a solidariedade num plano plurianual. À saída dessa reunião, o Sr. Presidente do Governo sabendo disso, ameaça que vai parar com a reconstrução quando muitos dos seus correligionários, até aí, sempre disseram que a reconstrução nunca pararia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois dos seus correligionários terem dito isso, o senhor chega à porta da Secretaria do Sr. Primeiro-Ministro que lhe garantiu que ia ter um plano de financiamento plurianual e ameaça parar com a reconstrução.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Os sinistrados não têm culpa da vossa falta de rigor e incompetência, nem têm culpa que esta situação se tenha passado.

É a pensar neles que o Governo da República vai ser solidário e os senhores podem usar uma boa notícia para fazer de novo mais uma ameaça ao processo da reconstrução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Duarte Freitas...

Presidente: Desculpe, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pediu a palavra para interpelar a Mesa. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este período de intervenções para pedido e prestação de esclarecimentos à comunicação do Sr. Presidente do Governo, naturalmente, é dirigido ao Sr. Presidente do Governo.

Na minha opinião, quem deve prestar os esclarecimentos deve ser o Sr. Presidente do Governo. Por isso perguntaria ao Sr. Presidente da Assembleia se os esclarecimentos deverão ser feitos pelo Sr. Presidente do Governo ou se são livres.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa tem entendido que são pedidos de esclarecimentos na sequência de uma intervenção, mas eles podem ser prestados pelos Membros do Governo.

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos é directamente responsável por essa matéria, por isso é normal que seja ele a fazer os esclarecimentos.

A Mesa não vê nenhum problema em relação a isso. Aliás tem sido prática comum que isso aconteça.

Penso que devo dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que, porventura, pode explicar o que é que se passa, porque o objectivo deste debate é explicar e esclarecer as situações o melhor possível. Portanto, todos os contributos são válidos, designadamente os contributos do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Gostaria de lhe dizer duas coisas que já referi algumas vezes:

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado não dá lições de competência a ninguém, muito menos em gestão da causa pública ou mesmo da privada, até pela sua participação histórica na LACTOPICO, na Associação Agrícola, etc...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é baixinho. É mesmo à sua medida!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Duarte Freitas que as contas da reconstrução estão muito clarinhas desde o princípio, por dois motivos:

Primeiro, porque têm sido sujeitas, como é devido, à fiscalização anual do Tribunal de Contas e ainda bem que assim o é.

Segundo, porque as contas da reconstrução representam um investimento que está sendo feito com base nas obras que nós temos a nosso cargo desde 1998.

Não há ninguém aqui que possa pensar outra coisa, do que haver duas estimativas diferentes ao longo deste processo e por uma razão muito simples, isto é, em 1998 tínhamos identificado 1700 casos no Faial, 600 no Pico e 8 em São Jorge. Houve uma primeira avaliação feita pelo Instituto Nacional da Habitação que dava esses montantes, que entretanto apareceram nesses dois primeiros anos.

Qualquer pessoa minimamente atenta ao que é uma obra pública, sabe que nos anos 2000 e 2001, quando foram lançadas as empreitadas por um preço base, com o aquecimento do mercado, tiveram que ser adjudicadas pelo montante legal que estava estipulado. Tiveram que ser lançadas pelo preço base que foi um preço mais elevado do que porventura se podia prever no ano de 98.

A primeira explicação está dada entre as estimativas de 98 e aquilo que se veio a apurar nos anos de 2000 e 2001.

Como já aqui foi dito, não houve nenhuma intervenção nesta Assembleia, ao longo deste tempo, que fosse para reduzir ou restringir a aplicação do número de casos a incluir nessas empreitadas. Foi isso que foi feito.

É por isso que decorre da legislação não só os trabalhos a mais que entretanto aconteceram nas empreitadas, como a aplicação de projectos em situações de reabilitação.

Qualquer pessoa que já tenha feito uma obra na sua casa, sabe que por melhor que seja o projecto, quando deita uma parede a baixo para voltar a revesti-la, às vezes tem que fazer a parede de novo. Foi isso que aconteceu em inúmeros casos da reconstrução.

Isso chama-se trabalhar com seriedade, reforçar a segurança e naturalmente obedecer aos princípios e aos critérios.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse.

O Orador: Só mais uma nota:

Na reunião que fizemos com a Comissão de Economia e com a Comissão de Acompanhamento do Sismo, fomos acusados de não termos estudado a lição toda. Éramos incompetentes.

Quem era incompetente nessa altura foi quem indicou que os diplomas das calamidades do Alentejo e da Ribeira Quente serviam para o sismo. São essas pessoas incompetentes que hoje falam aqui em incompetência. Quem era incompetente e volta a falar hoje em incompetência são as pessoas que previram erroneamente a aplicação do programa de erradicação das barracas na Região Autónoma dos Açores, incluindo-o na verba destinada ao sismo, o que era impossível, porque as pessoas beneficiárias tinham que pagar renda e no sismo ninguém paga.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Orador: Esses são os incompetentes que na altura não tinham soluções e chamaram incompetente ao Governo.

Ficou demonstrado na reunião com o Secretário de Estado da Habitação que essas eram matérias que não podiam ser aplicadas aqui.

Essa é a verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para repor dois factos que foram levantadas na intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Em primeiro lugar, não é a primeira vez que estes números são públicos e por uma razão muito simples: há documentos oficiais onde estes números estão inscritos.

Foi desses documentos oficiais que o Sr. Deputado Duarte Freitas se socorreu para dizer ano a ano. São o relatório anual de execução do Plano de 98, publicado em 99; o relatório anual da execução do Plano de 99, publicado em 2000; o relatório anual da execução do Plano de 2000, publicado em 2001; o relatório anual da execução do Plano de 2001, publicado em 2002 e o relatório de execução semestral do Plano de 2002, publicado já este ano.

Portanto, quando refere que, hoje, estes números foram pela primeira vez públicos, não é verdade e estão aqui os documentos, que são públicos, para o provar.

Segundo, os números que muito bem o Sr. Deputado Duarte Freitas foi buscar aos documentos oficiais sobre o relatório de execução dos Planos, em relação à despesa executada no sismo, são os seguintes:

1998 – 941 mil e 953 (exactamente como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas);

1999 – 5 milhões, 974 mil e 693 (aí o Sr. Deputado enganou-se, leu mal o relatório de execução);

2000 – 5 milhões, 166 mil e 809 (aqui foi referido correctamente, leu bem o relatório de execução);

2001 – 5 milhões, 032 mil e 933 (leu muito bem o relatório de execução);

Não leu ainda o relatório de execução semestral do Plano deste ano de 2002 onde vem dito que já se realizou a despesa de 3 milhões, 606 mil e 220.

O senhor estava correcto nalguns dos números, o que significa que leu alguns destes documentos.

A verdade dos factos tem que ser aqui reposta.

Repito: estes dados são públicos, só não os conhece quem não quer ler os documentos oficiais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para...?**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Para defesa da honra, Sr. Presidente.**

Presidente: **Para defesa da honra?**

O Sr. Deputado pode explicar onde é que a sua honra foi ofendida para a Mesa poder avaliar se realmente se trata da defesa da honra?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, nas insinuações do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos relativamente à minha participação em empresas públicas e outras entidades. São questões pessoais de seriedade.**

Presidente: **Tem a palavra Sr. Deputado.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:**

Devo dizer que é com muita tristeza que vejo o Partido Socialista e especialmente o Sr. Presidente do Governo e o Governo Regional virem aqui tentar impor alguma solenidade nestes esclarecimentos e, logo à primeira, estalam terrivelmente o verniz.

Sr. Presidente do Governo, eu não sei se tivesse no seu lugar como é que me sentiria tendo alguém atrás de mim a fazer o que o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos fez.

Não tem mais argumentação.

Eu fiz perguntas claras. Apontei números concretos e ele faz um ataque pessoal, calunioso e já não é a primeira vez.

Presidente: **Sr. Deputado, a sua intervenção deve limitar-se à defesa da honra.**

O Orador: **Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que estávamos a falar de actividades públicas, de dinheiros públicos. Eu devo dizer que nunca fiz parte de nenhum órgão de gestão em nenhuma empresa pública.**

Presidente: **Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.**

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): **Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:**

Queria apenas dizer que a comunicação que fiz à Assembleia Legislativa Regional visou dotar este Parlamento de todos os instrumentos informativos para julgar, da forma como entender mais conveniente e justa para os interesses dos Açores, o problema que está em causa.

Os números que mencionei e que estão certos – isso foi evidenciado pelo Sr. Deputado Fernando Lopes – são os números que existem.

Os números que mencionei foram todos os números que tinha para que a Assembleia Legislativa Regional pudesse, com todo o conhecimento e informação, julgar o que está em causa.

Esclarecida que está a questão dos números, gostava de dizer que é verdade que pouco depois da aprovação da legislação sobre a reconstrução eu estimei que nós poderíamos concluir a reconstrução em 2 ou 3 anos. Também é verdade que me enganei, sobretudo porque não avalei nem tinha a dimensão dos estudos que entretanto encomendámos, designadamente quanto aos riscos geológicos e sísmicos que têm a ver com a localização das construções e a autorização das construções e reabilitações.

Outros aspectos de diversa complexidade têm a ver também, em função disso, com a aquisição de terrenos e de correspondentes infraestruturas.

Posso não ter avaliado também correctamente o tempo que era necessário para se fixar nas Ilhas do Faial e do Pico os técnicos e os gabinetes necessários à concepção de todos os projectos e ao arranque de todas as empreitadas.

Se eu me enganei, enganei-me com boa fé. Por que é que havia de dizer uma coisa para mais tarde não se verificar e ter que dizer outra?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Porque havia eleições!

O Orador: Não haviam razões para isso, até porque, como se sabe, essas declarações eram facilmente apreensíveis em qualquer momento, pelo andamento da obra, pelos próprios sinistrados e por aqueles que as sentiam.

Não creio que este debate se deva colocar assim. Isso é divergir sobre a matéria, uma matéria muito importante, muito nobre e com consequências terríveis para este processo da reconstrução, isso não deve ser feito agora.

O que nós temos é uma reconstrução que do ponto de vista técnico e logístico pode durar 6 anos, entre 1998 e final de 2004, ou uma reconstrução que se não tiver financiamento poderá prolongar-se por muitos mais anos.

Eu acredito que todos querem que a reconstrução termine conforme está estruturada.

Portanto, a questão a levantar nesta Assembleia, prestados todos os esclarecimentos com honestidade e com isenção como eu fiz, é como é que vamos conseguir do Governo da República meios financeiros para concluir a reconstrução em 2004.

Faltam ou não 17 milhões de contos?

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Não sei. O senhor é que diz!

O Orador: **Faltam.**

Foi vos dito. Por que é que senhores hão-de dizer não sei se vos acabo de dar esses números?

Presidente: **Agradecia que concluísse, Sr. Presidente.**

O Orador: **Não há nenhuma forma de vos fazer crer que estou a transmitir a verdade?**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Pode é enganar-se outra vez!**

O Orador: **Mesmo que me engane, Sr. Deputado, o que não me parece possível...**

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Já disse que terminava em 2003 e enganou-se. Pode enganar-se outra vez!**

O Orador: **... porque está tudo contabilizado, são empreitadas lançadas, são os apoios diagnosticados que faltam, é muito pouco provável que alguém se possa enganar sobre essa matéria ou que o desvio seja significativo.**

Se não for 17, for 15; se não for 17, for 18, qual é o problema?

O problema é que nós precisamos deste dinheiro para concluir a reconstrução. É para isso que a vossa palavra, a vossa voz e o vosso contributo, seja qual for o partido, deve ser utilizado neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: **Srs. Deputados, eu queria recordar que os nossos tempos são globais.**

Como sabem estamos numa fase de pedidos de esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Presidente do Governo.

Faço um apelo às bancadas para gerirem o seu tempo, de forma a que ninguém fique prejudicado e para que este assunto fique totalmente esclarecido, porque já tenho inscrições de diversos Srs. Deputados para proferirem intervenções.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(Pausa)

O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para...?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): **Sr. Presidente, eu esqueci-me de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Duarte Freitas, não sei se o posso fazer na repetição da figura ou se tenho que invocar a defesa da minha honra.**

O Sr. Presidente terá sempre a interpretação soberana que acho que deve ter nesta Assembleia.

O Sr. Deputado Duarte Freitas diz que eu ameacei parar a reconstrução. Eu não fiz isso, por isso não sei como é que vou esclarecer.

Será que isso tem a ver com a minha honra?

Eu penso que tem. Se tem a ver com a simples prestação de um esclarecimento, eu terei que o prestar o mais rapidamente possível.

Presidente: **Sr. Presidente do Governo, a Mesa pensa, com todo o respeito, que não há ofensa à honra.**

Eu daria a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas para um esclarecimento e seguidamente ao Sr. Presidente do Governo para fazer o seu esclarecimento.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): **Muito obrigado.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Prescindo, Sr. Presidente.**

Presidente: **Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.**

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Espero que ninguém se ofenda se não achar este andamento dos trabalhos, no mínimo, peculiar.

Aqui estou eu, aproveitando esta oportunidade para dizer que não é verdade que o Presidente do Governo tenha feito uma ameaça de parar a reconstrução.

Eu tenho na minha posse a transcrição integral das declarações que fiz à saída da audiência com o Sr. Primeiro-Ministro. Nessas declarações disse o seguinte:

“Saio daqui apenas com a garantia de que até ao dia 1 de Outubro será apresentado pelo Governo da República um Plano que definirá os termos da participação do Governo Regional nos próximos anos neste processo, que não se sabe em que montante será, nem se sabe se será suficiente para assegurar o normal ritmo da reconstrução ou se implicará a paragem da reconstrução ou a paragem parcial deste processo.”

Portanto, não se trata de nenhuma ameaça. Trata-se de uma constatação óbvia resultante do nível de financiamento que tivermos e que até agora todos nós desconhecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar neste debate uma pergunta metodológica e processual ao Sr. Presidente do Governo.

Já foi relatada aqui a tentativa, por parte do Governo Regional dos Açores, de chegar a uma conclusão sobre o financiamento da reconstrução junto do Governo da República.

Podemos discutir se isso é a melhor solução ou não.

No entanto, todos nós sabemos que o Governo da República vai responder até ao dia 1 de Outubro, porque não tem mais tempo, uma vez que nesse dia apresenta o Orçamento de Estado. Parte do problema passará pelo Orçamento de Estado.

Pergunto:

Por que é que se escolheu o dia de hoje para fazer uma comunicação, antes de se saber os dados da resposta do Governo da República?

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **Porque no mês de Outubro já será tarde!**

O Orador: **Por que é que se escolheu esta semana para apresentar uma resolução sobre a reconstrução e o seu financiamento, quando estamos a escassos dias de saber a resposta do Governo da República?**

Há outra solução, que é esperar escassos dias para saber a resposta e, em função da mesma, seja ela boa, má ou mais ou menos, vir ao Parlamento. Nessa altura o Sr. Presidente do Governo tinha a posição do Parlamento para a apresentar junto de Lisboa.

Em segundo lugar, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Governo, por que é que levou tanto tempo para apresentar uma resolução sobre o financiamento da reconstrução, se há tantos meses que lhe disseram o que o senhor já relatou sobre o ano de 2002 e se há tanto tempo o senhor anda numa guerrilha partidária contra o Governo da República em muitos aspectos, inclusive o da reconstrução?

Por que é que o senhor vem pedir hoje ao Parlamento, num mero discurso e daqui a uns dias numa resolução, apoio para aquilo que já fez?

Afinal de contas o senhor não vem aqui ancorar-se na posição do Parlamento, porque o que vem pedir ao Parlamento é apoio para aquilo que já fez. Isso não significa pedir apoio ao órgão mais importante da democracia dos Açores. Isso tem outro nome. Significa que está a querer usar o Parlamento dos Açores para uma guerrilha partidária.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: **Antes de entrar aqui, o Sr. Presidente do Governo vestiu as vestes de Presidente e despiu as vestes de guerrilheiro, para tentar obter apoio tardio...**

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **Afinal já é tardio!**

O Orador: ... para uma luta de guerrilha à qual o PSD responde que não.

No que se refere à questão concreta, de fundo, sobre este debate, não se apoquente porque nós também temos resposta.

Há um problema político-partidário, um tacticismo marginal que eu não posso deixar de, pertinentemente, colocar a V. Exa..

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Deputado Victor Cruz, pareceu-me que a sua intervenção se resumia a um conjunto de *slogans* e a apreciações adjectivas sobre o Presidente do Governo, mas não é a primeira vez. Têm sido muitas as vezes que fala assim.

O que interessa é a matéria que foi colocada.

Por que é que eu escolhi esta semana para vir à Assembleia?

Por uma razão que me pareceu absolutamente óbvia. Primeiro, porque a Assembleia está reunida esta semana. Segundo, porque eu estive reunido na última sexta-feira com o Sr. Primeiro-Ministro e senti que era meu dever colocar à Assembleia Legislativa Regional aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro me transmitiu.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Por que é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma Proposta de Resolução?

Cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista justificar, mas eu posso dar uma ajudinha.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Provavelmente será preciso!

O Orador: **Eu pressuponho que é porque é necessário que, neste período de reflexão do Sr. Primeiro-Ministro até ao dia 1 de Outubro, ele ouça a voz da Assembleia Legislativa Regional que apoia, com certeza por unanimidade, a necessidade da prestação dessa solidariedade nacional.**

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, dos Membros do Governo e do Deputado José Decq Mota)

O Orador: **Finalmente, Sr. Deputado, eu não vim à Assembleia para obter apoio para aquilo que eu fiz. Eu suponho que estamos todos na Assembleia para exigir do Governo da República aquilo que até agora ele não fez.**

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Eu volto a fazer um apelo para que se lembrem que há intervenções para serem feitas.**

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:**

Muito claramente, a sua intervenção e os seus pseudo-pedidos de esclarecimento, acabaram por, de certa forma, fazer cair a máscara do Partido Social Democrata na forma como se apresenta aqui.

O Partido Social Democrata – e o senhor acabou de comprovar pela sua intervenção que o PSD tem pavor, tem receio – está aterrorizado em responder a uma pergunta muito simples:

Os senhores acham ou não que o Governo da República deve cumprir com a solidariedade?

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Já vamos chegar lá!**

O Orador: Não vamos, Sr. Deputado.

A diferença é que a sua postura neste processo, segundo as suas palavras na comunicação social na passada quinta-feira, é para esperar; se o Governo der, dizem que sim, se não der, dizem que não.

Permita que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo sejam um bocadinho mais ambiciosos que o senhor; permita que tentemos fazer tudo por tudo para obter uma decisão favorável; permita que sejamos um bocadinho mais ambiciosos no sentido de levar a que o órgão máximo da autonomia se pronuncie em tempo útil, tenha uma postura pró-activa e não seja comodista como aparentemente o senhor está a ser.

Assim, Sr. Deputado Victor Cruz, encontra-se plenamente justificado, para além daquilo que já disse o Sr. Presidente do Governo, a razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS entende que, nesta sessão, os partidos que aqui estão representados, devem responder a uma pergunta muito concreta e que se consubstancia na proposta de resolução que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Permita-me ainda, Sr. Deputado Victor Cruz, mais um esclarecimento.

Eu penso que há alturas em que somos confrontados com a necessidade de optar. Há alturas em que não é possível desviar as perguntas, é necessário dar uma resposta e assumir corajosamente uma posição sim (legítima) ou não (também legítima). É nessa altura que nós estamos.

Aquilo que foi feito aqui foi o corolário de todo um processo de contactos, consultas e de esforços com o Governo da República. O resultado é flagrantemente frustrante.

Sr. Deputado Victor Cruz, se o senhor entende que a Assembleia Legislativa Regional se deve pronunciar sobre essa matéria, há uma proposta que lhe dará essa possibilidade. Se o senhor não entende e confirma a impressão que deixou de que não quer discutir esse assunto, porque não quer responder a essa pergunta, é bom que, quer esta Casa, quer os açorianos, saibam o que é que se passa. Qual é a sua posição?

Sobre esta matéria penso que está inteiramente justificado o motivo pelo qual o Grupo Parlamentar do PS apresentou a proposta de resolução.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.**

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Muito rapidamente para continuar a fazer uma pergunta, porque faz muita diferença.

Eu sei que o Sr. Presidente do Governo está aqui porque a Assembleia está reunida, como não está aqui muitas vezes, apesar da Assembleia estar reunida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Eu sei que o Sr. Presidente gostava que eu não fizesse oposição, por isso lamentou que eu o adjectivasse muitas vezes.**

Eu lembro ao Sr. Presidente que ao pé dele, quando ele era líder da oposição, eu sou bem mais suave do que ele foi contra todos os governos do Partido Social Democrata.

Vamos ao que interessa sobre a oportunidade da reunião.

Em primeiro lugar, a reconstrução merece, justifica se fosse caso disso, uma reunião extraordinária da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

A reconstrução justifica, merece, se fosse caso disso, a antecipação de uma reunião ou o adiamento da reunião plenária da Assembleia.

Eu vou dizer qual é a diferença: o senhor é que escolheu esse caminho!

Se eu fosse Presidente do Governo...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Mas não é!**

O Orador: **... antes de ir falar com o Governo da República, eu vinha ao Parlamento Regional colocar a questão.**

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **E veio!**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Isso já foi feito, Sr. Deputado!

O Orador: Depois de obter consenso e todos os esclarecimentos sobre esta matéria, nesta fase do processo, é que eu ia, ancorado no Parlamento Regional, falar com o Sr. Primeiro-Ministro.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César)*: Qual é a diferença?!

O Orador: Fazia muita diferença, porque o senhor falava ao abrigo de uma resolução já aprovada, tinha mais força e envolvia os partidos políticos, coisa que o senhor nunca quis fazer neste processo, como nunca quis envolver as próprias autarquias locais.

O senhor optou pelo caminho contrário.

Reclamou, falou mal, disse tudo o quanto havia para dizer do Governo da República, foi a uma audiência, vem com uma resposta e só agora é que vem ao Parlamento. Teria sido melhor, não para mim, porque para mim era indiferente estar a discutir isto hoje ou amanhã, mas para si, Sr. Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Indiferente?! Indiferente?!

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Os sinistrados já perceberam isso!

O Orador: Sr. Presidente, quando falam os socialistas, os social-democratas têm algum cuidado com os apartes. Eu gostava que se fizesse a mesma coisa, sob pena de não se ouvir ninguém quando falar, por exemplo, o Sr. Presidente do Governo.

É uma questão de relacionamento com os partidos da oposição, é uma questão de relacionamento com a Assembleia, não é certamente a questão essencial neste processo.

Eu usei a altura dos pedidos de esclarecimento para pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo. Fi-lo com a melhor das intenções.

Do pouco tempo que o PSD tem, entendi gastar algum, porque acho que essa questão dá bem nota do tipo de relacionamento que o Governo Regional tem com os partidos da oposição e com o próprio Parlamento, como dá bem nota da relação que tem, por exemplo, com as autarquias locais.

Termino não questionando mais o Sr. Presidente sobre esta matéria em particular, mas afirmando que se eu fosse Presidente do Governo Regional,...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Mas não é!**

Deputado João Cunha *(PSD)*: **Mas vai ser!**

O Orador: **... pouco tempo depois do PSD ter ganho as eleições nos Açores, sabendo inclusive que o líder do maior partido da oposição, a maioria dos deputados eleitos, fazem parte do apoio do novo Governo da República, eu teria conversado – não teria atirado pedras – calma e serenamente,...**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Foi feito a 20 de Junho!**

O Orador: **... pedindo o contributo dos deputados da oposição, num reunião pública ou privada, como se entendesse.**

É no desenrolar de todo este processo que os açorianos já perceberam que há uma coisa que falha: o senhor quis prosseguir sozinho neste caminho, o senhor optou por um caminho de combate com o Governo da República, é sua opção.

Presidente: **Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.**

O Orador: **Não era agora, numa altura destas, votando mais tarde uma resolução que é culminar de um processo de ataques políticos, em toda a linha, ao Governo da República, que pedia para que eu lhe dessa a possibilidade de poder dizer que tudo o que foi dito por si, e disse coisas graves, afinal de contas tinha o apoio do PSD.**

Por esse caminho não vamos. Estamos dispostos a colaborar em tudo, mas sempre que o senhor quiser ir sozinho vai assumir as suas responsabilidades. Por acaso até tem uma maioria absoluta para nem sequer se queixar de não ter esse problema com o Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não me tinha inscrito para pedidos de esclarecimento. Inicialmente inscrevi-me para uma intervenção porque tinha a expectativa de que este debate seria muito mais construtivo, seria muito mais sério, muito menos partidarizado do que está a ser. Tinha a expectativa séria de que os interventores neste debate não teriam como preocupação as eleições de 2004. Teriam como preocupação a situação objectiva dos sinistrados, das zonas sinistradas e a carência de financiamento que há.

Mas não. Entrámos num debate marcado apenas por preocupações eleitoralistas, marcado apenas pela tentativa de se mostrar como se faria se fossem do Governo.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que tive que recorrer à figura de esclarecimento porque senão, ficava condenado a só falar nos 12 minutos antes do fim das 3 horas. Por esta via o PSD, até chegar aos 38 minutos, toma conta do debate, aplica-o no sentido da política ou da orientação que definiu.

É importante que essa orientação fique clara, mas no seio de um debate absolutamente sereno.

Pedia como esclarecimento ao Sr. Deputado Victor Cruz que me antecedeu, se está disposto ou não a participar e a contribuir aqui para um debate sobre esta questão fundamental, isto é, se é fundamental ou não a solidariedade da República em 2002, para que o processo da reconstrução não seja criminosamente asfixiado do ponto de vista financeiro?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem ! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Há coisas que o senhor não tem bem presentes, certamente por ter estado fora.

O senhor está a acusar o Governo de não ter envolvido os partidos da oposição?

O Sr. Presidente do Governo disse na sua intervenção que foram 2 membros do Governo à Comissão de Acompanhamento do Sismo, explicar a situação. Isso não é envolver os partidos da oposição?

(Risos do Deputado Victor Cruz)

Não se ria, Sr. Deputado Victor Cruz, porque na altura, o seu partido considerou que isso era envolver, tanto mais que apresentaram uma sugestão (errada, mas fizeram). Consideraram que era um contributo válido em que os partidos da oposição eram chamados a participar.

O senhor agora entende que não, mas isso não funciona assim, Sr. Deputado Victor Cruz.

Depois diz que o comportamento do Governo dá bem nota. Dá bem nota, Sr. Deputado? Dá bem nota do quê? O Sr. Deputado sabe o que é que dá bem nota?

Foi num debate nesta Casa relativamente a esta matéria, um deputado da sua bancada, quando questionado pelo Partido Comunista Português, sobre se era ou não justo que o Governo Nacional cumprisse com a solidariedade, respondeu “se quer que eu lhe diga, sinceramente, não sei!”. Isso dá bem nota da vossa postura.

Também dá bem nota da sua postura o facto de dizer que esta discussão é indiferente para si.

Indiferente?! Olhe que não!

Sr. Deputado, não tente vir para esta sessão como alguém que até tinha a solução miraculosa para tudo. Até diz que se fosse Presidente do Governo (não é e pelos visto não será!) teria convocado os deputados da Assembleia da República, até aqueles que faziam parte da maioria.

O senhor é membro dessa maioria. Alguma vez solicitou um encontro para discutir essa matéria?

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Com o Sr. Presidente do Governo?

O Orador: O senhor alguma vez se dignou?

O senhor está a assumir uma postura de quem entendeu uma coisa numa determinada altura, guardou-se, teve má fé (isso denota má fé neste processo) e agora vem dizer que se calhar fazia assim.

Deputado Mark Marques (PSD): É só teatro!

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor fala que isso não é um problema do Partido Social Democrata, que o Governo não terá problemas com o Partido Social Democrata.

Sr. Deputado Victor Cruz, este Governo e o Grupo Parlamentar do PS não têm problemas com o Partido Social Democrata.

O senhor, com esse comportamento, numa atitude de vingança, vai ter um grave problema com os sinistrados e já está a ter.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Para terminar, Sr. Deputado Victor Cruz, reafirmo na íntegra a questão que foi colocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Gostava também de ter resposta para essa pergunta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ainda sou do tempo em que quando um dirigente político era eleito num congresso nos Açores, ia apresentar cumprimentos ao Presidente do Governo. Tive muito gosto, no passado, em fazer isso junto do Sr. Dr. Mota Amaral.

O que gostava de lhe dizer é que eu não pretendo dizer ao Sr. Deputado, nem a ninguém, o que deve cada um fazer, quando se trata de defender os Açores. Todos os que aqui estamos temos esse dever, na medida das nossas possibilidades, usando dos meios que achamos mais eficazes para o fazer. Essa é

uma obrigação nossa. Portanto, cada um deve desempenhá-la na medida das suas possibilidades.

Gostaria de voltar a dizer que esta discussão que hoje se está a fazer, como muito bem salientou o Sr. Deputado Decq Mota, deve visar o apuramento da vontade desta Assembleia em relação à manifestação que deseja da solidariedade nacional e de que a reconstrução carece.

Portanto, aquilo que eu desejo nesta Assembleia, apresentando de forma verdadeira e com todos os elementos que tinha disponíveis, todos os dados, todas as diligências feitas, todas as informações necessárias, é que seja possível lançar uma mensagem clara para o Governo da República, como para todos os que intervêm junto do Governo da República, nos órgãos de soberania, de uma vontade inequívoca desta Assembleia em dizer que nós precisamos de 17 milhões de contos para concluir a reconstrução. É preciso que nos apoiem nesse montante ou num montante próximo, mas que não comprometa o calendário normal e o termo da reconstrução. É isso que é pedido aqui.

É isso que é pedido na altura oportuna, quando o Governo da República está a reflectir sobre a forma como pode ajudar e em quanto pode ajudar.

Nós temos que dar um sinal claro de que uma pequenina ajuda pode significar ajuda nenhuma, porque este processo está contratualizado e foi contratualizado na expectativa de uma cobertura orçamental em que se associou os recursos regionais disponíveis às expectativas de continuidade de solidariedade nacional. Se é por transferências, se é por endividamento da Região, se é através da AICOPA, se é através de empréstimos de outra natureza, se é através da colaboração com as autarquias, se é através do Instituto Nacional de Habitação, não interessa.

Presidente: Sr. Presidente...

O Orador: O Governo da República procure a melhor forma de o fazer.

O que nós açorianos precisamos é que essa manifestação de solidariedade nos chegue no montante e no tempo devido, ...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Orador: ... porque nós não estamos a pedir ao Governo da República uma gorjeta. Estamos a pedir o exercício de um dever que deve ser indeclinado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção nesta primeira fase do debate, o que desde logo demonstra que eu não quero fugir ao debate,...

Deputado Herberto Rosa (PS): Gostava, mas não pode!

O Orador: ... pelo contrário, acho que é uma belíssima oportunidade de explicar a posição do Partido Social Democrata. Agora, o PSD não aceita que sejam os senhores a limitar o tema que está aqui em discussão.

Nós estamos aqui para discutir a reconstrução, o seu processo, o seu financiamento, a prestação do Governo Regional na reconstrução, a prestação financeira do Governo da República na reconstrução e tudo o mais que o PSD quiser, porque sobre isso não há limitação. O próprio Presidente na sua comunicação não falou só de financiamento e, por isso mesmo, nós achamos que não deve ser o PS ou o PCP a limitar o tema deste debate.

Em segundo lugar, para dizer ao Sr. Deputado Decq Mota, muito rapidamente, que a democracia é feita de partidos políticos.

Quando se diz que não se deve partidarizar este debate da reconstrução, o que é o Sr. Deputado fez ontem com o debate sobre a educação quando disse “imaginemos que se o Governo fosse de direita, imaginemos que se o Governo fosse de esquerda, mas não tivesse maioria absoluta...”?

O senhor ontem partidarizou, na minha opinião gravemente e cometendo um erro grave, o debate sobre a educação que é também um debate muito importante.

Esta sua dupla bitola deve corresponder a um Telejornal do qual eu tenho memória e que correspondeu ao dia em que reuniu com o Sr. Presidente do

Governo sobre a reconstrução e o abraçou simpaticamente no fim. Nesse mesmo dia o Sr. Secretário da Educação, no mesmo Telejornal, disse que o senhor era pouco sério a fazer os debates. Se calhar o senhor apoia uma parte do Governo e não apoia a outra. O problema é seu.

A minha partidarização corresponde à minha opinião sobre o tema.

Partidarizar não é desvalorizar, é a opinião que o meu partido tem sobre essa perspectiva.

Uma ligeira resposta ao tema central, ou seja, se eu acho justo, no ano de 2002, o Governo da República, fosse do PS ou do PSD, dar um apoio à reconstrução. A minha resposta é muito simples: claro que sim. É justo. É bom que dê. Era bom que desse.

Pergunto: por que é que o Governo do PS não deu?

O Orçamento de 2002 foi aprovado em 2001.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

O Orador: Isso nunca esteve em nenhum orçamento da Região.

Quem podia ter resolvido o problema do financiamento da reconstrução do ano de 2002 era o Governo do qual o Primeiro-Ministro só se demitiu em Dezembro e só se foi embora em Março, assim como se este Governo quiser, em Setembro, inscreve no Orçamento, ao abrigo de um artigo – Calamidades – da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, uma verba para o ano de 2002.

Os governos podiam fazer isso. Mas tanto podia fazer o Governo do Dr. Durão Barroso, como podia ter feito o Governo do Engº António Guterres.

Pelo contrário, o Engº António Guterres e o Governo do PS o que fizeram foi a falsidade de encontrar, através de um despacho ilegal, uma maneira de dizer que teriam resolvido um problema que tiveram oportunidade para resolver e não resolveram. Aí é que faz a grande diferença entre o PSD e o PS.

É por isso que eu não fico mal com os sinistrados.

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, terminou o seu tempo.

O Orador: **Quando está mal, eu digo que está mal.**

O Sr. Presidente do Governo, perante o desinteresse do seu Governo Socialista, em 2001, em ter transferido 4 milhões de contos em 2002, esteve calado.

Portanto, há quem seja cúmplice com a governação.

Eu quando não concordo não tenho qualquer problema em dizer que o Governo da República não fez o que devia fazer.

Fica bem claro, os senhores não podem perguntar, com legitimidade, sobre o ano de 2002.

Os senhores é que deviam ter resolvido e não resolveram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.**

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): **Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:**

Eu não queria que esta discussão se centrasse em aspectos marginais, embora perceba que, pelos vistos, para alguns, é muito difícil discutir o essencial.

O meu único interesse é aquilo que eu julgo que é relevante neste debate é sabermos se estamos todos de acordo que o Governo da República nos deve prestar a solidariedade necessária à cobertura desses 17 milhões de contos em falta ou pelo menos da maior parte deles, permitindo que se consiga algum financiamento suplementar, através dos ajustamentos orçamentais, de outros sacrifícios ou e outros pagamentos em 2005.

É isso que está aqui em causa e toda a gente deve ter uma posição extremamente clara sobre isso.

O Governo da República anterior, como expliquei, no período entre 1998 e 2002, transferiu, a diverso título, o valor que mencionei na minha intervenção e foi superior a 21 milhões de contos.

O que se passou em relação aos 4 milhões de contos, não tem nada a ver com aquilo que o Sr. Deputado Victor Cruz disse.

Quase todas as transferências anteriores ou afectação de fundos para os Açores, não constavam do Orçamento de Estado.

Na maior parte das vezes essa verba saiu da dotação provisional, o que quer dizer que este ano...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E no orçamento regional onde é que está?

O Orador: Não é absolutamente necessário ter no orçamento uma verba para receber. O que é necessário no Orçamento é ter uma verba para fazer despesa.

Estas matérias sempre foram assim no passado e a verdade é que não interessa os detalhes técnico-jurídicos. Não interessam esses truques que os senhores estão permanentemente a pôr na Mesa em relação ao nosso trabalho, como se isso é que fosse importante.

O que interessa é que o Governo anterior tinha despachado 4 milhões de contos e o Governo actual não nos quer dar essa quantia.

Se todos somos açorianos, temos que fazer força para que esses 4 milhões e muitos outros mais, venham para nós, porque nós defendemos, em primeiro lugar, a nossa terra e os açorianos. Assim devemos fazer, quer o Governo da República seja do PS, do PSD, do PP ou do PCP.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para prestar um esclarecimento, sendo muito breve.

Presidente: Informo, Sr. Deputado Decq Mota, que apenas tenho mais uma intervenção para esclarecimentos.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O esclarecimento que queria prestar é muito simples.

Primeira questão: a audiência que tive com o Sr. Presidente do Governo no dia 10 de Setembro foi pedida por mim a título de urgência no dia 9 e foi imediatamente concedida.

Segunda questão: se é verdade (e é!) que o Sr. Secretário da Educação não foi correcto comigo nesse mesmo dia no Telejornal, penso que o problema e o mal só fica ao Sr. Secretário e a mais ninguém.

Terceira questão: em relação à classificação de partidarização do problema.

É evidente que cada um tem as suas posições, mas elas têm que ter uma finalidade.

No caso presente a finalidade tem que ser encontrar o financiamento para a reconstrução.

Quando as preocupações que vêm ao debate se centram não no financiamento, mas nas eleições de 2004, nos prazos da reconstrução, estamos a fugir a este objectivo.

Ontem, quando fiz a declaração política sobre a educação, a mesma tinha a ver com as concepções que o meu grupo parlamentar tem sobre a política educativa e tem a ver com o que nós defendemos para esse sector.

Se eu tivesse aqui determinado tipo de comportamentos dilatatórios e que obscurecessem o fundamental, então estava a procurar evitar que se compreendesse uma coisa. Neste momento a “batata” está na mão do Governo da República que por acaso é do PSD e do PP, mas é o Governo da República Portuguesa, da qual esta Região Autónoma faz parte, que tem que resolver este problema. Isto não pode ser escondido. Por muito que se goste dos partidos que estão no Governo da República, eles têm que resolver este problema.

Quando digo que o senhor está a partidarizar é no sentido de procurar esconder isto e é isso que eu não posso deixar de mostrar com o maior ênfase que puder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de informar a Câmara que o Governo dispõe ainda de 11 minutos, o PS de 52 minutos, o PSD de 21 minutos, o PP de 12 minutos e o PCP de 8 minutos.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para...?

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, eu gostava de saber se há alguma inscrição na Mesa para intervenções e de quem são essas intervenções, porque temos estado a assistir a pedidos de esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Presidente.

Presidente: Com todo o gosto, Sr. Deputado.

A Mesa pode informar que, para intervenções, tem a inscrição dos Srs. Deputados Decq Mota e Alvarino Pinheiro.

Apenas tenho um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Lopes, o qual dou a palavra, esperando que se passe de seguida às intervenções.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Sr. Presidente, eu prescindo do meu pedido de esclarecimento, porque penso que tem urgência, e gostaria de ouvir, as intervenções dos outros partidos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, por facilitar o trabalho da Mesa.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deliberadamente venho a esta tribuna fazer esta intervenção, para a qual me inscrevi no início do debate, porque penso que esta Assembleia e cada um dos seus grupos parlamentares tem a estrita obrigação de marcar com veemência, com força e também com o formalismo parlamentar possível, a importância desta sessão.

Queria começar exactamente por este ponto: eu fui dos que tive oportunidade de sugerir ao Sr. Presidente do Governo que fizesse uma comunicação deste tipo, nesta sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional. Fiz esta sugestão por razões que para mim são absolutamente óbvias: a reconstrução já está a parar, há muitos sub-empregados que já deixaram de trabalhar.

Não há aqui nenhuma perspectiva de futuro.

Há muitos sub-empregados que já desmancharam andaimes, já tiraram betoneiras, já arrumaram ferramentas, já dispensaram pessoal, pessoal esse que já saiu das Ilhas do Faial e do Pico.

A reconstrução está a parar e não é esperando que o problema se resolve. Não é esperando pelo dia 30 Setembro ou 1 de Outubro, quando o Sr. Primeiro-Ministro ou a Sra. Ministra das Finanças apresentarem o dito plano, que o problema se resolve.

Tem que ficar bem claro o que é a Região Autónoma dos Açores, através do seus órgãos de Governo próprio – esta Assembleia é um deles – pensa sobre isso.

Qual é o problema?

É por pensar de maneira diferente do Governo da República e já bastas vezes isso aconteceu.

Seria indispensável que nesta sessão legislativa de Setembro, a primeira deste ano parlamentar a seguir ao período de férias, este assunto fosse debatido com profundidade.

Fiz questão de sugerir ao Sr. Presidente do Governo isto e estou aqui empenhado em contribuir para a definição de uma posição justa desta Assembleia, necessária e oportuna, para que junto da soberania nacional (Governo e Assembleia da República e se necessário for, o Sr. Presidente da República também) fique percebido que a reconstrução não pode parar.

Todos sabem que o Grupo Parlamentar do PCP, que o PCP/Açores e eu próprio, temos sido, somos e continuamos a ser críticos de muitas formas organizativas e práticas como processo da reconstrução está a ser conduzido. Mas não é isso que está em questão neste momento, mas sim a rotura financeira que o atingiu e que tem que ser rapidamente coberta e superada.

Quem vai sofrer não é o Governo do PS, nem o resultado eleitoral do Partido Socialista (isso não me preocupa absolutamente nada). Quem vai sofrer vão ser as pessoas que ficam condenadas a esperar muito mais tempo em pré-fabricados ou em partes de casas. É isto que está em jogo nesta questão.

Para mim é quase incompreensível perceber por que é que há hesitações em dizer que esta questão é urgente e tem que ser resolvida em 2002. Tem que haver um contributo da República para que não haja a paragem ou a redução a ritmo acentuado da reconstrução.

O Partido Socialista já tomou a iniciativa. A partir dessa iniciativa penso que poderá haver condições para se chegar a um acordo de uma resolução desta Assembleia sobre esta matéria.

Há um outro assunto que gostaria de trazer a este debate. Nós não podemos ter dúvidas sobre uma questão: o que é a reconstrução?

A reconstrução é aquilo que está contratualizado nas 40 empreitadas adjudicadas. Mas não é só isso. A reconstrução são todos os casos pendentes que ainda estão por resolver.

O financiamento que se tem que encontrar tem que ser para toda a reconstrução. Esta questão é absolutamente fundamental.

Que esta Assembleia Regional entenda isto!

Sendo certo que a maior parte está nas 40 empreitadas, o que é certo é que há muitos casos pendentes, ainda não despachados, outros ainda não resolvidos e outros ainda bloqueados, que têm que ser resolvidos e é preciso encontrar solução nos quadros legais existentes. Eles têm que estar claramente definidos. Este ponto, para nós, é absolutamente fundamental.

Considerar o financiamento sem considerar este aspecto, seria pouco.

Ouvi com muita atenção o Sr. Presidente do Governo.

Pelos valores que são apresentados penso que está considerada, no cálculo da verba que falta, esta amplitude. É importante que este ponto fique claro e é fundamentalmente importante que os documentos que venham a ser aprovados por esta Assembleia tenham este conceito bem preciso: o tamanho, o volume do que é a reconstrução e que não seja um conceito eventualmente restritivo ou podendo ser interpretado como tal.

Eu acho que para além do calor do debate político, para além do empenho que todos, com lealdade e honestidade se envolvem neste debate, temos que ter também a lucidez de perceber o que é que tem que ser apurado nesta altura e neste momento.

Pela parte que toca ao Grupo Parlamentar do PCP, gostava de dizer a esta Câmara que continuaremos a fazer todos os esforços, antes de 30 de Setembro e depois dessa data, para que este assunto fique resolvido.

Gostava também que interiorizássemos o problema que temos entre mãos.

Neste momento, se não houver solidariedade do Governo da República, através de uma transferência referente a 2002; se o tal programa plurianual tudo supõe que a partir de 2003 for insuficiente; se não houver autorizações de endividamento através do Orçamento e que correspondem a um valor insignificante na perspectiva do agravamento do défice; se não houver nada disto, temos que ter presente que todas as portas estão fechadas. Neste momento, não há alternativa.

Conforme foi dito e sublinhado na intervenção do Sr. Presidente, neste momento qualquer outra solução, nomeadamente aquela que veio a público, gerou polémica, etc., e que envolvia a Associação dos Industriais de Obras Públicas e Construção Civil, está vedada à Região qualquer possibilidade de recorrer a ela por causa da Lei de Estabilidade Orçamental.

Neste momento, quem tem “a faca e o queijo” na mão é a coligação PSD/PP, porque tem maioria na Assembleia da República e está governando o país.

Eu espero que saiba cortar o “queijo” e espero que não “use a faca” para fazer “feridas profundas” nos sinistrados desta zona do país.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Sr. Deputado Decq Mota, a Mesa informa que controlou perfeitamente o seu tempo e já o esgotou.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para ...?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo de 10 minutos.

Presidente: É regimental.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 16 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Informo que temos 3 intervenções de tribuna dos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro, Jorge Costa Pereira e Vasco Cordeiro.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria congratular-me com o facto do Sr. Presidente do Governo ter vindo à nossa Assembleia fazer uma comunicação sobre uma matéria que, ao longo dos últimos anos, tem sido objecto de um debate intenso nesta Assembleia.

Não houve nenhuma sessão de trabalhos em que a matéria da reconstrução estivesse presente, que a mesma não dominasse as atenções desta Casa com debates profundos e exaustivos.

A presença de V. Exa. aqui, o séquito que o acompanhou e a circunstância de ter trazido de novo a RTP/Açores a esta Casa – coisa que o meu colega Deputado Paulo Gusmão que já cá anda desde o início da legislatura nunca tinha tido a noção do que era a presença do Sr. Presidente do Governo, quando as coisas estavam encenadas para esse efeito – mostra como é a Assembleia a funcionar no seu melhor. Por isso, gostaria de agradecer.

Em relação ao conteúdo da intervenção do Sr. Presidente, eu queria congratular-me, em primeiro lugar, pelo tom que V. Exa. trouxe a esta Assembleia que é totalmente oposto ao que tem introduzido na opinião público dos Açores e que tem levado à intoxicação dessa opinião pública numa perspectiva que julgo que todos os analistas já perceberam, que é a de quase exclusiva obediência a interesses e objectivos partidários, à mistura de um assunto também muito sério da Região e um problema gravíssimo do Governo. Hoje, felizmente, V. Exa. abdicou dessa postura de afrontamento dos órgãos da República e do Governo da República e com o nosso agrado e apoio trouxe, de

uma forma correcta, a perspectiva do Governo e até o enunciado naquilo que é essencial do processo de reconstrução, na vossa óptica.

Sinceramente queria congratular-me por essa postura e fazer votos que daqui por diante mantenha a postura que trouxe hoje a esta Casa, porque assim é que dignifica a nossa perspectiva, a acção do Governo e é a melhor forma de nós, Região Autónoma dos Açores, atingirmos os objectivos finais.

Eu estou também de acordo com o Sr. Presidente do Governo, o que interessa é a Região atingir os seus objectivos e nesse capítulo estamos certamente todos unidos e do mesmo lado da barreira na defesa dos interesses dos Açores e na salvaguarda do processo da reconstrução. Temos que ter a garantia de que esse processo não pode parar e isso tem que ser dito de forma clara e objectiva. Aí, de uma vez por todas, o Governo tem que falar a uma só voz, e não permitir que de manhã uns digam uma coisa e da parte da tarde, estrategicamente, outros digam outra.

Para além da postura correcta que o Sr. Presidente trouxe aqui, queria também me congratular com a humildade, coisa que este Governo não tem tido no passado, nomeadamente reconhecendo os seus erros e as suas falhas.

V. Exa. assumiu – disse que o processo da reconstrução estava para ser feito em 2 anos, depois passou para 4 e já vai em 6 – que isso resultou de enganos sucessivos e, agora com segurança, pode prever-se um timing rigoroso. Ótimo, mas fica bem reconhecer isso, Sr. Presidente, porque perderam-se horas e horas nesta Casa, quando muitas vezes a bancada do PS tentava defender o indefensável.

V. Exa. também reconheceu que o Governo se tinha enganado em relação aos montantes com desvios preocupantes ao longo de todo esse processo. Também é uma forma correcta e séria de pôr a questão.

Infelizmente, ao longo desse processo, íamos constatando que os erros eram reais. Seja como for, chegámos à conclusão preocupante que, no seu conjunto, o custo global desse processo vai aproximar-se dos 50 milhões de contos.

V. Exa. não reconheceu, mas acho que era muito importante que o tivesse feito, que houve um erro estratégico, fundamental da parte deste Governo Regional.

Eu estou certo que o erro foi involuntário. Eu estou certo que o Governo Regional pensou que, conduzindo as coisas como conduziu, em matéria de financiamento com o Governo da República de então, ia conseguir levar “água ao seu moinho”. Eu não duvido disso.

A verdade é que num processo dessa magnitude, envolvendo os montantes que envolve, foi de todo leviano – permita-me a expressão, sem ser ofensivo – e imponderado, avançar com um processo desses sem pôr no papel, escrito preto no branco, quais seriam as responsabilidades da República, do Estado, nessa matéria e quais as responsabilidades nacionais.

Meus amigos, assumir a responsabilidade do financiamento de um projecto de 50 milhões de contos para 4 ou 6 anos, na base dos telefonemas, do desenrasca e do “agora estou apertado, resolve-me isso” – foi o que aconteceu – convenhamos que foi a pior forma de conduzir essa matéria e a prova está à vista. Com o devido respeito, isso foi tecnicamente inadmissível.

Ademais, como o Sr. Presidente do Governo aqui lembrou e correctamente, os problemas das calamidades desta Região Autónoma, não se ficam pela grave questão do sismo. Essa foi a mais importante.

E a destruição dos portos?

E a calamidade da Ribeira Quente?

Todas essas situações somadas fazem com que a Região, no período de tempo em análise, tenha encargos com calamidades, no seu global, superiores a 70 milhões de contos e isto agora sem ser a preços correntes, mas serão valores desta dimensão a ter presente nos números que V. Exa. aqui colocou.

Nós, CDS/Partido Popular, temos toda a legitimidade para, de forma frontal, anunciar e responsabilizar o Governo Regional pela má condução estratégica do processo de financiamento da reconstrução.

Sr. Presidente, mesmo em relação aos números e levando de boa fé os valores que V. Exa. aqui deixou, terá que reconhecer que esses valores não dizem coisíssima nenhuma com aqueles que ainda há meia dúzia de dias nós próprios trabalhámos e confrontámos com o Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, que tem a seu cargo a área da reconstrução.

A informação que nós tivemos até hoje foi de que as transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores para o processo da reconstrução, foram na ordem dos 8 milhões de contos.

Simultaneamente o Governo da República teria assegurado, também por via de fundos comunitários e de outras formas de cooperação, mais 3 ou 4 milhões de contos.

V. Exa. poderá agora dizer que foram 17, 18 ou 21, mas terá que convir que perdeu uma oportunidade histórica de, na altura própria, dizer quanto é que era. Perdeu oportunidade histórica de, em cada orçamento, dizer o que é que recebemos para a reconstrução. Claro que não imaginava que hoje tinha o problema que tem. Nós compreendemos, mas foi um erro, porque não disse o que é que ia receber, não tratou o assunto com objectividade, com transparência e nunca pôs esta Assembleia a par do que se estava passando. Ia desenrascando, ia resolvendo.

Como o tempo escasseia, eu tenho a noção de que não tenho muito mais, gostaria de dizer, como primeira observação, que o Governo da República anterior certamente fez tudo o que podia para apoiar a Região Autónoma dos Açores nesse domínio, e eu não estou discutindo a bondade.

Se não transferiu verbas no Orçamento do Estado em 2001, foi certamente porque não pôde.

Quando tentou remediar o mal, porque já sabia que tinha levado “ordem de marcha”, fê-lo mal e não resultou, para infelicidade nossa.

Se tivermos em conta a média de transferências do Orçamento do Estado para a Região entre 98 e 2002, tendo presente os números em causa, a média foi na ordem dos 2 milhões de contos.

Em 2001, as transferências do Orçamento do Estado foram nulas, tendo presente todas as informações que tinha sido dadas até agora.

Relativamente ao futuro, V. Exa. deixou um desafio demasiadamente simples: levanta o desafio se esta Assembleia e quem a compõe está ou não de acordo que o Estado deve ser solidário no processo da reconstrução.

Sr. Presidente, terá, como sempre teve e continuará a ter, na primeira linha da defesa desse princípio, dessa exigência e dessa responsabilização, o Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular. De outra maneira não podia ser, nem fazia sentido.

Segunda observação: pouco se falou aqui, mas julgo que todos temos consciência e está subjacente a tudo isso, do estado da nação que resultou de 6 anos de governação do Partido Socialista.

Deputados Joaquim Machado e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Obviamente não vamos dissecar. Era óptimo para nós, mas não vamos.

Todos temos consciência do estado caótico das finanças públicas, do desequilíbrio orçamental e da necessidade imperativa de sanear o país e as contas.

Da nossa parte não temos dúvidas do esforço histórico que o actual Governo da República da convergência democrática do PSD e do CDS/PP, está fazendo, felizmente com o apoio institucional de grandes figuras deste país como o governador do Banco de Portugal e outros, para que Portugal entre no caminho da credibilidade e consiga ultrapassar essa fase difícil.

A nossa convicção é de que o Governo da República vai também fazer tudo ...

Presidente: Sr. Deputado, eu lamento informá-lo, mas está chegando ao limite do seu tempo.

O Orador: ... o que estiver ao seu alcance para responder, em solidariedade, à Região Autónoma no processo da reconstrução.

Para isso é fundamental que a nossa Região adopte uma política de vigor, de seriedade, uma postura correcta, que passe pelo diálogo que tem que ser estabelecido e que se encontrem alternativas à eventualidade do Governo da República não ter possibilidade prática de satisfazer as necessidades financeiras da Região Autónoma dos Açores, em função do seu calendário.

Julgo que nós temos que estar preparados com alternativas concretas e legais, por forma a que possamos, com a abertura e a indispensável solidariedade do

Governo da República, encontrar formas complementares às transferências orçamentais que venham a realizar-se e a concretizar-se.

É esta a nossa posição e nessa linha os Açores continuarão sempre a contar com a nossa modesta, mas empenhada intervenção.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:**

Depois de em Maio deste ano o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos ter dito no Faial, numa das suas habituais entregas de casas, que a reconstrução estava em “velocidade de cruzeiro”, hoje foi reconhecida a existência de uma ruptura financeira no processo da reconstrução.

Ninguém fica satisfeito com este reconhecimento, porque quem sofre as consequências desse facto são os sinistrados e não o Governo do Partido Socialista.

Mas os sinistrados precisam de saber porque é que as obras param.

Os sinistrados precisam saber porque é que se diz que não há dinheiro.

Os sinistrados precisam saber porque é que não há dinheiro.

E para respondermos a estas questões não podemos passar uma esponja sobre o que se fez ou sobre o que está em curso.

O Sr. Presidente do Governo reconheceu há pouco que se tinha enganado.

Enganou-se ao prever dois anos como o tempo que demoraria a reconstrução.

Enganou-se ao prever 25 milhões de contos como o custo do processo de reconstrução.

Mas, infelizmente, o Sr. Presidente, enganou-se também hoje nas afirmações que fez.

Enganou-se quando no seu texto aludiu ao esforço de contenção de despesas que tem sido feito e deu o exemplo do cancelamento de empreitadas.

Sr. Presidente, a verdade que é preciso ser dita, é que esse cancelamento que o senhor refere dessas empreitadas, não se traduziu numa economia de custos, antes trouxe para a Região custos acrescidos. E não sou eu que o digo. É o Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas diz na sua Decisão 7/2002, que o valor da adjudicação da empreitada, a que o senhor se refere como economia de custos, é superior 35% à soma dos preços base fixados anteriormente, o que significa que o dono da obra só a conseguiu adjudicar por valor que não excede o preço base em mais de 25%, porque antes aumentou esse preço base em 9%.

E conclui: “A Secção Regional do Tribunal de Contas decide conceder o visto ao contrato em referência, atendendo ao tempo decorrido desde o sismo (quase 4 anos!) e à situação das famílias que vivem em habitações danificadas, aguardando a sua recuperação, que só agora, em execução do presente contrato, será levada a efeito”.

O Sr. Presidente enganou-se. Não poupou no cancelamento de empreitadas e o Tribunal de Contas apenas lhe deu o visto, porque pensou nas pessoas.

O que os senhores fizeram não foi nenhuma economia de custos nas empreitadas, foi um acréscimo de 35%.

Infelizmente, o Sr. Presidente enganou-se em mais coisas que disse no seu discurso. Disse que os custos do processo de reconstrução dispararam (todos já sabíamos!), mas isso não derivava de actos de má administração.

Se assim é, então o Sr. Presidente vai ter que explicar hoje, nesta Casa, aos sinistrados que viram as obras das suas casas interrompidas, aos sinistrados que ainda não têm o seu caso resolvido e também aos açorianos, àqueles que nos acompanham nesta mediática discussão, como é que o dinheiro destinado à reconstrução está a ser utilizado.

Leio alguns dos itens do contrato de adjudicação de uma empreitada para a reconstrução de muros nas estradas regionais danificados pelo sismo. Para reconstruir os muros vejam os sinistrados, veja o senhor (que já sabe!) e vejam os açorianos o que é que o senhor pede à empresa:

O empreiteiro montará perto da área dos trabalhos para a fiscalização e para o dono da obra (a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos), “um escritório composto por um gabinete de área mínima de 12 metros quadrados e por instalações sanitárias privativas, com iluminação natural e artificial, abastecimento de água, esgotos e duas linhas telefónicas, sendo uma para aparelho de fax; este escritório terá

de estar equipado com uma secretária, uma mesa de reuniões, 6 cadeiras e aparelhos de telefone e fax”.

Até aqui, tudo bem! Eu até aceito isto porque é necessário aos fiscais. Mas, Sr. Presidente, para além disto, o que é que o empreiteiro terá que entregar com os muros ao Governo Regional?

“Uma viatura de tracção normal 2x4, pick-up de cabina dupla, motor a Diesel, de cilindrada igual ou superior a 2.500 centímetros cúbicos, – imagine! – pintada de branco ou azul oficial, 5 velocidades para a frente, equipada com rádio e rádio-telefone e respectivas antenas, este com a frequência da Delegação da Ilha do Pico da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, devidamente licenciado.”

O empreiteiro ainda tem que entregar com os muros “ um equipamento informático – e não é qualquer um! – sem ser de linha branca, - de marca -, acompanhado de certificado de garantia em como se encontra preparado para o ano 2000, constituído por um computador Pentium II a 450 Mhz, Kit Multimédia, leitor de CD-Rom de 32 velocidades, disco rígido de 6 Gigabites ou superior, memória Ram de 64 Megabites, placa de rede NE 2000, placa gráfica SVGA de 4 Megabites de VRAM ou DRAM, porta SCSI, teclado e rato, monitor de 15 polegadas, drive de disquetes de 3,5 polegadas” e ainda “uma impressora laser, de velocidade superior a 4 folhas por minuto como modo normal”.

Mas estes empreiteiros, Sr. Presidente, ainda têm que entregar mais: uma outra “viatura ligeira, motor a Diesel, pintado de branco ou azul oficial, de cilindrada superior a 1400 centímetros cúbicos, de 4 cilindros e 5 velocidades para a frente, 5 portas, equipada com rádio e rádio-telefone e respectivas antenas” para ser entregue na Secretaria da Habitação e Equipamentos.

Sr. Presidente, o que os senhores estão a fazer com o dinheiro da reconstrução, é gastar em despesas correntes aquilo que podia ter sido utilizado nas casas dos sinistrados.

E isso não admitimos!

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Obrigado, Sr. Presidente.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que em matéria de obras públicas, como é conhecido, o Governo teve a construção da Estrada Regional do Ribeiro Seco, a grande reparação do muro suporte dos Flamengos, a construção das pontes do Salão e dos Espalhafatos, a execução dos muros gabiões, na Praia do Almojarife, reparação de muros de divisória em alvenaria, na freguesia de Pedro Miguel, colocação de guardas metálicas e muitos muros no Pico.

As situações evocadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira, descentrando mais uma vez a questão do financiamento da reconstrução, não são significativas.

O que está aqui em causa é fundamentalmente um processo de 22 milhões de contos para as empreitadas, que é o que falta, para os gabinetes e para as portarias. Obviamente que este tipo de observações não contribuem minimamente para explicar o que se passa, mas 0,01% ou muito menos do que está em causa, no processo de financiamento da reconstrução.

Estas coisas são efectivamente de quem não tem argumentos para tomar uma posição clara e concreta da matéria que está hoje em causa.

Todas estas situações são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Devo-lhe dizer que quando o Tribunal de Contas dá um visto, não é por favor, ao contrário do que parecia que essa informação queria dizer. Dá o visto porque considera que estão reunidas as condições legais e os requisitos para que o visto seja dado, a menos que o Grupo Parlamentar do PSD esteja a desconfiar do Tribunal de Contas.

As contas da reconstrução são fiscalizadas todos os anos pelo Tribunal de Contas.

Como é evidente, nessa matéria nós não comprámos jaguares para a reconstrução.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Era o que faltava! Mas parece que já faltou mais!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.**

Deputado Costa Pereira (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Governo (V. Exa. ficou silencioso perante estes elementos):**

De facto, ao contrário do que aqui quis fazer crer o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, isto não são – nos termos em que o senhor costuma utilizar – minudências.

O senhor com duas carrinhas nesta empreitada já fazia algumas casas ou uma reabilitação.

Há sinistrados na administração directa que estão à espera de tranche e o senhor ainda não pagou. Isto dava para pagar a tranche (são 4 e 5 mil contos). Há vários sinistrados nesta situação. Eles estão a ouvir-me e sabem que eu estou a falar a verdade, ao contrário do senhor.

Sr. Secretário, tendo em conta esta administração da reconstrução, que diz que é exemplar e que estes gastos são apenas minudências (0,01 % dos valores da reconstrução), explique por que é que para a mesma empreitada que eu referi, para fazer um muro o senhor precisa de uma fotocopiadora, duas carrinhas pickup, gabinetes...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **É mentira!**

O Orador: **Está aqui escrito: um escritório composto por gabinete com área mínima de 12 metros quadrados. Isto não foi escrito por mim.**

Precisa de um computador que não é linha branca, uma viatura ligeira. Isto para a primeira fase da mesma empreitada.

Quer mais? Então vamos à empreitada de reconstrução da ponte do Salão, na Ilha do Faial.

O senhor pede ao empreiteiro uma viatura ligeira tipo pickup, cabina dupla e motor a Diesel (mais uma carrinha, já vamos em 5 para duas empreitadas), outra viatura ligeira (6).

Quer mais?

Tenho aqui outra empreitada, a dos muros de suporte da Estrada Regional 1-1ª entre os quilómetros 43-47, na Ilha do Faial. Vamos ver quantas carrinhas vêm aqui.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **O senhor sabe que os fiscais não podem ir a pé!**

O Orador: **Ah! Pois não!**

Mas as empresas de fiscais são particulares. Elas que arranjam as suas carrinhas.

O senhor está a utilizar o dinheiro dos sinistrados nas empresas que vêm para aqui trabalhar.

O senhor não tem explicação para isso. Em vez de vir hoje para aqui falar dos sinistrados, já devia ter pensado neles quando utilizou as verbas da reconstrução para gastos supérfluos, para despesas correntes. Isto é uma forma de iludir as despesas correntes.

E a revista que o senhor manda para todas as casas dos Açores?

Teve o descaramento de fazer uma revista quando estava a gritar que não vinha dinheiro suficiente da República, mas imprimiu-a naquele valor. Diga aos açorianos quanto é que aquela revista custou e o “mail” que foi enviado para os Açores.

Na altura que o senhor dizia que não tinha dinheiro, encheu o CPR com mais “jobs for boys” como quis. É isto que os sinistrados precisam de saber.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Nós somos pessoas com consciência e com memória. A memória não se apaga agora só porque é preciso um acordo com o Governo da República.**

Os senhores não querem ter essa memória porque não lhes convém.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para espezinhar a memória social do Grupo Parlamentar do PSD.

A revista da reconstrução, como já foi respondido ao Tribunal de Contas, custou 0,25 cêntimos e não foi paga por nenhuma empresa, ao contrário da “Cem dias, cem acções”, uma das quais é receber o Grupo de Cantares às Estrelas ou da “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce”, paga e patrocinada por umas cinco empresas, e do caixote que está na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos com cassetes patrocinadas, não sei para quê.

Em matéria de propaganda estamos conversados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Quem é que pagou?

O Orador: Pagou a Região. Não pagou a promiscuidade dos empreiteiros!

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia alguma serenidade.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar fazer um grande esforço para que esta minha intervenção se insira na linha de seriedade de algumas outras intervenções que se verificaram nesta Casa.

Todos sabem que quando ocorreu o terramoto de 9 de Julho de 98, eu era Presidente da Câmara Municipal da Horta.

Não foi fácil, até porque me tinha ausentado desta ilha, na véspera, para férias, não pensando que pudesse vir a acontecer algo de menos bom durante a minha ausência, nem que fosse o resultado de uma tromba de água ou algo equivalente.

Quis o destino que eu tivesse que regressar logo no dia seguinte, acompanhando com muito nervosismo as primeiras ajudas que vieram da República, designadamente através do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministro Jorge Coelho.

Não foram fáceis os primeiros momentos!

Não foram fáceis os primeiros anos!

Tentei, e comigo a Câmara, envolver-me o mais possível neste processo para que ele tivesse sucesso.

A Câmara da Horta nesse mandato, era composta por 4 socialistas, por 2 social-democratas e 1 comunista.

Já nessa altura os sinistrados estiveram sempre acima de tudo. Tentámos defender sempre quem nos tinha eleito para aquela missão e tentámos honrar esse compromisso com os eleitores.

Desde Novembro de 2000 estou aqui desempenhando, com muito prazer, novas funções. Gostaria de dizer que fui um dos que, dentro do meu grupo parlamentar, sugeriu a criação da Comissão de Acompanhamento da Reconstrução, à semelhança do que tinha acontecido na Legislatura anterior.

Sem nunca pretender pôr em causa o trabalho de todos aqueles que nos antecederam, sempre me esforcei – e penso que comigo, todos aqueles que integram a Comissão de Acompanhamento da Reconstrução – em ser melhor dos que me antecederam, não por vaidade, mas porque o processo ia ganhando uma dimensão diferente e porque precisava muitas vezes do nosso empenhamento pessoal e colectivo.

Sempre me esforcei – penso que os meus colegas Deputados presentes não me poderão acusar disso – por encontrar unanimidade nas nossas decisões, porque me parecia que essa unanimidade forjada na discussão, por vezes, acesa, por vezes mais a puxar aos partidos que nos elegeram e que nós legitimamente representávamos, era importante para contribuir muito valiosamente para o desenvolvimento deste processo.

Devo dizer que muitas vezes, um dos meus queridos conselheiros (o travesseiro), dava-me conselhos no sentido de “vai por outro caminho”.

Eu tinha que travar essa luta interna comigo, com os meus camaradas do meu partido, que nem sempre estavam de acordo comigo, e com os outros membros que legitimamente representam os seus partidos e fazem parte desta Comissão.

Penso que com alguma honestidade nos poderão dizer que os relatórios produzidos pela Comissão e que são exactamente o espelho mais fiel e possível

do trabalho empenhado e honesto de todos, têm contribuído para valorizar este processo.

Nem sempre foram bem acolhidos, porque se eu e os meus camaradas fazemos ponte com a oposição, naturalmente que quem está no Governo não gosta; se nós tentamos fazer ponte com o Governo, quem está na oposição não gosta, mas sempre tentei, com os meus colegas de partido e penso que com os da Comissão, termos os sinistrados em primeiro lugar.

Confesso hoje que foi com algum receio e com a gravidade que esta declaração possa ter, que no dia 20 de Junho, quando a pedido do Sr. Presidente do Governo, a Comissão de Economia reuniu conjuntamente com a Comissão de Acompanhamento da Reconstrução para ouvir dois membros do Governo Regional – o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – numa tentativa de encontrarmos, através desta Casa, uma saída legal, uma saída que honrasse, quer o Governo, quer a Assembleia, quer os Açores, vi que a situação estava bastante alterada.

Devo dizer que fiquei com receio no que se refere às afirmações do Sr. Deputado Duarte Freitas que, por mais que uma vez, nos disse que o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos deveria contactar o Sr. Secretário de Estado da Habitação. Fiquei com receio, porque a política nem sempre é tão transparente como a minha actividade anterior de professor e de guia turístico. A política por vezes tem a ver com aquela situação de “tirar o coelho da cartola” e pensei que um homem com quem eu tenho por vezes divergências, que é o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, mas que é um homem astuto, que tem um sentido político muito forte, se tinha deixado levar nesta jogada de ir a Lisboa para trazer aquilo que seria a “bomba”. O problema estava resolvido e nós aqui, por inépcia, por falta de habilidade, não tínhamos sido capazes de encontrar a saída.

Não vou dizer que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez “bluff”, porque não é digno que se diga isso e não acredito que ele o tenha feito, mas assustou-me. Utilizando uma palavra que aprendi, um conceito que interiorizei quando fiz a

Escola Primária nas Lajes do Pico, pregou-me uma negaça! Foi uma forte negaça!

Sempre tive para com os sinistrados a postura de acalentar esperanças, de lhe dizer que isto não era um processo fácil. Lembro-me até de ter ganho alguns inimigos quando disse que fazer casas no papel era mais fácil do que construí-las e reconstruí-las. Tínhamos que ser pacientes.

Isso fez com que houvesse deslocação de votos. Essa família nunca mais vota no Renato Leal nem no Partido Socialista. Não o disse para ofender, mas quis transmitir essa imagem de pedagogo, dizendo que fazem-se casas aqui num instante, ali não se pode, temos que ter muito cuidado na programação, na planificação, para evitar cometer erros como infelizmente a Câmara a que eu presidi também cometeu, quando concedeu apoios para colocação de telhados e não se preocupou com a estrutura. Essas casas tiveram comportamento idêntico ao de chapéu de chinês. As casas, perdoem-me o termo, escaqueiraram-se e o chapéu de chinês ficou por cima.

Hoje tenho algum remorso. O meu amigo espelho provoca-me, por vezes, algum incómodo quando o contemplo e vejo que tive alguma responsabilidade nesse processo.

Hoje, apercebo-me de que o ritmo da reconstrução no Faial, onde eu tenho particulares responsabilidades, conjuntamente com outros Srs. Deputados, já abrandou e não vale a pena “tapar o sol com a peneira”.

Como todos nós sabemos, grande parte dos sinistrados que estão ainda a aguardar um momento aprazado para a resolução dos seus problemas, não são pessoas da nossa idade. Tomara que o fossem, mas não são.

Se para os da minha idade eu já tenho, por vezes, dificuldade em utilizar uma linguagem “terra a terra”, para que eles continuem a ter esperança, para que não desanimem e por vezes aponto-os para casos que eram efectivamente complicados, muito complicados, em zonas de risco, pessoas que não queriam abandonar o local onde nasceram e onde sempre desenvolveram a sua vida profissional e familiar, em relação aos mais idosos, eu tenho maior dificuldade

em me dirigir. Esses, que me perdoem os mais novos, preocupam-me mais. Embora eu diga que são todos iguais, não são.

Tenho pessoas que dizem – e acredito – que votaram em mim, e mesmo quando tenho quase a certeza de que não votaram, tento tratar sempre com a mesma lisura e com a mesma honestidade, a quem eu não sei como é que vou explicar, por que é que este Natal vai ser pior do que os outros, porque se instalou aqui um sentimento horrível que é a incerteza.

Eu, há poucos anos, disse que a Ilha do Faial, sobretudo a cidade da Horta, estava ainda martirizada com a falta de palavra dos governantes de então, relativamente ao terramoto de 1926. Há pessoas que foram traídas por causa desse terramoto.

Por isso, mesmo aqueles que estão hoje mal acomodados, em garagens – apesar tudo as garagens são melhores do que as casas onde viviam, porque senão as casas não teriam caído e as garagens não teriam resistido – merecem que todos façamos um esforço para que a solidariedade nacional seja uma vez mais uma realidade, apesar de tudo aquilo que nos separa e que, porventura, nos possa continuar a dividir, apesar de todos os erros que possam ter existido e existiram neste processo e que eu espero que venham a ser melhorados.

Tudo isto por uma razão simples, é que eu terei dificuldade em encaixar que, por artes quase mágicas, se descobriu que ainda havia uma mão cheia de dinheiro para o Chiado. Relativamente a nós, que pedimos que este ano nos sejam dados uns 20 milhões de euros, que são os tais 4 milhões de contos, e que idêntico valor nos seja transferido em 2003 e 2004, não nos seja regateado.

É nesse sentido que eu quero deixar nesta sessão, que sei que é histórica, porque se há-de falar dela por muitos e muitos anos, o meu testemunho e o meu incitamento para que sejamos capazes de ultrapassar aquilo que ainda não foi capaz de nos unir para conseguirmos chegar a bom porto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, dos Membros do Governo e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: **Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Não podia deixar de intervir neste debate começando por enaltecer a forma como V. Exa., Sr. Presidente do Governo, trouxe a esta Assembleia um assunto tão importante como é o financiamento da reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

A sua intervenção, pela clareza dos argumentos e pela veracidade dos factos, constitui um documento importante e certamente de um enorme contributo para a desmistificação dos falsos cenários, sistematicamente traçados por alguma oposição e vem na senda do comportamento do Governo Regional de manter esta Assembleia devidamente informada.

Há vários meses estava o Sr. Deputado Victor Cruz em Lisboa, distraído pelos vistos, vieram a esta Casa dois membros do Governo Regional – Suas Exas. o Secretário Regional das Finanças e o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – apresentar às Comissões de Economia e de Acompanhamento da Reconstrução, os números, as necessidades de financiamento e as formas de o assegurar, tendo sempre em vista a conclusão material do processo de reconstrução até finais de 2004.

Então, como agora, o PSD continua sem tomar uma posição pública sobre esta matéria, colocando de forma inaceitável as ambições pessoais e interesses político-partidários, acima do principal e relevante, ou seja, o interesse dos sinistrados das ilhas do Faial e Pico.

Antes do início deste debate tínhamos, talvez ingenuamente, a esperança de que o PSD/Açores pusesse os açorianos, e em particular os sinistrados, acima de quaisquer interesses pessoais ou partidários e que, pelo menos nestas circunstâncias, usasse enfrentar o Governo de Dr. Durão Barroso e da Ministra Ferreira Leite.

O decurso do debate veio demonstrar que o PSD/Açores entende dever maior solidariedade a um governo manifestamente anti-autonomista do que aos açorianos.

O Dr. Durão Barroso e a Ministra Ferreira Leite, certamente que aplaudem essa atitude, ou melhor, essa ausência de posição.

Quem não entende nem pode aceitar esta postura são os açorianos e, em particular, os sinistrados das Ilhas do Faial e do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate não pode nem deve ser inconsequente.

A Região, e, em particular, esta Assembleia, têm de deixar claro a necessidade e a justeza das suas reivindicações de solidariedade nacional, pelo menos nos níveis verificados no passado recente.

Os sinistrados destas ilhas não aceitam a posição do PSD/Açores e do Governo da República.

Os sinistrados destas ilhas não aceitam que, exclusivamente por uma guerrilha partidária, a reconstrução possa vir a ser interrompida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores ainda vai a tempo de meter a mão na consciência e de subscrever a Resolução apresentada por este Grupo Parlamentar, colocando finalmente ordem nas suas prioridades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para...?**

Deputado Fernando Lopes (*PS*): **Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.**

Presidente: **Faz favor, Sr. Deputado.**

Deputado Fernando Lopes (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Um esclarecimento de matéria factual.

Eu vim para este debate com a esperança de que daqui iria resultar a atenção àquilo que é principal e foi muito bem colocado pelo Sr. Deputado Decq Mota que, infelizmente, por esgotar o seu tempo, não tem oportunidade de falar.

Era bom que conseguíssemos ultrapassar – não digo as divergências, porque as divergências são naturais, as diferenças de interpretação são naturais – o que é acessório e nos concentrássemos no principal.

Penso que o Sr. Presidente do Governo, muito correctamente, centrou este debate numa questão fundamental, ou seja, não podemos adiar a conclusão deste processo de reconstrução, não podemos manter um estado de incerteza sobre a finalização deste processo de reconstrução.

Apresentou uma alternativa, a solidariedade, que é subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS, mas manifestou, e penso que muito correctamente, a abertura para que ao nível do Governo da República fossem encontradas outras soluções. Isto significa que não fechou a porta.

Infelizmente, na conclusão deste debate, e foi por isso que pedi a palavra, eu não ouvi da parte dos partidos que suportam o Governo da República, palavras claras de apoio a uma solução, mesmo que não seja aquela que o Sr. Presidente do Governo defende, mesmo que não seja aquela que o Partido Socialista defenda, mas que seja uma solução que defenda os interesses dos sinistrados.

Infelizmente também quero dizer que em matéria de documentos fundamentais – recentemente tive que participar, em representação da Região, na discussão das Grandes Opções do Plano para o próximo ano – ao nível das opções e das prioridades, não existe referência alguma, em termos de prioridades, à matéria da reconstrução e da solidariedade.

É por isso que se este debate terminar assim, eu penso que sairemos daqui muito mal, porque eventualmente esta Assembleia discutiu erros que membros do Governo fizeram, erros de apreciação, erros de assunção, eventualmente erros de apreciação política e é possível que os partidos da oposição tenham essa opinião, e saiu sem ter debatido até ao fundo aquilo que é fundamental, sem ter saído daqui uma posição unida, de todas as bancadas, em defesa dos

interesses dos Açores e em defesa dos interesses daqueles que sofreram o sismo de 1998.

Eu não podia, como aliás o meu camarada de bancada, ...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Fernando Lopes. Está a terminar o seu tempo.

O Orador: ... passar sem intervir, porque também como ele, vivi esses dias na Horta, pelas funções que desempenhava na altura. Sei perfeitamente o que é que essas pessoas sofreram e continuam a sofrer.

A mensagem que lhes damos aqui é de que vão continuar a não ter a esperança de ver este assunto resolvido nos Natais mais próximos.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra para...?

Deputado Victor Cruz (PSD): Para um intervenção.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para dar a opinião do Partido Social Democrata sobre uma questão essencial deste debate. Como sempre disse, não podia deixar de dar a opinião do meu partido.

Antes, gostaria de dizer que muitas vezes nos ofende que digam que nós não estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para ajudar os sinistrados.

Também nos ofende que digam que o nosso partido, seja o PSD dos Açores ou o PSD nacional, não está a fazer tudo o que está ao seu alcance.

Ofende-nos que digam que o PSD, um partido de bem que já ganhou várias eleições, que tem responsabilidade democrática, um partido que tem os valores da democracia, não quer o bem dos açorianos. Tudo isto nos ofende!

É bom que se diga hoje nesta Casa, que não é preciso pedir ao líder do PSD dos Açores, a qualquer deputado do Grupo Parlamentar do PSD, a qualquer responsável político ou simpatizante do Partido Social Democrata, que faça tudo, mas tudo, o que está ao seu alcance para ajudar a resolver esse problema.

Não foi preciso haver este debate. Eu já fiz isso. Eu quase não tenho feito outra coisa senão, junto daqueles que são do meu partido, defender como defendo aqui, os interesses dos açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Estou pronto para o reconhecer sempre que isso acontecer.

Se a solidariedade estiver aquém do que era exigível, o Governo cometeu um erro!

Se for a possível, temos que lutar para ser mais!

No passado, quando o Governo da República era Socialista, o Sr. Presidente do Governo – e bem! – reconheceu que às vezes a solidariedade é a possível. E ficou-lhe bem!

Também estou aqui para dizer que quando cumprirmos com a quota de responsabilidade e de solidariedade, cá estarei, com gosto redobrado, por se tratar de um governo apoiado pelo meu partido, para dizer: – Sim, responderam afirmativamente!

Acham que eu tenho algum problema em dizer que o ideal seria transferirem os 4 milhões de contos do ano corrente?!

Claro que sim, isso era o ideal! Também luto por isso.

Acham que no caso de não ser possível, dado as dificuldades financeiras que se atravessam, que eu vou dizer que se faça um esforço, a partir de 2003, mas que se esqueça de vez o problema dos 4 milhões de contos, deste ano? Nem que seja mais tarde, têm a obrigação de compensar.

A nossa terra, é a terra que nós sempre defendemos!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Acham que eu tinha medo de dizer isso publicamente, aqui ou em qualquer lado?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Acham que nós não temos defendido esses interesses?

Os Srs. Deputados acham que enquanto alguns atacam o Governo da República, para além do que é desejável e do que se admite num Presidente do Governo – não é no debate político, porque isso todos fazemos – eu estou quieto e não faço os possíveis para que ele nos ajude, como é seu direito?

Acham que eu não tenho a certeza e a confiança de que, não como nós queríamos, nem à velocidade que nós queremos, o Governo da República nos vai ajudar?

Eu registo uma afirmação do Presidente do Governo: – Digam-nos se nos querem dar uma ajuda!

É essa a resposta que eu estou à espera! Eu não a tenho, mas tenho confiança. Já lutei para que ela fosse positiva, nos termos ideais. Se não for nos termos ideais, nos termos em que isso for possível, porque infelizmente o Governo do PSD e do CDS/PP estão a reconstruir financeiramente o país que o PS destruiu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas se for por aí que se encontre uma desculpa para não haver solidariedade, não pode ser, não deve ser, nem tem a nossa concordância.

Eu confio na solidariedade!

Se ela vai ser nos exactos termos que nós queremos e desejamos, não sei dizer.

Espero que não nos enganemos mais, nem o Presidente do Governo, nem o PSD, se porventura se enganou.

Espero que o Governo da República não se engane e por isso eu dizia no princípio que era importante conversar, porque há matérias que têm mais força se houver uma consonância, a unanimidade que dois deputados do PS quiseram aqui sublinhar e muito bem, mas isso faz-se criando condições primeiro, antes de fazer a batalha para além daquilo que é desejável.

Nós estamos inquestionavelmente, como não seria de esperar outra coisa, ao lado dos sinistrados. Já tivemos e vamos continuar a estar!

Digo solene e publicamente nesta Assembleia, perante os sinistrados e perante os açorianos que, de forma mais rápida ou menos rápida, a reconstrução não pode parar,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... nem que o PSD tenha que fazer uma alteração aos actuais documentos (o Plano) para que ela não pare.

Assumimos também, se outros não puderem, pelo menos numa determinada fase, que isso é uma prioridade.

A reconstrução só pára se nós quisermos!

É nessa conjugação de esforços, que tem que ser em qualquer caso compensada pelo Governo da República, que os sinistrados têm que ter a resposta afirmativa.

Eu não sei se o que deram foi 2 milhões, 3 milhões ou 4 milhões por ano!

Eu não sei se o que se diz que o Governo da República Pública deu, foi para todas as calamidades ou se só para a reconstrução!

Eu sei que estou aqui para ajudar a encontrar uma solução ao lado dos que a querem encontrar! Infelizmente não posso dizer que estou ao lado do Governo, porque o processo do Governo nesta matéria não foi bem conduzido.

Se o quiser corrigir, se quiser voltar aqui dizendo que face à resposta do Governo do PSD e do CDS/PP (do Governo da República), é preciso todos nós repensarmos como vamos dar uma resposta a esse problema, eu cá estarei.

Eu acho que o Governo da República nos próximos anos, seja em 2003, 2004, 2005 ou 2006, no âmbito desta legislatura, deve dar um contributo para a reconstrução, idêntico ao que deu o Governo anterior. Assumo e essa é a minha defesa!

Há problemas financeiros? Que se resolvam!

Há problemas de ilegalidade? É preciso contorná-los, no bom sentido da palavra.

Se em última análise for preciso tirar da minha ilha, tirar das nossas ilhas para resolver o problema dos que mais precisam, das habitações dos mais pobres, da velhinha que não dorme porque os ratos andam por cima dela, temos ou não coragem de resolver este problema?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Cá estaremos. Eu, o PSD e espero, sinceramente, que esteja o Governo da República.

Na medida em que ele estiver, eu aplaudo. Na medida em que ele não estiver, eu digo que não.

Eu tenho com os eleitores, nós temos com os eleitores;

Eu tenho com os sinistrados, nós temos com os sinistrados;

Eu tenho com o PSD nacional e com o Governo da República, um contrato de verdade.

Eu já percebi há muitos anos que a mentira não serve para nada. Não dá credibilidade, não dá votos e sobretudo não nos deixa de consciência tranquila.

O PSD é hoje, como no passado e será no futuro, um partido que se orgulha do seu projecto, com consciência tranquila e pronto para lutar ao lado de todos, principalmente dos sinistrados que mais precisam, os mais pobres.

É por eles que tudo faremos, em qualquer situação, para que a reconstrução, nunca na vida, possa parar, porque seria parar a dignidade de uma vida que merece a consideração dos políticos e da política.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Existem aspectos que eu gostaria de realçar nesta fase.

Em primeiro lugar, a questão do significado político que se quer dar a esta comunicação do Sr. Presidente do Governo e a este ponto da ordem de trabalhos, que por diversas vezes foi aqui afluída.

Foi aventado, pelo Grupo Parlamentar do PSD, que esta comunicação surge quase como último recurso. O ambiente que se quis criar à volta disse foi este, mas nada de mais falso. Há factos que desmentem esta perspectiva e que confirmam que o Governo Regional manteve, tem mantido e estamos confiantes que manterá sempre, em relação ao processo da reconstrução, uma postura de informação para com esta Assembleia, através de Comissões Eventuais constituídas, quer na anterior legislatura, quer nesta.

Se é certo que esta Assembleia tem mantido um acompanhamento aturado e exaustivo deste processo, também não é menos verdade – e é de justiça reconhecê-lo – que, da parte do Governo, a informação tem surgido.

Há um aspecto que interessa sobremaneira relevar. Na comunicação do Sr. Presidente do Governo foi exposta, com particular clareza, a situação da reconstrução, o ponto em que nós estamos.

Lamentavelmente, aquilo que surgiu em reacção a esta comunicação, nomeadamente da parte do Grupo Parlamentar do PSD, foi a recusa, se não mesmo a incapacidade, de responder clara e inequivocamente a um desafio.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor estava fora da Sala!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Esse argumento estava pensado para ontem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Permita-me que duvide, porque a sua falha nesta matéria não é apenas uma falha por omissão.

Não é apenas a falha de um Grupo Parlamentar que questionado sobre a justiça da transferência e da solidariedade diz que não sabe se é justo. É uma falha por acção.

O senhor é directamente responsável pelo impasse a que chegámos em termos de financiamento da reconstrução e explico porquê:

Quando há soluções que são apresentadas pelo Governo Regional e pelo Sr. Presidente do Governo ao Sr. Primeiro-Ministro, e a resposta é que essas soluções não são possíveis, porque violam a Lei de Estabilidade Orçamental, o senhor torna-

se responsável por esta situação, uma vez que votou favoravelmente a responsabilização das Regiões Autónomas.

Deputado Mark Marques (PSD): E vocês votaram contra?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi por isso que o camarada Ferro não votou contra!

Deputado Victor Cruz (PSD): Nessa altura o PS é que governava. Era um golpe de Estado e abstiveram-se!

(Risos do Deputado Victor Cruz)

O Orador: Sr. Deputado Victor não se ria, porque era e é um golpe de Estado. Tanto é um golpe de Estado que esta Assembleia tem uma Comissão encarregue de pedir a inconstitucionalidade do diploma.

O senhor levantou-se e fez um discurso, o que é perfeitamente legítimo, mas nem por isso mais credível do apelo ao sentimento.

Quem vota na Assembleia da República uma lei que impossibilita soluções para a reconstrução, é responsável por essa matéria. Não é credível que venha dizer aqui que está preocupado e que fará todo o possível.

Sr. Deputado Victor Cruz, eu recordo-me de acompanhar declarações suas nos jornais aquando da votação da Lei de Estabilidade. O senhor disse que nunca seriam postos em causa os direitos da Região. Aqui está a prova daquilo que o senhor diz defender, mas não defende; aqui está a prova da credibilidade que o senhor merece da parte do Governo da República, que se calhar prometeu-lhe uma coisa e está a fazer outra. É este o problema que se coloca.

A inviabilização de soluções para a reconstrução, por parte do Governo da República, com fundamento nos artigos da Lei de Estabilidade Orçamental, relativamente aos quais o senhor votou a favor e o PS contra, é uma responsabilidade.

Deputado Victor Cruz (PSD): O voto foi de abstenção!

O Orador: O senhor está enganado e está a dizer uma mentira.

Se é um lapso ainda está a tempo de corrigir.

Em relação aos artigos que responsabilizam as Regiões Autónomas, o PS votou contra e o senhor votou a favor.

Inviabilizar soluções que dizem respeito à reconstrução, o senhor não pode nem tem o direito, na minha opinião, de vir aqui fazer o discurso de quem está a fazer tudo para resolver o problema, quando pela sua conduta – não foi por omissão, foi por acção consciente – o senhor votou uma lei que impossibilita resolver este problema.

Sr. Deputado Victor Cruz, é importante que os sinistrados saibam disso. É importante que os açorianos saibam disso. O senhor é directamente responsável pela inviabilização de algumas soluções relativamente ao processo de reconstrução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão que se coloca e que interessa esclarecer de sobremaneira.

O PSD tenta, desesperadamente, arrastar a questão para ataques ao Governo da República, de manobras contra o Governo da República.

A comunicação que o Sr. Presidente do Governo fez aqui é o desmentir cabal dessa perspectiva. É relato detalhado de todos os passos dados.

Guerra, Sr. Deputado Victor Cruz?

Quando houve uma sugestão da vossa bancada para irmos reunir com o Governo da República, para tentarmos saber o que é que se passa, o que é que o Governo Regional fez?

Não olhou se era do PS, se era do PSD ou de outro partido qualquer. Viu uma luz e foi.

Infelizmente no vosso caso eram os senhores que estavam enganados e acabou por relevar-se infrutífera.

Em relação a esta matéria, Sr. Deputado Victor Cruz, isto não é uma reivindicação contra o Governo da República. Isto é uma reivindicação ao Governo da República, porque entendemos que é justo e temos direito a exigir e temos igualmente direito, dentro desta Casa, a uma resposta clara e concreta, a um convite que foi colocado pelo Governo Regional.

Em relação ao PSD há uma diferença fundamental.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esse convite nós temos uma resposta clara, ou seja, podem contar connosco. Eu sei que há grupos parlamentares aqui que já deram a sua resposta, lamentavelmente da parte do Grupo Parlamentar do PSD ainda não houve uma resposta clara e inequívoca a esta matéria.

Deputado Victor Cruz (PSD): Então não disse?!

O Orador: É lamentável, Sr. Deputado Victor Cruz, que em tão pouco tempo já tenha caído a máscara ao Governo da República e que esse mesmo Governo da República o tenha levado por arrasto.

Vamos a ver se nesta Sala de Plenário, em relação à Proposta de Resolução apresentada pelo PS, o senhor tem coragem de votar em sentido contrário daquele que votou a Lei de Estabilidade Orçamental na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):

Eu sei que o Sr. Deputado Victor Cruz não tem tempo, portanto, evitarei mencionar questões que directamente tenha colocado na sua intervenção e reportar-me-ei àquilo que aconteceu em outras ocasiões daquele debate.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer a todos os Srs. Deputados, bem como a todos os açorianos que nos ouvem, que este Presidente do Governo é amigo de todos os Governos da República que forem amigos dos Açores.

Opor-se-á a todos os Governos da República que prejudicarem os Açores.

Chamará a atenção e protestará contra todos os governos que nos ignorarem ou desconsiderarem.

Também gostaria de dizer com muita franqueza que elogiei muito o Governo da República anterior, mas tive razões para isso e não apenas o facto de ter amizade com alguns dos membros que dele faziam parte ou por serem do meu partido.

O Governo da República anterior apoiou como nunca outro Governo da República da história da autonomia, o desenvolvimento dos Açores e, perante todas as dificuldades com que nos confrontámos, de calamidades sucessivas em diversas ilhas, de natureza diferente, esteve sempre ao nosso lado disponibilizando apoios que foram sempre significativos.

Eu disse nesta Assembleia que entre 1998 e 2002, e poderia ter utilizado outro tempo ou outra data qualquer que mediasse esses apoios, que o Governo deu-nos, por diversa via, mais de 21 milhões de contos, uma média anual superior a 4 milhões de contos.

Aquilo que hoje vim no essencial dizer foi que se se mantivesse essa média com os 4 milhões de contos em 2002, 2003 e 2004, isso constituiria mais 12 milhões de contos dos 17 que nós precisamos para concluir a reconstrução.

Isso queria dizer que com pequenos sacrifícios, com o cancelamento de uma ou outra obra e com pagamentos em 2005, nós concluiríamos o processo da reconstrução, embora entenda que o Governo da República deva participar nesse montante global em falta para não prejudicar o plano de investimentos e os investimentos que nós precisamos fazer na nossa Região para melhorar ainda mais a nossa economia e para apressar a nossa convergência nacional.

Mesmo mantendo essa média nós acabaríamos por resolver com maior ou menor dificuldade este problema que é concluir a reconstrução tal como ela agora está lançada, de acordo com os prazos das empreitadas que estão lançadas e de acordo com as necessidades daqueles que sendo particulares, recorrem aos apoios públicos previstos na legislação da reconstrução.

É verdade que não tenho, até ao momento, boas recordações deste Governo, que tem poucos meses de mandato, mas espero que no futuro possa ter uma boa imagem do seu relacionamento para com os Açores e para com a Madeira.

No caso dos Açores temos este problema da reconstrução

Este Governo da República não tem sido mau apenas para os Açores. Tem sido mau também para a Madeira.

Veja-se, por exemplo, o caso que ainda está pendente neste orçamento do ano em curso, da autorização do empréstimo de 6,5 milhões de contos, que os próprios Deputados do PSD disseram que o tinham votado com essa interpretação na Assembleia da República. Esse caso ainda não está resolvido.

Tiraram-nos os 4 milhões de contos da reconstrução, cancelaram as participações do Governo da República em muitos programas operacionais nacionais, aprovaram uma Lei de Estabilidade Orçamental que guilhotina a qualquer momento qualquer perspectiva de crescimento das nossas transferências.

Até agora, quando aparentemente nos parecem querer dar uma prenda, a tutela da RTP/Açores, em simultâneo com essa prenda virá certamente um dispêndio do Orçamento Regional não inferior a 2 milhões de contos.

É evidente que o Governo Regional não está satisfeito com este Governo da República.

É evidente que este Governo da República precisa de dar melhores sinais, não só em relação aos Açores, mas também em relação à Madeira.

Quando os senhores dizem que eu me porto como um guerrilheiro – coisa que eu não digo dos senhores, porque não teriam coragem mesmo que a situação o exigisse – é a justa indignação que eu procuro transmitir aos meus concidadãos.

Se hoje estamos a discutir com o dramatismo e com a intensidade que estamos a discutir o problema do financiamento da reconstrução; se calhar se hoje ou na Sexta-feira passada o Sr. Primeiro-Ministro teve de tomar uma posição mais clara sobre essa matéria, é porque ele também está consciente dessa indignação que trespassa os açorianos.

Por isso, devo dizer a todos que não é admissível nesta Assembleia, do ponto de vista de uma cultura de verdade, que alguém me diga que, por exemplo, dar 4 milhões de contos ao ano, que era no fundo o que se estava a dar em média antes, aos Açores para a reconstrução, pode não ser compatível com os problemas financeiros do Governo da República.

E se não é verdade, 0,016% do défice não é um problema de incompatibilidade com a política financeira do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Só não nos darão esse dinheiro se não nos quiserem ajudar.

Aqui, nesta Assembleia, tem que se ser açoriano, em primeiro lugar, e para se ser açoriano, em primeiro lugar, não se pode iludir os açorianos dizendo que talvez não seja possível o Governo da República nos ajudar em 0,016% do seu défice.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Gostaria de dizer também aos açorianos que temos feito tudo para que esta reconstrução progrida. Temos inventado todas as soluções que nos ocorrem para financiar este processo da reconstrução. Quando inventamos uma que não é tecnicamente perfeita, a primeira voz que se levanta é logo para dizer “lá estão eles a fazer operações ilegais”, como se a primeira preocupação dessas pessoas, se fossem verdadeiramente açorianos, não fosse até pensar “oxalá que ninguém note que é ilegal, porque queremos resolver o problema da reconstrução”.

Estamos com espíritos diferentes sobre este problema. Há quem queira que não haja uma resolução e há quem procure da melhor maneira que sabe, de todas as maneiras que pode, uma resolução, procurando que todas elas respondam às necessidades financeiras, que todas elas tenham a maior legalidade possível.

Por que é que se está sempre a criticar qualquer solução e não se dá soluções?

Presidente: Sr. Presidente, agradecia que concluísse.

O Orador: Por que é que nos colocamos no espírito daqueles que se não houver uma solução, ainda melhor?

É isso que me desgosta ser a cultura de muitas pessoas em relação a este problema.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Presidente.

O Orador: Termina Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados – mais não tenho a dizer neste momento a esta Assembleia, porque mais não há a dizer – dizendo apenas que

o Governo da República tem obrigação de nos ajudar de forma a que a conclusão da reconstrução se faça no tempo previsto.

O Governo da República não pode invocar dificuldades financeiras para nos dar esse apoio em virtude da insignificância que aqui provamos que constitui o valor dessas transferências em 2002, 2003 e 2004.

Como Presidente do Governo eu tenho o dever de dizer que tudo faremos, com ou sem solidariedade, para que a reconstrução acabe o mais depressa possível.

Se eu não puder fazer uma escola, se eu não puder fazer uma estrada, pois não farei. Os Açores e os açorianos vão perder com isso, todos nós vamos perder com isso e não vejo razão para alguém sorrir com isso, mas vamos fazer tudo o que pudermos para ultrapassar com êxito mais esta catástrofe entre as inúmeras calamidades e contrariedades que combatemos com êxito nestes anos nos Açores pondo mãos à obra, vencendo, demonstrando coragem e evidenciando o nosso amor aos Açores e aos açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz. Informo que dispõe de dois escassos minutos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente em dois minutos, porque há coisas que se podem dizer em pouco tempo.

Primeiro: por que é que estranha tanto que o Governo actual não dê uma verba que significa 0,016%, quando o seu Governo não deu uma verba que significasse 0,016%? O senhor ficou calado e não criticou o seu Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso não é verdade!

O Orador: Segundo: o que dirá o Sr. Presidente da República e muitos outros quando um Presidente do Governo Regional dos Açores, membro do Conselho de Estado do nosso país diz a seguinte frase: “Oxalá que ninguém note que é ilegal!”? Eu vou ver qual é a reacção de Sua Exa. o Presidente da República.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi nesse contexto!

O Orador: Terceiro: a Lei de Estabilidade Orçamental não é uma boa solução para ninguém e eu sempre o disse. A Lei de Estabilidade Orçamental foi necessária por causa da desgovernação socialista de 6 anos, contra a qual o senhor nunca abriu a boca, e os açorianos acharam o mesmo que eu acho e por isso deram a vitória ao Partido Social Democrata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quarto e último: eu continuo a dizer que o Governo deve ser solidário. Eu disse primeiro do que o senhor neste debate que se fosse preciso deixar de fazer fosse o que fosse, nós tínhamos a obrigação de dar resposta aos mais necessitados, aos mais pobres, aos sinistrados e estou disponível para isso se não vier resposta de outro lado.

Eu estou ao lado dos açorianos!

Tenho orgulho de ser do PSD!

Não lhe fica bem fazer um esforço para fingir que é mais açoriano do que os outros, porque ninguém acredita nisso.

Fica-lhe mal a agressividade. No fundo, é o seu código genético, de um homem que gosta de ser guerrilheiro e que ultimamente não tem sido Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra para...?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Para defesa da honra.

Presidente: Pode explicitar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Pareceu-me que o Sr. Deputado Victor Cruz acusou-me de ter uma tendência criminal, pelo menos na área económica.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ele não disse isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Ele limitou-se a citar aquilo que disse!

O Orador: Eu vou explicar porquê:

O Presidente do Governo Regional não procura soluções ilegais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Presidente não lhe deu a palavra.

Presidente: O Sr. Presidente pede a palavra para defesa da honra por causa da acusação de ilegalidade. Tem a palavra.

O Orador: O Presidente do Governo Regional tinha um problema de incompatibilidade com critérios da Lei de Estabilidade Orçamental.

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não há aqui qualquer ilegalidade. O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra para defesa da hora e eu dou-lhe a palavra considerando que ele foi apelidado de praticar actos ilegais. É só isso.

O Orador: Além disso, Sr. Presidente da Assembleia, sobre o meu código genético, certamente não se releva nas minhas funções públicas que exerço. Todavia devo dizer que me orgulho muito do meu pai, do meu avô e até do meu tio-avô, fundador do Partido Socialista Português, nos Açores.

Por isso tenho razões para me orgulhar, pelo menos, do meu plano político, do meu código genético.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Eu não sei se perceberam que eu dei a palavra ao Sr. Presidente do Governo, porque ele se sentiu ofendido na sua honra.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas orgulhoso no seu código genético!

Presidente: Sr. Deputado, deixe-me acabar. Estes critérios são da Mesa.

Ele foi acusado de cometer actos ilegais, ou pelo menos de querer tapar actos ilegais. Eu entendi que ele devia defender a honra.

O Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra para quê? Eu não vejo que a sua honra tenha sido ofendida.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, não vê que a minha honra tenha sido ofendida, assim como ninguém viu, a não ser o PS, que a honra do Sr. Presidente tinha sido ofendida.

A razão pela qual o Sr. Presidente defendeu a sua honra foi baseada numa frase que eu não disse.

Presidente: Sr. Deputado, não é verdade...

O Orador: Foi dada, inadvertidamente, a palavra ao Sr. Presidente do Governo e o que ele disse constará das gravações e seguirá cópia para os membros do Conselho de Estado, porque o que foi dito foi que quando o PSD vê uma solução, em vez de dizer que é ilegal...

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, eu não lhe posso dar a palavra para esclarecimentos porque terminou o seu tempo, como terminou para os outros partidos políticos.

Eu peço imensa desculpa, mas não tem qualquer hipótese.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, V. Exa. merece todo o meu respeito, o que não acontece com todos os deputados desta Casa. Eu acho que tem sempre “Rei e Roque” e vou sentar-me apesar de que não devia ter dado a palavra ao Sr. Presidente do Governo. Foi um erro.

Acho que ele não releva para a consideração que tenho por si e é com toda a serenidade e orgulho deste debate que assim me calo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, muito obrigado pelas suas palavras.

Eu procuro conduzir o debate com o máximo de imparcialidade.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pede a palavra para...?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta este incidente, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer à Mesa cópia da gravação deste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Com certeza. É um direito que lhe assiste. Não há nenhum problema relativamente a essa matéria.

Neste momento, o único partido que ainda tem algum tempo é o Partido Socialista.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para...?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para uma segunda intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A penúltima intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz teve alguns aspectos que não correspondem à verdade, mas isso não é grave, acontece a qualquer um. O que é grave é ele saber que não correspondem à verdade e mesmo assim referi-los.

Sr. Deputado Victor Cruz, quem não deu os 20 milhões de euros foi o Governo da República do PSD.

Se, segundo a sua teoria, o Governo anterior não tivesse dado 20 milhões de euros, o Governo actual não teria sentido necessidade de cancelar e de revogar a transferência. Pelo facto de ter havido uma transferência é que o seu Governo sentiu a necessidade de revogá-la. A responsabilidade sobre essa matéria incide, única e exclusivamente, sobre o Governo da República da responsabilidade do PSD.

Ainda em relação aos 20 milhões de euros, o Sr. Deputado Victor Cruz quando invoca esta matéria refere sempre as questões da legalidade, que devem ser respeitadas. Vê-se que está preocupado com isso.

Perdoe-me a expressão, mas aí o senhor atola-se ainda mais. Se é um problema de legalidade, o Governo da República certamente terá ilustres e insignes juristas para resolver o problema da legalidade. Porém, o problema da solidariedade mantém-se. Querendo fugir de um lado, foi cair no outro, convenhamos, substancialmente mais grave.

Quanto à última intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, onde referiu as frases do Sr. Presidente do Governo e tentou desdizer aquilo que tinha dito, elas foram cruelmente desmentidas pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar. Quando o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD se levanta para pedir a gravação, efectivamente comprova que o senhor considera que aquilo que o Sr. Presidente disse não está de acordo com a legalidade e citou a frase fora do contexto.

O PSD está a tornar-se useiro e vezeiro nesse tipo de conduta.

Ainda há dias o PSD sentiu a necessidade de dar uma conferência de imprensa em que dizia que o Sr. Presidente do Governo tinha chamado terrorista ao Primeiro-Ministro Durão Barroso e que tinha dito que ia iniciar um percurso terrorista contra o Governo da República. Eu desafio a si, ao porta-voz do seu partido e ao seu partido a ouvirem a gravação deste comício. É mentira, mas dá bem o tom daquilo a que os senhores são capazes de recorrer para levar a vossa adiante.

Outro aspecto que me parece importante relevar prende-se com a Lei de Estabilidade Orçamental.

A Lei de Estabilidade Orçamental é um daqueles aspectos em que é clara como a água a diferença de perspectivas entre o PSD e o PS.

Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor não refutou, porque não podia refutar uma vez que sabia que eu estava a dizer a verdade, quando eu disse que o senhor votou favoravelmente os artigos que exigem às Regiões Autónomas sacrifícios. O PS votou contra.

Deputado Victor Cruz (PSD): Quando votaram a Lei de Estabilidade, eu já não estava lá, Sr. Deputado!

O Orador: Mas os deputados do seu partido votaram.

Deputado Victor Cruz (PSD): Já estava a dizer uma mentira!

O Orador: Não senhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quer ver como é que é, Sr. Deputado Victor Cruz?

Eu peço desculpa. Foi um lapso da minha parte. Tenha o senhor coragem de fazer o mesmo em relação ao Sr. Presidente do Governo.

Deputado Victor Cruz (PSD): Perante a transcrição eu faço!

O Orador: Em relação à Lei de Estabilidade Orçamental, o comportamento do PSD/Açores é muito claro, entende que a Região deve ser responsabilizada, por isso votou favoravelmente.

Caiu num logro, porque pensava que a Região nunca seria penalizada.

Por aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo, já está a ver, Sr. Deputado Victor Cruz, que a Região já começou a ser penalizada, nomeadamente no que se refere à reconstrução e aos sinistrados, em relação àquilo que o senhor concorda.

Nesta matéria penso que é suficiente relembrar o sentido de voto dos Deputados do PSD/Açores na Assembleia da República, em relação ao sentido de voto dos Deputados do PS, mas tendo sempre presente as consequências a que agora estamos a assistir, desse sentido de voto: o PSD – repito – votou favoravelmente o facto da Região poder ser penalizada por isso.

O mesmo é dizer: o PSD/Açores votou favoravelmente que várias soluções para o financiamento da reconstrução não possam ser aplicadas. Esta é uma responsabilidade do PSD/Açores e da República.

Quando se chega a esta sala, quando se chega a este debate com a perspectiva de estar praticamente como “Deus com os anjos” com o Governo da República, é preciso ter consciência que aquilo que está em causa, a situação em que nós estamos do ponto de vista de impasse financeiro é lhe directamente imputável, Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Ao Governo do PS!

O Orador: Se não fosse a lei que o seu partido votou favoravelmente, provavelmente teríamos uma solução.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu não lhe posso responder, porque é que continua a falar!

O Orador: Em relação a esta matéria os desafios são claros.

A posição do Grupo Parlamentar do PS sobre esta matéria é clara.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria nós estamos prontos a assumir as responsabilidades que açorianos que representam açorianos devem assumir.

Aqui estaremos!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim deste debate sobre a reconstrução.

Vamos fazer o nosso intervalo regimental.

Os nossos trabalhos recomeçam às 19 horas e 20 minutos.

Pedia aos Srs. Líderes Parlamentares para nos encontrarmos na Sala de Conferências às 19 horas e 5 minutos, como está acordado desde ontem.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 45 minutos)

A nossa Conferência de Líderes demorou um pouco mais, porque os problemas a serem resolvidos tinham alguma complexidade, mas foi frutífera e pensamos que estamos em condições de resolver todos os problemas durante o dia de amanhã.

Vamos passar ao ponto seguinte referente à **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “utilização do domínio público aeroportuário”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativa Regional resulta da necessidade de aplicar à Região o Decreto-Lei nº 265/99, de 23 de Julho, que transpõe para o direito português a Directiva Comunitária de 96/67, da Comunidade Europeia.

Este Decreto-Lei não se aplica à Região Autónoma dos Açores no que diz respeito aos aeródromos e às aerogares, nomeadamente em relação às Ilhas de São Jorge, Pico, Graciosa, Corvo, Lajes da Terceira e Flores.

De resto, as modificações que se fazem são pontuais e resultam apenas das especificidades da Região Autónoma dos Açores.

É importante, porque nas aerogares da nossa Região cada vez mais são solicitados espaços para publicidade (rent-a-cars, agências de viagens, etc.) e é preciso regular toda esta actividade comercial que é importante.

A forma de o fazer teria de ser através de um decreto legislativo regional que no fundo aplicasse essa directiva comunitária à Região Autónoma dos Açores.

Desta forma, as pessoas que eventualmente estão no uso de espaços que foram licenciados através de um contrato, continuarão a ter esse contrato válido até ao fim ou, como podem ver nas disposições transitórias, nos próximos 4 anos.

Esta Proposta de Decreto Legislativa Regional foi apreciada na Comissão de Economia e as sugestões feitas são sugestões que no nosso entender são correctas e vêm melhorar o texto do diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate na generalidade sobre este diploma.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Por uma questão de economia de tempo, a Comissão de Economia propõe diversas alterações aos artigos 3º., 4º., 13º., 14º., 22.º e 30º., conforme o relatório que apresentaram e que tem a ver apenas com a letra do diploma no que se refere ao aeroporto, aeródromo e aerogare.

Se não vissem inconveniente e se houver o acordo da Câmara, nós remeteríamos isto para a Comissão de redacção.

Para os artigos 22º. e 34º. existe uma questão mais concreta por isso porei depois à votação.

Assim sendo, eu abria o debate, na especialidade, para os artigos 1º. a 22º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: No que diz respeito ao artigo 22º. (competências), há uma proposta de aditamento para o nº. 3. Portanto, acrescenta as palavras cultura e turística.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se apenas de salvaguardar algumas questões e especificidades da Região.

Este ponto nº. 3 refere que podem ser fixadas taxas diferenciadas em conformidade com algumas situações específicas, nomeadamente referia razões de protecção ambiental.

Em Comissão, entendeu-se acrescentar razões de natureza cultural e turística.

Isto tem a ver com algumas experiência vividas na Região em algumas aerogares, nomeadamente nas Lajes.

Em Ponta Delgada foi trazido um exemplo curioso, por um Sr. Deputado, à Comissão, embora em relação a Ponta Delgada não precisamos de mexer, porque trata-se de um aeroporto da ANA, mas de qualquer maneira é uma questão a salvaguardar.

As aerogares são uma porta de entrada, são um local privilegiado para algumas manifestações e exposições de produtos específicos de interesse regional de natureza turística e cultural que, a pagarem as taxas que normalmente se aplicam nestas circunstâncias, não podem em circunstância nenhuma e não conseguem ter espaço para se expor e dar a conhecer.

Por essa razão e para interesse da Região, entendeu-se acrescentar os termos “cultural e turística”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o corpo do artigo 22º., já com esta proposta incluída.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 22. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida desde os artigos 23.º a 33º..

Está aberto o debate para estes artigos.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, com estes artigos, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 23º. a 33º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 34.º há uma proposta de eliminação, oriunda da Comissão.

Está aberto debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o diploma não pode produzir efeitos sem a sua regulamentação e por isso entendeu-se que dada a natureza da matéria em causa e por esse facto, não se justifica abrir uma excepção à regra geral sobre a entrada em vigor de qualquer diploma.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 385/99, de 28 de Setembro – define o regime jurídico da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas”.**

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma em discussão visa fazer a adaptação orgânica deste regime jurídico à situação específica da nossa Região.

O diploma, no seu geral, é uma mera adaptação orgânica com a única excepção que tem a ver com o valor das coimas a aplicar. O Governo propõe que o seu valor mínimo seja mais reduzido, tendo em conta a pequena dimensão da maior parte das instalações que são abrangidas por este regime.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate na generalidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Existem algumas propostas de alteração que vêm da Comissão e que presumo que são subscritas pelo Partido Socialista. Estou a presumir bem, Sr. Deputado Francisco Sousa?

Tem a palavra para explicar.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista subscreve e vai entregar na Mesa o documento em relação ao parecer da Comissão.

A Comissão faz uma proposta de substituição total do texto.

Presidente: Nós vamos fazer a votação da proposta de substituição e em termos de especialidade é essa que segue, como é normal.

Passemos à votação do texto de substituição, apresentado pela Comissão e subscrito pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade a partir desta proposta de substituição.

Está aberto o debate na especialidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções nem quaisquer outras propostas de alteração, creio que podemos votar os artigos 1º. a 7º., se não houver objecção da Câmara.

Os Srs. Deputados que concordam, com estes artigos, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º a 7º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Srs. Deputados, atingimos a hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos, mas antes de terminarmos gostaria de comunicar que na Conferência de Líderes que ocorreu há pouco, ficou acordado que os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 10,00 horas. Haverá o período de antes da ordem do dia que ocorrerá entre as 10 e as 11 horas.

A partir das 11 até às 13 horas, seguem-se as perguntas ao Governo sobre a Empresa de Electricidade dos Açores.

Às 15 horas retomamos a ordem normal dos trabalhos.

Muito obrigado Sr. Deputados.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 20 horas)

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Documentos entrados

Parecer da Comissão Permanente sobre a Proposta de Lei n.º 16/IX (GOV) – “Lei a Estabilidade Orçamental” que altera a Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto e sobre as recomendações constantes do relatório da Comissão de Economia

A Comissão Permanente reuniu, por convocatória de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA), no dia 16 de Julho de 2002, pelas 14 horas, na Sala do Plenário, para analisar a Proposta de Lei n.º 16/IX (Gov.) – “Lei da Estabilidade Orçamental, que altera a Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto”, bem como as recomendações constantes do Relatório da Comissão de Economia.

Capítulo I

Introdução

Nos termos do artigo 63.º do Regimento da ALRA, “fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia ... funciona a Comissão Permanente”, a qual, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º, “é presidida pelo Presidente da Assembleia e composta pelos Vice-Presidentes e por Deputados indicados por

todos os grupos e representações parlamentares, de acordo com a respectiva representatividade na Assembleia”.

Capítulo II

Generalidades

1. Constituição da Comissão

A Comissão Permanente é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- **Cláudia Cardoso**
- **Fernando Lopes**
- **Fernando Menezes**
- **Hernâni Jorge**
- **Renato Leal**
- **Vasco Cordeiro**

b) Partido Social Democrata (PSD)

- **Aires Reis**
- **Bento Barcelos**
- **Humberto Melo**

c) Partido Popular (CDS/PP)

- **Alvarino Pinheiro**

d) Partido Comunista Português (PCP)

- **José Decq Mota**

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão Permanente tem a seguinte composição:

Presidente – Fernando Menezes (PS)

Relator – Renato Leal (PS)

Secretário – Aires Reis (PSD)

3. Substituições

Os Deputados do PS Cláudia Cardoso e Fernando Lopes foram substituídos pelos Deputados José do Rego e Cabral Vieira.

Os Deputados do PSD Aires Reis e Humberto Melo foram substituídos pelos Deputados Duarte Freitas e José Manuel Bolieiro.

4. Faltas

O Deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro faltou justificadamente.

Capítulo III

Enquadramento Jurídico

A presente Proposta de Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e a sua apreciação exerce-se nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 65.º do Regimento da ALRA.

Capítulo IV

Apreciação

A presente reunião foi convocada por Sua Excelência o Presidente da ALRA, ouvidos os Grupos Parlamentares, por recomendação da Comissão de Economia, expressa nos pontos 4. b) 1, 2 e 3 do seu Relatório de 8 de Julho de 2002.

Para o PS, em termos procedimentais, esta Proposta evidencia uma perspectiva prepotente e autoritária, que deve merecer o total repúdio da ALRA, uma vez que não houve uma negociação prévia com os órgãos de governo próprio nem uma concertação com as autarquias locais, o que, aliás, foi já devidamente denunciado e tratado quer por Sua Excelência o Presidente do Governo

Regional dos Açores, quer pela Senhora Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Em relação ao conteúdo, na opinião do PS, há flagrantes irregularidades, aliás já reconhecidas pelo próprio Governo da República, e que importa expurgar.

Se, da parte do Governo e da Assembleia da República, continuar a haver autismo em relação a esta matéria, importa ir até outras instâncias, designadamente Sua Excelência o Presidente da República.

Além disso, a ALRA deve ser ouvida pela Comissão de Economia e Finanças, uma vez que é um direito decorrente do n.º 7 do artigo 178.º da Constituição.

Para o PSD, esta Proposta de Lei não é nenhum golpe de Estado, é apenas um novo capítulo da Lei de Enquadramento Orçamental, que deve respeitar as autonomias regionais e as autarquias locais, permitindo garantir os compromissos de Portugal com a União Europeia.

No entanto, a relação desta Lei de Enquadramento Orçamental com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas deve respeitar a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo, importando ainda tirar qualquer dúvida sobre a hierarquização destas leis.

O PSD está também de acordo com a pretensão da ALRA se fazer ouvir na Comissão de Economia, uma vez que se trata do exercício de um direito.

Para o PSD, esta lei não trará qualquer prejuízo para a Região, conforme compromisso de Sua Excelência o Primeiro Ministro, mas importa, no entanto, clarificar as preocupações de uma eventual suspensão da Lei das Finanças Regionais.

Na opinião do PSD, o país carece de uma Lei de Estabilidade Orçamental, devido à situação caótica em que o PS o deixou.

Para o PCP, estamos perante uma atitude centralista das mais perigosas, porquanto abala profundamente com um dos pilares fundamentais da autonomia constitucional.

Sendo a vertente financeira a que demorou mais a evoluir, é agora a que está a ser mais atacada por este Governo que, em 4 meses, já tomou medidas perfeitamente desastradas, o que já originou reacções políticas dos órgãos de

governo próprio da Região, dos partidos políticos e das associações empresariais.

Para o PCP, por muito catastróficas que estivessem as finanças nacionais, todas as medidas têm que ser tomadas no quadro legal.

Na opinião do PCP, esta Proposta de Lei fere de morte a autonomia regional, já que considera que fazer contenção de fora para dentro é um atentado à autonomia.

O PCP sublinha a evolução que se tem verificado nas declarações públicas do PSD sobre esta matéria e concorda com a proposta do PS no sentido de a ALRA ser ouvida pela Comissão de Economia e Finanças.

Entretanto, Sua Excelência o Presidente da ALRA informou que esta pretensão fora rejeitada pelo PSD e pelo CDS/PP.

Para o PS, o problema não é a existência de uma Lei de Enquadramento Orçamental, mas sim o procedimento autoritário, prepotente e centralista do Governo da República no que respeita às autonomias regionais e às autarquias locais.

Na opinião do PS, não estamos perante um problema de hierarquia das leis, mas sim perante um problema eminentemente político.

É que, se fosse apenas uma questão de hierarquia de leis, não havia necessidade de reunir a Comissão Permanente.

Quanto à garantia de que esta Lei não trará prejuízos para as autonomias regionais e as autarquias locais, o PS pergunta para que serve, então, a lei e acrescenta que não se pode crer no Senhor Primeiro Ministro, pois em campanha eleitoral afirmou que os impostos não iam subir e o IVA já aumentou.

Para o PS, é um acto aberrante ter recusado que as Regiões Autónomas fossem ouvidas, de viva voz, na Comissão de Economia da Assembleia da República e, se é certo, que a ALRA vai ter direito a emitir a sua opinião por escrito, também é certo que ela está, logo à partida, prejudicada, na medida em que a votação final global ocorrerá já na próxima 6.ª feira.

Para o PSD, não houve nenhuma alteração da sua posição, já que tem mantido desde o primeiro momento uma atitude absolutamente coerente.

Já o mesmo não se pode dizer do PS, uma vez que é sabido que o PS tinha encomendado ao Professor Sousa Franco uma Proposta de Lei de Estabilidade Orçamental.

O PSD afirma-se vigilante de qualquer Governo da República relativamente à nossa autonomia, mas também não se exime ao cumprimento de qualquer compromisso internacional do nosso país.

Para o PSD, é irónica a posição do PS sobre a necessidade de concertação prévia, uma vez que o PSD sempre o fez e o PS só o faz quando lhe convém.

Na opinião do PSD, esta fase é de relevância política e de defesa da autonomia e, por isso, considera que não há qualquer prejuízo para os Açores, uma vez que, no âmbito da Comissão de Economia, ficou prevista a audição escrita da ALRA.

O PSD está solidário com o Governo da República, mas também acha que as Regiões Autónomas não podem ser responsabilizadas pela situação financeira do país.

Para o PCP, não é verdade que o PSD tenha dito sempre a mesma coisa, salientando que a única posição sólida e firme foi a da Senhora Presidente da Associação de Municípios dos Açores.

Na sua opinião, até a própria vinda do Deputado Victor Cruz para os Açores era um sinal de que algo de catastrófico vinha aí, pois a 1 de Julho a ALRA já estava de férias.

Para o PCP, a posição do PSD é aflitiva, do ponto de vista autonómico.

O PCP entende que tudo tem que ser previamente discutido e acordado. O seu Grupo Parlamentar não se opõe a que a Região Autónoma dos Açores participe também na contenção, mas acha que o Governo da República procura a estabilidade através dos meios que o Estado tem de descentralizar: autonomias regionais e autarquias locais.

Na opinião do PCP, se as transferências ficarem entregues ao livre arbítrio, como no tempo do Professor Cavaco Silva, em que não havia Lei das Finanças

Regionais, então estamos muito mal, porque a autonomia constitucional está seriamente ferida.

Para o PS, é um acto de terrorismo político a forma como as autonomias e as autarquias são chamadas a participar neste processo.

Na opinião do PS, não há pântano nas finanças regionais, por isso, insiste em que uma delegação da Comissão de Economia possa estar por estes dias na Assembleia da República.

Entretanto, Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional informou que acabara de receber uma Proposta de Alteração referente à matéria em discussão, a qual foi fotocopiada e distribuída.

Nestas circunstâncias, foi aprovado por unanimidade que o parecer solicitado deve ser dado é pela Comissão de Economia.

Para o PSD, importa garantir com eficácia a possibilidade de a ALRA fazer ouvir a sua voz na Assembleia da República.

Para o PCP, esta proposta deixa de fora alguns problemas fundamentais.

Para o PS, estas alterações são inócuas, já que não alteram absolutamente nada. É importante transmitir à Comissão de Economia e Finanças a posição de desagrado da Comissão Permanente e lamentar que a maioria não tenha permitido que a ALRA fizesse chegar, de viva voz, a sua posição sobre esta matéria.

Para o PCP, tem que se fazer chegar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República o nosso desagrado sobre este procedimento, uma vez que não faz sentido que não tenha partido da Comissão de Economia e Finanças um convite para participar numa audição presencial.

Capítulo V

Deliberações

A Comissão Permanente deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1 – Endereçar a Sua Excelência o Presidente da República uma carta expressando a preocupação da ALRA pelo facto de a Lei em apreço conter algumas disposições normativas susceptíveis de serem consideradas inconstitucionais ou ilegais e bem assim ofensivas da Autonomia Constitucional.

2 – Endereçar também carta a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República e ao Senhor Presidente da Comissão de Economia e Finanças manifestando a mesma preocupação supra referida e o protesto por ter sido inviabilizada a audição presencial de Deputados deste Parlamento.

3 – Recomendar à Comissão de Economia da ALRA o acompanhamento rigoroso de toda a tramitação referente à aludida Proposta de Lei, solicitando, se for caso disso, os necessários pareceres jurídico-constitucionais susceptíveis de fundamentar um eventual pedido ao Tribunal Constitucional de declaração de inconstitucionalidade.

Horta, 17 de Julho de 2002

O Relator, *Renato Luís Pereira Leal*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Fernando Manuel Machado Menezes*

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre a Proposta de Resolução que aprova o “Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2003”.

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu nos dias 11 e 23 de Setembro de 2002, respectivamente na Delegação de Ponta Delgada e na Sede da Assembleia Legislativa Regional, na cidade da Horta, a fim de, nos termos da alínea a) do artigo 60.º do Regimento, relatar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, sobre a Proposta de Resolução que aprova o “Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2003”.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O Orçamento da Assembleia Legislativa Regional tem como enquadramento legal o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2000/A, de 2 de Março – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º do referido diploma, a elaboração do Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores cabe à Secção de Contabilidade, Património e Tesouraria, sob orientação do Conselho Administrativo.

Por força do n.º 2 do mesmo artigo da Orgânica dos Serviços da Assembleia, “o orçamento, sob proposta da Mesa, é aprovado pelo Plenário, no mês de Setembro”.

Capítulo III

Apreciação

A Secção de Contabilidade, Património e Tesouraria, sob orientação do Conselho Administrativo, concluiu em 28 de Agosto de 2002 a elaboração do “Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2003”.

As propostas de Resolução e de Orçamento foram objecto, em 5 de Setembro de 2002, de Visto da Mesa da Assembleia Legislativa Regional.

Na mesma data foi remetida cópia a esta Comissão, para efeitos de análise e emissão de parecer até 16 de Setembro de 2002.

Uma apreciação geral do documento permite concluir que foram tidos em conta os requisitos técnicos e as boas normas de elaboração orçamental.

O princípio da necessidade do crescimento moderado da despesa foi bem acatado, verificando-se um acréscimo de apenas 1,81% (179.403,03 euros), relativamente ao Orçamento Inicial de 2002 e mesmo um decréscimo de 2,12% (217.987,05 euros), quando comparado com as dotações para o corrente ano, após Orçamento Suplementar.

Os quadros-resumo seguintes, contendo as dotações para os grandes agregados da despesa, apresentam a evolução do Orçamento da ALRA entre 2002 e 2003.

(Os referidos quadros encontram-se em suporte informático)

*** Após Orçamento Suplementar**

A audição ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo, permitiu à Comissão obter os seguintes esclarecimentos:

1. A proposta de Orçamento da ALRA para 2003 foi elaborada tendo por base a estimativa do ano de 2002 e respeita o novo regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, consignado na Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.
2. A proposta de Orçamento respeita os critérios de rigor e contenção e cumpre as orientações da Direcção Regional de Orçamento e Tesouro, uma vez que os valores

inscritos para 2003 ficam aquém da taxa de referência, que é de 2,5%, quando comparados com 2002.

3. As dotações inscritas na rubrica “Despesas com Pessoal” têm em conta não só os lugares providos mas igualmente os lugares a prover.

4. O decréscimo nas despesas, relativamente ao corrente ano, fica a dever-se, sobretudo, ao encerramento das Comemorações dos 25 anos de Autonomia Constitucional e ainda à conclusão dos investimentos relativos à informatização da ALRA.

5. É intenção da Presidência e da Mesa avançar com a criação do Canal Parlamento, dando cumprimento às recomendações que constam do Relatório da Comissão Eventual “Uma Nova Assembleia para o Novo Século”.

6. Está em estudo a aquisição de um imóvel para instalação da Delegação da ALRA na Ilha Terceira, podendo a verba inscrita na respectiva rubrica vir a ser reforçada, nomeadamente através do Orçamento Suplementar e com as verbas resultantes do saldo transitado do presente exercício.

Capítulo IV

Parecer

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, cumpridas que foram as formalidades e os requisitos legais e concluída a apreciação dos documentos, é de parecer que a Proposta de Resolução que aprova o “Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2003” está em condições de ser aprovada pelo Plenário, a quem compete a decisão final nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2000/A, de 2 de Março.

Este parecer foi aprovado por unanimidade.

Horta, 23 de Setembro de 2002

O Relator, Substituto, António José Loura.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel Herberto Rosa.*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*